



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS DE PORTO NACIONAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)**

**DANIELA PEREIRA DE MACÊDO**

**A CIDADE CARTOGRAFADA: O USO DO ESPAÇO URBANO E A CARTOGRAFIA  
SOCIAL POR ESTUDANTES DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II EM PORTO  
NACIONAL/TO**

**PORTO NACIONAL – TO**

**2026**

DANIELA PEREIRA DE MACÊDO

**A CIDADE CARTOGRAFADA: O USO DO ESPAÇO URBANO E A CARTOGRAFIA  
SOCIAL POR ESTUDANTES DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II EM PORTO  
NACIONAL/TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Universitário de Porto Nacional, como requisito final para obtenção de título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mariléia Oliveira Bispo

PORTO NACIONAL – TO

2026

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

M141c Macêdo, Daniela Pereira de.

A cidade cartografada: o uso do espaço urbano e a Cartografia Social por estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II em Porto Nacional/TO. / Daniela Pereira de Macêdo. – Porto Nacional, TO, 2026.

120 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia, 2026.

Orientadora : Marciléia Oliveira Bispo

1. Cidade. 2. Espaço Urbano. 3. Cartografia Social. 4. Ensino de Geografia.  
I. Título

**CDD 910**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

DANIELA PEREIRA DE MACÊDO

**A CIDADE CARTOGRAFADA: O USO DO ESPAÇO URBANO E A CARTOGRAFIA  
SOCIAL POR ESTUDANTES DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II EM PORTO  
NACIONAL/TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Universitário de Porto Nacional, foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data da Defesa \_\_/\_\_/2026

Banca examinadora:

---

Profª. Dra. Mariléia Oliveira Bispo  
Universidade Federal do Tocantins (PPGG-UFT)  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Eliseu Pereira de Brito  
Universidade Federal do Tocantins (PPGG-UFT)  
(Examinador interno)

---

Prof. Dr. Raimundo Lenilde de Araújo  
Universidade Federal do Piauí (PPGGEO-UFPI)  
(Examinador externo)

---

Vanessa Lessio Diniz  
(Suplente - Examinadora externa – UFNT)

“O futuro é que constitui o domínio da vontade e é sobre ele que devemos centrar o nosso esforço, de modo a tornar possível e eficaz a nossa ação” (Santos, 1997, pg. 85).

## AGRADECIMENTOS

Diante dos diversos obstáculos encontrados ao longo da caminhada, escolhi enxergar o lado bonito da vida, seguindo com alegria e ternura. Foi assim que me apaixonei pelo meio acadêmico, que me proporcionou oportunidades de viajar, apresentar meu trabalho, conhecer pessoas incríveis, amigos, docentes, além de espaços de lazer. Tudo isso compõe a bagagem construída durante minha permanência no mestrado, pela qual sou imensamente grata.

Minha eterna gratidão à minha mãe, Justina, que sempre me apoiou e colaborou para que eu permanecesse na vida acadêmica. À minha filha, Cinthya Beatriz, por todo o amor e carinho. À minha irmã, Thaiza, que se fez presente ao longo dessa trajetória.

Aos meus amigos de turma, pelo apoio e incentivo constantes, e aos demais amigos que fiz no decorrer dessa caminhada. Em especial, aos meus grandes amigos e amigas Atamis Foschiera, Jane Kelly e Mariana Carvalho, que estiveram ao meu lado, oferecendo palavras de motivação e apoio incondicional, meu muito obrigada. A compreensão e as conversas com vocês foram essenciais para que eu pudesse me dedicar a essa jornada com mais confiança e determinação. Saber que tenho amigos como vocês, torcendo por mim, assim como torço por vocês, torna o caminho menos complexo e solitário. Guardo comigo os conselhos, os choros, cada gesto de carinho, os momentos compartilhados e cada conversa.

À minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Marciléia Oliveira Bispo, sempre tão carinhosa e compreensiva, minha sincera gratidão. Obrigada por caminhar ao meu lado e pela oportunidade de tê-la como orientadora.

Aos membros da banca examinadora, agradeço pelas valiosas contribuições que enriqueceram esta pesquisa.

Aos integrantes da Escola Estadual Dom Domingos Carretot, minha gratidão por me receber tão bem, em especial ao professor e amigo Natanael Silva (Natan).

As professoras Marquiana Gomes (UNICENTRO) e a Loçandra Borges (UEG) por contribuir com materiais a minha pesquisa.

À Universidade Federal do Tocantins, minha instituição de ensino, agradeço pelo ambiente acadêmico estimulante, pelos recursos de pesquisa e pela oportunidade de crescer intelectualmente. A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia contribuíram para a construção do meu perfil acadêmico.

Agradeço, ainda, à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa, que, sem dúvidas, contribuiu imensamente para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

A cidade é formada por diferentes usos, sendo local de reprodução e de vivência, dando sentido à vida e à construção de uma organização espacial. Configura-se como espaço de construção de desejos, expectativas e realizações, em que, para além do espaço concreto e visível, insere-se as relações sociais, políticas e econômicas, constituindo o espaço urbano. Nesse sentido, cidade e espaço urbano estão interligados, em que pensar na cidade é refletir sobre espaço urbano, temas que são também inerentes ao componente curricular de Geografia na Educação Básica. A partir das experiências vividas e uso dos espaços urbanos, formam-se percepções com significados próprios, os quais podem ser representados a partir da Cartografia Social. Com fundamento nestas afirmações este trabalho teve por objetivo geral analisar a cidade cartografada de Porto Nacional, Tocantins, na perspectiva de estudantes do Ensino Fundamental II, na Escola Estadual Dom Domingos Carrerot. Como objetivos específicos, buscou-se: identificar as características socioeconômicas dos estudantes do 9º; mapear os espaços urbanos da cidade a partir da Cartografia Social; compreender as relações e significados atribuídos pelos estudantes aos espaços urbanos que eles frequentam e comparar as diferentes formas de uso dos espaços urbanos. O percurso metodológico consistiu em levantamento bibliográfico e na realização de uma oficina de Cartografia Social, com aplicação de questionário socioeconômico, preenchimento de quadro de rotina diária, atividades de mapeamento e roda de conversa. Os resultados evidenciam que a cidade cartografada pelos estudantes não é apenas um conjunto de ruas, prédios e infraestruturas, mas sim um território vivido, construído pelas relações sociais das experiências cotidianas. A construção coletiva dos mapas possibilitou a troca de experiências entre os estudantes, favorecendo a produção de conhecimentos significativos vinculados à sua realidade. Observou-se que a orla da cidade apresenta centralidade entre os espaços mais frequentados, destacando-se como, importante espaço de vivência e sociabilidade. Verificou-se também que a maioria dos espaços utilizados pelos estudantes está relacionada a atividades de lazer, enquanto suas residências encontram-se dispersas pela cidade. Em relação aos deslocamentos, predominam os realizados a pé e carro. Dessa forma, compreende-se que cartografar o espaço da cidade, na perspectiva da Cartografia Social, constitui uma forma de representação e de leitura do mundo que valoriza as vivências dos sujeitos, incorporando o estudante como protagonista no processo de construção do conhecimento geográfico.

**Palavras-chave:** Cidade; Espaço Urbano; Cartografia Social; Ensino de Geografia

## ABSTRACT

The city is formed by diverse uses, serving as an area for reproduction and everyday life, giving meaning to existence and to the construction of a spatial organization. It constitutes a space for building desires, expectations, and achievements, where, beyond the concrete and visible space, are embedded from a social, political, and economic relations, forming an urban space. In this sense, city and urban space are interconnected, meaning that to think about the city is to reflect upon the urban space—themes that are also inherent to the Geography curriculum in basic education. From the lived experiences and uses of urban spaces, perceptions are formed with their own meanings which can be represented through a Social Cartography. Based on these premises, the general objective of this study was to analyze the cartographed city of Porto Nacional, Tocantins, from the perspective of middle school students from Dom Domingos Carrerrot State school, in Tocantins. As the specific objectives sought to: identify the socioeconomic characteristics of 9th-grade students; map the urban spaces of the city through the Social Cartography; Understanding the relationship and meaning attributed by students to the urban spaces that they use to frequent; and compare the different ways of urban spaces. The methodological approach consisted of a reviewed literature and a Social Cartography workshop, which included the administration of a socioeconomic questionnaire, the completion of a daily routine chart, mapping activities, and a focus group discussion. The results demonstrate that the city cartographed by the students is not merely a collection of streets, buildings, and infrastructure, but rather a lived territory shaped by the social relations of everyday experiences. The collective construction of the maps enabled the exchange of experiences among students, fostering the production of meaningful knowledge connected to their reality. It was observed that the waterfront of the city, holds a central position among the most frequented spaces, standing out as an important area for life experiences and sociability. It was also found that most of the áreas used by the students are related to leisure activities, while their residences are scattered throughout the city. Regarding commuting, walking and driving by car are predominant. Thus, it is understood that mapping the city space, through the lens of Social Cartography, constitutes a form of representation and world-reading that values the lived experiences of individuals, positioning the student as a protagonist in the process of constructing geographical knowledge.

**Keywords:** City; Urban Space; Social Cartography; Geography Education

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da Escola em Estudo - Cidade de Porto Nacional - TO .....	15
Mapa 2: Setores de Residência dos estudantes do 9º ano (92.03) da Escola Dom Domingos Carrerot em Porto Nacional-TO .....	76
Mapa 3: Delimitação da Cidade de Porto Nacional/TO .....	84
Mapa 4: Área da Cidade de Porto Nacional/TO .....	85
Mapa 5: Áreas A e B da Cidade de Porto Nacional/TO .....	97
Mapa 6: Representação do Grupo 1 .....	100
Mapa 7: Representação do Grupo 2 .....	102
Mapa 8: Representação do Grupo 3 .....	104
Mapa 9: Representação do Grupo 4 .....	107

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Escola Estadual Dom Domingos Carrerot .....	14
Figura 2: Imagem destacando Orla, Catedral e Centro Histórico da Cidade de Porto Nacional/TO .....	17
Figura 3: Etapas metodológicas, 2025.....	22
Figura 4: Etapas da Oficina de Cartografia Social .....	74
Figura 5: Organização dos grupos para representação dos usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO .....	86
Figura 6: Organização dos grupos para representação dos usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO .....	86
Figura 7: Identificação dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO.....	87
Figura 8: Representação dos usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO.....	87
Figura 9: Continuação das representações dos usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO .....	88
Figura 10: Continuação das representações dos usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO .....	89
Figura 11: Continuação das representações dos usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO .....	89
Figura 12: Criação da legenda do mapeamento do uso dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO .....	90
Figura 13: Sequência da criação da legenda do uso do espaço urbano de Porto Nacional/TO. ....	91
Figura 14: Pintura dos espaços urbanos representados pelos estudantes .....	92
Figura 15: Sequência de pintura dos espaços urbanos representados pelos estudantes .....	92
Figura 16: Roda de conversa sobre o uso do espaço urbano - estudantes dialogando e debatendo .....	93
Figura 17: Sequência da roda de conversa sobre uso do espaço urbano - estudantes dialogando e debatendo .....	94
Figura 18: Sequência da roda de conversa sobre o uso do espaço urbano .....	94

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

DCT – Documento Curricular do Tocantins

PIIP - Programa Institucional de Inovação Pedagógica

UFT – Universidade Federal do Tocantins

PPGG - Programa de Pós-Graduação em Geografia

UNICENTRO - A Universidade Estadual do Centro-Oeste

UEG – Universidade Federal de Goiás

PPP – Projeto Político Pedagógico

AEE – Atendimento Educacional Especializado

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TALE - Termo de Anuência Livre e Esclarecida

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

EAD – Educação a Distância

APPs - Aplicativos

AABB – Associação Atlética Banco do Brasil

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 DINÂMICAS DO ESPAÇO URBANO E O DESLOCAMENTO URBANO .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 A cidade, o Espaço Urbano e suas Concepções .....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 Deslocamento Urbano: Percursos, Acessos e Limites.....</b>	<b>36</b>
<b>3 CARTOGRAFIA SOCIAL COMO PRÁTICA DIDÁTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA.....</b>	<b>46</b>
<b>3.1 Cartografia Social: Breve história e conceituação .....</b>	<b>46</b>
<b>3.2 A Cartografia Social como Linguagem de Representação .....</b>	<b>51</b>
<b>3.3 Cartografar como práticas significativas no Ensino de Geografia.....</b>	<b>56</b>
<b>4 A CIDADE CARTOGRAFADA E OS USOS DO ESPAÇO URBANO NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES REALIZADA PELA OFICINA DE CARTOGRAFIA SOCIAL...73</b>	
<b>4.1 A cidade e os usos do espaço urbano na perspectiva dos estudantes a partir de uma Oficina.....</b>	<b>73</b>
<b>4.2. A cidade cartografa pelos estudantes da Escola Estadual Dom Domingos Carrerot em Porto Nacional -TO .....</b>	<b>98</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Geografia é uma ciência que contribui para a compreensão da sociedade e das relações sociais criadas por esta sociedade. Essa ciência, enquanto componente curricular na Educação Básica, contribui para que os estudantes desenvolvam o raciocínio de compreensão e interpretação dos fatos existentes na sociedade.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, estudar Geografia é uma maneira de compreender o mundo no qual estamos inseridos. O componente curricular de Geografia dedica-se a compreender as relações da sociedade com a natureza e as ações humanas no espaço geográfico. “Para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico” (BNCC, 2018, p. 359).

E estudar Geografia em sala de aula, por meio do ensino, é abordar diversas temáticas, dentre essas, tem-se a cidade e uso dos espaços urbanos na cidade, tema que esta dissertação trata. É um tema no qual podemos associar o dia a dia dos estudantes, trazendo sua realidade, seu cotidiano para a sala de aula, facilitando não somente a compreensão dos espaços urbanos, mas também das dinâmicas que ocorrem nesses espaços. Nesta perspectiva, o uso da Cartografia Social para o conhecimento da cidade e de quais espaços urbanos esses estudantes utilizam, são necessários como um processo que possibilita a autorrepresentação do sujeito.

A cidade é formada por diferentes usos, sendo local de reprodução e de vivência, dando sentido à vida e a construção de uma organização espacial. A cidade configura-se como espaço de construção de desejos, expectativas e realizações em que para além do espaço concreto e visível insere-se as relações sociais, políticas e econômicas, configurando-se o espaço urbano. Nesse sentido, cidade e espaço urbano estão interligados, em que pensar a cidade é refletir sobre espaço urbano.

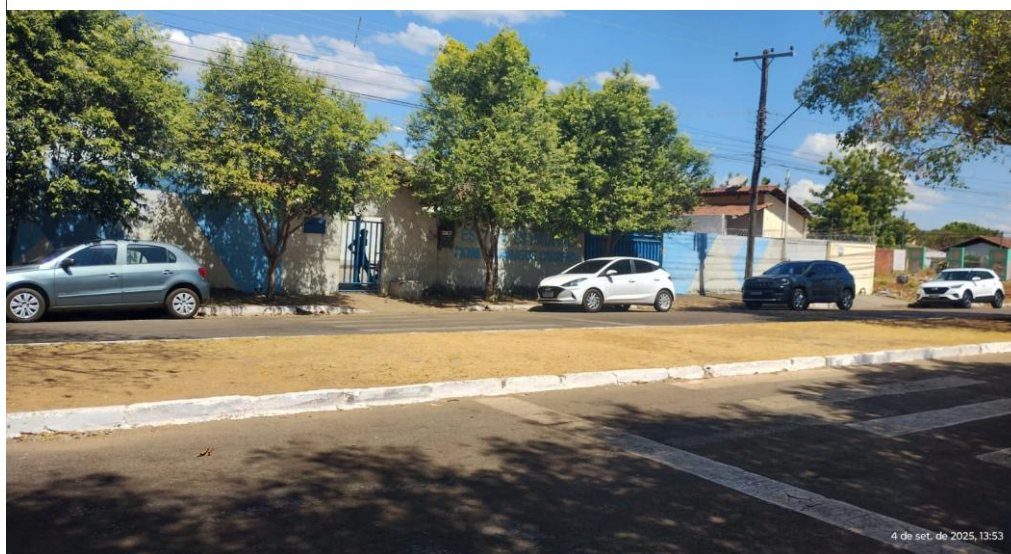
Tendo em vista os apontamentos acima, a pesquisa que se apresenta neste trabalho dissertativo teve como objetivo geral analisar a cidade cartografada de Porto Nacional, Tocantins, na perspectiva de estudantes do Ensino Fundamental II, na Escola Estadual Dom Domingos Carrerot. Como objetivos específicos estabeleceu-se: identificar as características socioeconômicas dos estudantes do 9º do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Dom Domingos Carrerot de Porto Nacional -TO; mapear os espaços urbanos da cidade de Porto Nacional frequentados pelos estudantes da pesquisa a partir da Cartografia Social; compreender as relações e significados atribuídos pelos estudantes aos espaços urbanos da cidade de Porto

Nacional que eles frequentam e comparar as diferentes formas de uso dos espaços urbanos de Porto Nacional pelos estudantes da pesquisa.

A problemática que norteia o desenvolvimento desta pesquisa percorre por algumas questões. Considerando também que a escola em que foi elaborada a pesquisa está localizada no setor Aeroporto, próximo do centro da cidade, levantamos algumas questões: Quem são os estudantes e quais são suas origens e condições socioeconômicas? Como os estudantes utilizam e se deslocam pelos espaços urbanos no cotidiano escolar? De que maneira os estudantes percebem, interpretam e se identificam com os espaços urbanos?

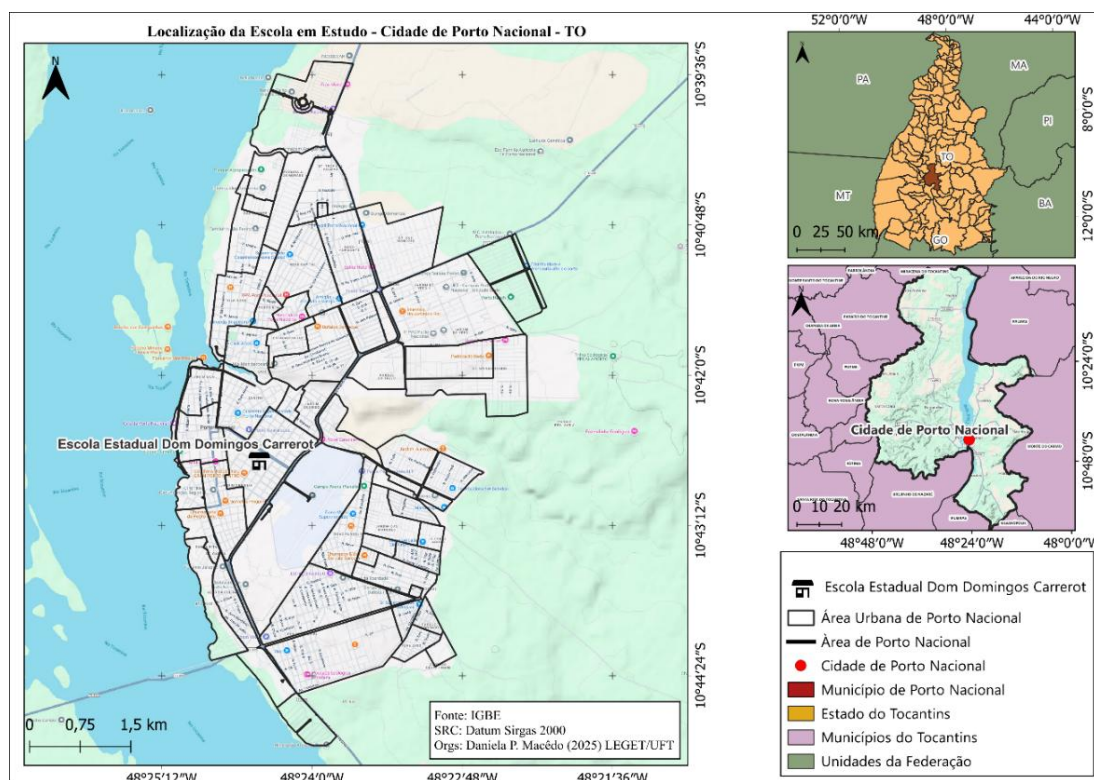
A proposta desta pesquisa envolveu estudantes do Ensino Fundamental II, da turma do 9º ano, da Escola Estadual Dom Domingos Carrerot, localizada no setor Aeroporto na cidade de Porto Nacional, Tocantins. A seguir tem-se a Figura 1 identificando a portaria da escola e o Mapa 1 de localização da escola em estudo.

Figura 1: Escola Estadual Dom Domingos Carrerot



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Mapa 1: Localização da Escola em Estudo - Cidade de Porto Nacional - TO



O município de Porto Nacional, em que se localiza a escola dos estudantes da pesquisa, contém uma área de 4.434,680 km<sup>2</sup>. A população do município, em 2022, segundo o censo demográfico era de 64.418 habitantes, com uma densidade demográfica de 14,53 habitantes por km<sup>2</sup> e com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,740. A cidade de Porto Nacional está situada na porção central do estado do Tocantins, ficando distante da capital do estado, Palmas, 60 km. A mesma é considerada cidade histórica (IBGE, 2025).

A formação de arraiais ocorreu em 1738 (Pacheco, 2020), com a denominação Porto Real (Brasil-Reino) e, posteriormente, passou-se a chamar Porto Imperial (época do Império), atualmente chama-se Porto Nacional (após a Proclamação da República). As nomeações estão relacionadas com a situação política vigente no país em diferentes períodos históricos (Tocantins, 2025).

A povoação de arraial de Porto Real, hoje Porto Nacional, está relacionada ao período de descoberta e exploração do ouro nos sertões do norte de Goiás, iniciadas na segunda década do século XVIII. O ouro atraía a população, em que essa população buscava por recursos minerais, ocasionando aglomerações chamadas de arraiais. Os mineradores formavam os primeiros arraiais próximos às margens de rios, como o rio Tocantins, e córregos. O arraial de Porto Real

foi um ponto de passagem para os mineradores, situando entre os arraiais de Bom Jesus do Pontal, a esquerda do rio Tocantins, e Nossa Senhora do Carmo, a direita do rio Tocantins (Feitosa, 2017). As atividades econômicas desenvolvidas foram a mineração, agricultura e a pecuária. O rio Tocantins era o principal meio para fazer contato com outras localidades.

Na primeira década do século XIX teve-se a construção da primeira capela do arraial de Porto Real. No mesmo local da capela, em 1894, sob o comando dos padres Dominicanos iniciou-se a construção da Catedral de Nossa Senhora das Mercês, concluída em 1903. A catedral possui colunas e arcos feitos em pedra e tijolo, no estilo românico de Toulouse (Feitosa, 2017).

Em 1831 o arraial de Porto Real foi elevado para Vila, o qual foi chamado de Vila de Porto Imperial. Em 1861, a referida vila passou a ser considerada cidade, com o nome de Porto Imperial. Em 1889 o país passou por transformações políticas, com a Proclamação da República. Uma nova ordem política e social foi estabelecida, ocorreram diversas mudanças no país. Entre as mudanças está a mudança do nome de Porto Imperial para Porto Nacional, no ano de 1890 (Feitosa, 2017).

Venturini (2019) menciona que o município de Porto Nacional foi emancipado em 13 de julho de 1861, a partir da resolução nº333, a qual foi assinada por José Martins Alencastro, presidente da Província de Goiás.

Outros fatores importantes no histórico de Porto Nacional foi a chegada de padres e freiras Dominicanas. Em 1886 chegam na cidade os Padres Dominicanos. Em 1904 chegam as Freiras Dominicanas. Um trabalho diferencial das freiras foi a educação escolar para meninas (Feitosa, 2017). Como resultado temos até hoje a presença do Colégio Sagrado Coração de Jesus

Na década de 1930 ocorreu a construção da pista de pouso do Correio Aéreo Nacional, proporcionando um maior contato com outras regiões, bem como o crescimento do comércio da carne bovina que passou a ser transportada de avião (Oliveira, 2009).

A localização da cidade foi estratégica, ficando as margens do rio Tocantins, usando a natureza a favor dos próprios interesses, as águas do referido rio (Oliveira, 2009). O rio Tocantins foi um importante rota de escoamento de produtos de Porto Nacional, bem como local de recebimento de produtos vindos de outras localidades.

O município de Porto Nacional se desenvolve como polo de articulação na região norte do estado do Goiás. A cidade, estrategicamente localizada, dava acesso fluvial até a cidade de Belém do Pará (Pacheco, 2020). O comércio fluvial com a cidade de Belém do Pará encerra-se somente com a inauguração da rodovia Belém-Brasília, em 1960 (Oliveira, 2009). A referida

rodovia localiza-se na margem esquerda do rio Tocantins, aproximadamente a 54 Km da cidade de Porto Nacional.

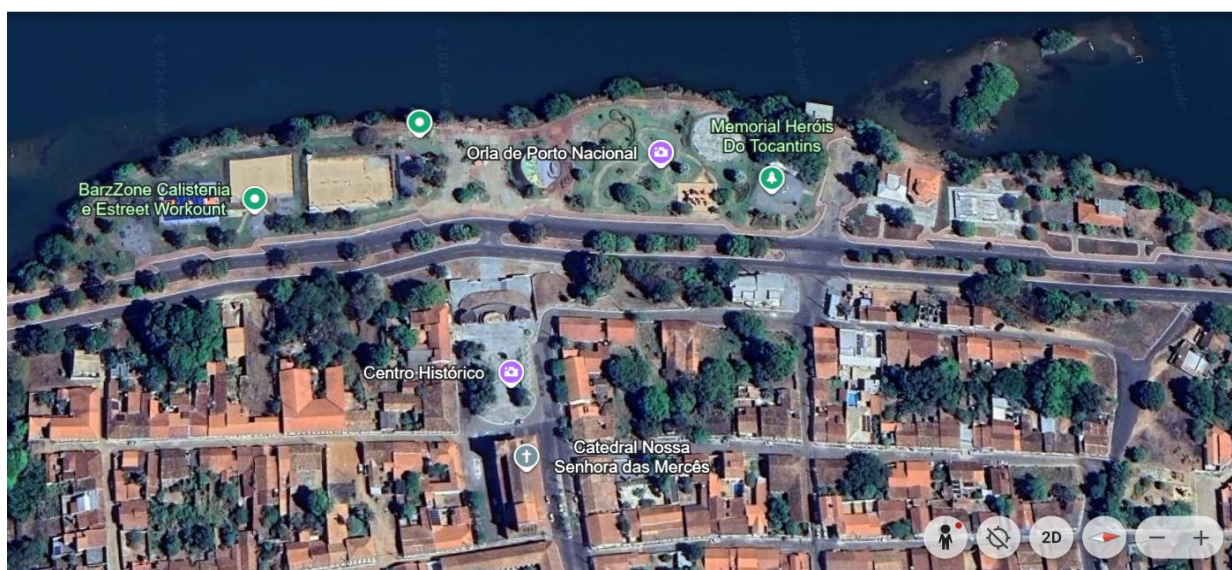
Na década de 1970 construiu-se a ponte sobre o rio Tocantins, em Porto Nacional, facilitando a ligação entre a cidade e a BR- 153, o que impulsionou o tráfego terrestre. No início dos anos 2000 teve-se a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, entre os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, impactando Porto Nacional pela formação de seu reservatório de água no rio Tocantins (Pacheco, 2020).

Em função dos impactos da construção do reservatório Porto Nacional recebeu financiamento para diversos projetos como compensação ambiental. Dentre esses projetos está a construção da orla ao longo da margem do rio Tocantins, e a reestruturação da praça Nossa Senhora das Mercês, localizada em frente a catedral.

Em relação a praça Nossa Senhora das Mercês, ocorreu a derrubada do Coreto, visto por parte da população como um elemento histórico importante, devido o seu valor cultural para a cidade. O mesmo era utilizado por músicos da cidade, com manifestações artísticas, culturais e de convívio social. A sua derrubada causou indignação aos moradores (Feitosa, 2017).

A estruturação da orla se deu com a construção da Avenida Beira Rio, próximo a margem do reservatório, e entre eles uma série de espaços de utilização pública para o desenvolvimento de esportes e exercícios físicos, anfiteatro a céu aberto, quiosques para alimentação, kartódromo, entre outros, conforme a figura 2 (Feitosa, 2017).

Figura 2: Imagem destacando Orla, Catedral e Centro Histórico da Cidade de Porto Nacional/TO



Fonte: Google Earth (2025).

A implementação da usina acarretou diversas mudanças na cidade de Porto Nacional, sendo que algumas delas a população viu como ponto negativo, por causarem consequências aos seus espaços de vivências, ligados aos sentimentos de afetividade, apego social e cultural.

A formação da cidade de Porto Nacional está ligada a processos históricos do século XVIII e XIX e é marcada por uma mancha urbana contínua e relativamente compacta. Esse modelo prevalece até o final da década de 1970, pois ocorreu uma expansão da mancha urbana mantendo as características. Uma mudança desse padrão vai ocorrer a partir do fim da década 1970 e início de 1980, com a formação de um espaço urbano descontínuo e disperso, não ligado a mancha urbana existente. Isso se dá pela incorporação de áreas rurais para formação de novos loteamentos que abrigam pessoas expulsas do campo, com condições socioeconômicas menos favorecidas. Ocorre um processo de fragmentação socioespacial. (Moura, 2025).

Essas novas ocupações/loteamentos ocorriam com infraestrutura precária, buscando ganhos econômicos rápidos, formando vazios urbanos, incentivando a especulação imobiliária. (Moura, 2025)

A mancha urbana de Porto Nacional vai se formar associada ao porto e a capela (atual Catedral de Nossa Senhora das Mercês). O porto era o elo de duas áreas de mineração de ouro, bem como, destas com Belém e acessos oriundos dessa cidade. Essa mancha urbana manteve as características com sua expansão no século XIX até o final da década de 1970. Cabe uma ressalva que, no início da década de 1970, tem-se a formação de um novo centro de negócios com a construção da Praça do Centenário, que passa a ser a nova referência para a expansão da mancha urbana (Moura, 2025).

Uma mudança no processo de expansão urbana de Porto Nacional, vai ocorrer a partir do final da década de 1970, tendo como referência a construção do aeroporto<sup>1</sup>, da ponte sobre o rio Tocantins e o ribeirão São João. Além da expansão contínua da mancha urbana existente, vai ocorrer a implantação de ocupações/loteamentos não agregadas a mesma, principalmente para moradia de pessoas de baixa renda e expulsas do campo. A construção do Anel Rodoviário na década de 1990, também servira como referência para expansão de novos loteamentos afastadas do centro (Moura, 2025).

A expansão da mancha urbana de Porto Nacional, no século XXI, se deu de forma menos intensa do que nos dois períodos anteriores. A reestruturação do espaço urbano foi impactada, principalmente, pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães,

---

<sup>1</sup> Existia até então em Porto Nacional a pista de pouso do antigo Correio Aéreo Nacional, que foi inaugurada na década de 1930.

pela instalação de várias empresas do agronegócio, pela implantação das instituições de ensino superior (UFT, IFTO e ITPAC) e pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Nesse período tem-se tanto um aumento da malha urbana com novos loteamentos, como uma modificação em espaços já loteados e/ou ocupados. Também, ocorre a regularização de muitas ocupações urbanas que existiam a vários anos. Essa reorganização do espaço urbano se deu de forma dispersa, facilitada pela aprovação da expansão do perímetro urbana (Moura, 2025).

Nesse período ocorre, também, a formação de condomínios fechados, em áreas periféricas da cidade, que agora, para além da segregação urbana, passa a contar com a autosegregação. Esses empreendimentos contribuem para uma maior fragmentação social da cidade (Moura, 2025).

Vale destacar que na cidade de Porto Nacional/TO não há transporte coletivo. Existem debates entre a prefeitura municipal e câmara de vereadores de Porto Nacional no sentido de viabilizar transporte universitário, mas, em relação ao Ensino Básico, os próprios se limitam a inserir estudantes do Instituto Federal do Tocantins, do Campus de Porto Nacional (Alves, 2025). De forma geral, os estudantes dependem de transportes próprios e/ou de terceiros para se deslocarem, o que os deixam com deslocamento limitado. Por serem menores de idade e não possuírem Carteira Nacional de Habilitação não estão aptos a dirigir.

Os debates sobre o transporte público na cidade de Porto Nacional estão presentes em matéria de jornal, como Folha Capital (2022) e o site da Câmara Municipal de Porto Nacional-TO. O Jornal Capital publicou a matéria em agosto de 2022, que discutia a viabilidade da implementação de transporte coletivo em Porto Nacional, reunindo gestores públicos e a comunidade. No município de Porto Nacional, tem-se transporte coletivo somente no Distrito de Luzimangues. A reclamação formalizada foi feita por representantes da Universidade Federal do Tocantins – UFT, e do Instituto Federal do Tocantins – IFTO e do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos - ITPAC. A falta de transporte público na cidade afeta toda a população portuense, em seu direito de ir e vir.

Já a Câmara Municipal de Porto Nacional -TO, escrito por Alves (2025) publicou uma matéria em outubro de 2025, com a discussão da resolução de uma demanda histórica: o transporte universitário. Reunindo o prefeito da cidade, diretores da UFT e do IFTO. A pauta é discutida na câmara desde 2013, um importante serviço na cidade para o deslocamento dos portuenses. Na sessão, foram debatidas medidas buscando solucionar a situação, como: atendimento imediato em Porto Nacional, a partir de novembro com início ao transporte universitário no município.

Esta pesquisa tem relevância, uma vez, fortalece a valorização e a compreensão da cidade e do uso dos espaços urbanos pelos estudantes, ressaltando o conhecimento de cada estudante, com uma educação que possa ir para além da sala de aula. A Cartografia Social como prática pedagógica no ensino de Geografia vem ganhando destaque em Universidades e eventos acadêmicos como uma metodologia participativa que pode ser pertinente ao ensino. Esta pesquisa contribui assim na perspectiva de valorização científica sobre a Cartografia Social para a abordagem na escola. Entende-se que a Cartografia Social é uma maneira de dar voz aos grupos sociais, abordando sua realidade. Os próprios sujeitos constroem e definem a representação do seu local de vivência. Nesse sentido, a Cartografia Social é um recurso importante para os grupos sociais expressar suas visões de mundo, mudando sua realidade e reforçando suas identidades sociais.

O caminho metodológico da pesquisa foi o levantamento bibliográfico e o uso da cartografia social como metodologia para a coleta de dados através de oficina. A cartografia social como metodologia foi aplicada através de várias etapas que foram: preenchimento por parte dos estudantes de um quadro de rotina diária, da aplicação de questionário socioeconômicas estudantes, elaboração de mapas coletivos, construção de elementos simbólicos para a legenda, utilização de imagens Google Earth e roda de conversa.

### **1ª Etapa: Início da Pesquisa**

A pesquisa iniciou com o propósito de analisar a cidade cartografada de Porto Nacional, Tocantins, na perspectiva de estudantes do Ensino Fundamental II, na Escola Estadual Dom Domingos Carrerot.

### **2ª Etapa: Levantamento Bibliográfico**

Para o desenvolvimento da pesquisa a revisão bibliográfica baseou-se em artigos, livros, dissertações, teses, revistas, entre outros.

### **3ª Etapa: Escrita**

A escrita desta pesquisa se dividiu em três capítulos e foi sendo construída ao longo de todo o período de leitura teórica e aplicação empírica.

### **4ª Etapa: Visita à Escola da Pesquisa**

A oficina de Cartografia Social foi aplicada na Escola Estadual Dom Domingos Carrerot, localizada na cidade de Porto Nacional/TO.

### **5ª etapa: Contextualização de cidade, espaço urbano e Cartografia Social**

Nesta etapa iniciou-se a oficina de Cartografia Social, contextualizando para os estudantes em sala de aula sobre os temas cidade, espaço urbano e cartografia Social.

### **6ª etapa: Questionário socioeconômicos**

O Questionário Socioeconômico foi aplicado aos estudantes, elaborado na plataforma *Google Forms* (Apêndice 1), impresso e entregue aos mesmos.

**7ª etapa: Quadro de registro da rotina diária dos estudantes**

O registro da rotina diária dos estudantes (Apêndice 2), foi importante por evidenciar os espaços e deslocamentos realizados na cidade por eles.

**8ª etapa: Mapeamento dos espaços coletivos**

Foi realizado o mapeamento dos usos do espaço urbano com os estudantes. A turma foi dividida em grupos, cada grupo recebeu o material impresso, sendo um mapa de delimitação da cidade de Porto Nacional e outro com a imagem do Google Earth mostrando toda a área da cidade.

**9ª etapa: Construção de elementos significativos para a legenda**

Nesta etapa houve a construção e inserção dos elementos significativos para a legenda dos mapas das representações elaboradas pelos estudantes.

**10ª etapa: Troca de experiência e socialização dos mapas – rodas de conversa**

Nesta etapa correu a roda de conversa para troca de experiências e socialização entre os estudantes das representações elaboradas.

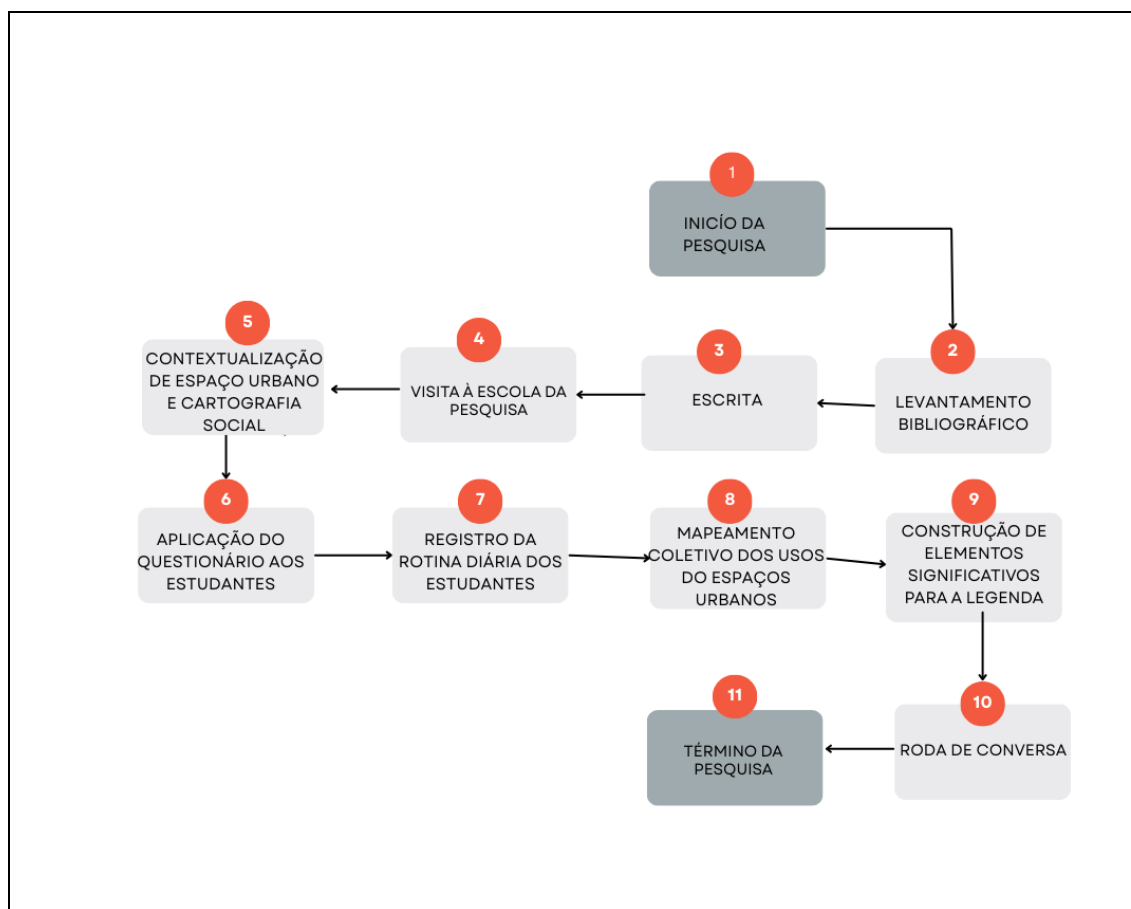
**11ª etapa: Interpretação da análise das atividades da oficina**

Essa etapa constitui nas análises finais da oficina

O presente trabalho se desenvolve por meio de uma abordagem qualitativa, focando na compreensão de significados, como os sujeitos sociais constroem, criam sentidos e significados e experiências aos espaços urbanos. A seguir tem-se a Figura 3, apresentando as etapas da pesquisa.

Esta pesquisa foi submetida ao Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisas Humanas – CEP, da Universidade Federal do Tocantins e consta como aprovada.

Figura 3: Etapas metodológicas, 2025



Fonte: Macêdo (2025).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizados diversos autores na elaboração da revisão teórica: Acseirado (2010), Almeida (2018), Alpízar (2016), Ausubel (2000), Carlos (2007), Cavalcanti (2022), Corrêa (2002), Farias Júnior (2010), Finatto e Farias (2021), Girardi (2011), Gomes (2017), Katuta (2020), Neves e Gonçalves (2023), Pereira (2006), Pinho e Pinho (2021), Ritcher e Spironello (2024), Santos (2002), Silva e Shipper (2012), Vasconcellos (2012), entre outros.

Diante do exposto, esta dissertação está delineada sobre três capítulos. O capítulo I faz uma abordagem teórica sobre espaço urbano, cidade e o deslocamento urbano. Busca conceituar a cidade e o espaço urbano e compreendendo suas dinâmicas. Já no capítulo II, trazemos a Cartografia Social como prática pedagógica no Ensino de Geografia, trata de conceitos da Cartografia Social, linguagens de representações e a Cartografia Social no contexto escolar. E o capítulo III apresenta a cidade cartografada e os usos do espaço urbano na perspectiva dos estudantes realizada pela oficina de Cartografia Social.

## **2 DINÂMICAS DO ESPAÇO URBANO E O DESLOCAMENTO URBANO**

O espaço urbano constitui-se como resultado de processos históricos, sociais, econômicos e políticos que moldam a organização das cidades e influenciam diretamente as formas de uso e apropriação do território. Nesse contexto, a cidade se apresenta como um espaço dinâmico, marcado por relações complexas entre os diferentes agentes sociais, pelas desigualdades socioespaciais e pelas múltiplas funções que estruturam a vida urbana. Compreender as concepções de cidade e de espaço urbano torna-se fundamental para analisar as transformações que ocorrem no espaço urbano.

Ao mesmo tempo, os deslocamentos urbanos assumem papel central na dinâmica das cidades, uma vez que expressam as condições de mobilidade, acessibilidade e integração entre os diferentes espaços urbanos.

Dessa forma, este capítulo discute, inicialmente, as principais concepções acerca da cidade e do espaço urbano e, posteriormente, aborda os processos de deslocamento urbano, destacando aspectos relacionados aos percursos, acessos e limitações que influenciam no deslocamento e o cotidiano dos estudantes.

### **2.1 A cidade, o Espaço Urbano e suas Concepções**

Antes de fazermos uma abordagem sobre o espaço urbano, iniciaremos com a definição de espaço geográfico, considerando que o espaço urbano pode ser entendido como um elemento desse espaço.

O espaço geográfico é compreendido como um produto social, ou seja, é construído a partir das relações estabelecidas na sociedade. O espaço é entendido como resultado das relações sociais, destacando as relações de cada período histórico, assim como as relações de produção e reprodução que nele se manifestam. “Se o espaço é um produto social, logo, cada sociedade produz o seu espaço” (Pereira, 2020, p. 113)

O espaço geográfico é compreendido como o lugar onde se organizam as práticas necessárias para a reprodução da vida, enquanto o tempo estabelece o ritmo dos usos e das apropriações, manifestando-se na prática da vida cotidiana. O tempo se manifesta de maneira diferente para cada indivíduo, estando diretamente relacionado à experiência de vida de cada um. Tanto no espaço quanto no tempo, diferentes ações são realizadas, moldando o cotidiano (Pereira, 2006).

De acordo com Santos (1997), o espaço geográfico se caracteriza pela presença de elementos que se formaram em diferentes momentos históricos. Assim, o espaço é

compreendido como um conjunto de objetos e de relações, em que estas últimas se realizam acerca dos objetos. Santos (2002), diz que os objetos também servem como intermediários ou contribuem para a realização de relações. Podemos dizer que o espaço é resultado das ações dos homens acerca do próprio espaço, seja por meio dos de elementos naturais ou artificiais.

Cabe destacar que, a cada novo momento histórico, não se desfaz totalmente do espaço geográfico existente, ocorrem adequações a esse espaço e, também, a inserção de novas formas e funções nele. O presente e o passado estão articulados bem como o presente e o futuro. Dessa forma em toda análise faz-se necessário um enfoque espaço-temporal (Santos, 2002).

Isso pode ser exemplificado, segundo Santos (2002), quando destaca que o espaço urbano, onde bairros, casas, ruas, atividades econômicas entre outras formas, se inserem, não foi construído em um único momento. Cada um dos elementos formadores do espaço urbano tem uma data de formação diferente, o que torna essa combinação uma característica única de determinado lugar. As variáveis que formam o espaço geográfico não apresentam uma sincronia temporal, porém, atuam de forma sincrônica em cada lugar.

Ainda conforme Santos (2002, p. 258), “cada lugar é, a cada momento, um sistema espacial, seja qual for a “idade” dos seus elementos e a ordem em que se instalaram. Por ser total, o espaço é também pontual”.

Nesse sentido, o espaço geográfico apresenta formas diversas e de organização espacial, em que a cidade é parte desse espaço geográfico e, portanto, pensar a cidade é refletir sobre espaço urbano. “O espaço urbano seria uma parcela do espaço geográfico que apresenta relações sociais complexas, que vão além de espaço físico das cidades, mas abarca, também, a sua organização social, política e econômica, bem como o modo de vida imerso nas cidades, onde as relações cotidianas se desenrolam e se materializam”(Souza, 2008, p. 165).

O espaço urbano é composto por processos históricos e relações sociais que ali se desenvolvem. Nos textos de Corrêa (2002) e Carlos (2007), o espaço urbano e a cidade são resultado das relações sociais, o que os aproxima. Neste subtítulo, além dos autores Corrêa (2002) e Carlos (2007), buscamos textos de Monte-Mor (2006) e Pereira (2006) para a conceituação de espaço urbano e cidade, com outras referências para além dos autores citados.

Para Corrêa (2002) apresenta-se algumas características sobre o espaço urbano e a cidade: fragmentada, articulada, reflexo social, condicionante social e conjunto de símbolos e campo de luta, bem como local de vida das classes sociais. A- A cidade tem diferentes usos formando diversos fragmentos com atividades diferenciadas. B- As diferentes atividades da cidade estão articuladas, que representam a expressão espacial de processos sociais. C- O espaço urbano é reflexo da sociedade, apresentando características do passado e do presente, deixando suas

marcas impressas no espaço. Nas cidades capitais o espaço urbano é profundamente desigual e bastante mutável em diferentes ritmos e natureza. D- O espaço da cidade é um condicionante da sociedade ocorrendo por meio das obras fixadas pelo homem. As especializações espaciais se formam pelas vantagens de suas proximidades, facilitando a representação de condições de produção. E- São, também, lugar onde as classes sociais vivem e se reproduzem, envolve o cotidiano e o futuro próximo bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em partes projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial, etc. O dia a dia está marcado por um espaço desigual que leva a conflitos sociais, tornando-se objetos de lutas sociais na busca do direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos.

De forma próxima, Carlos (2007) compreende a cidade como uma realidade material que se manifesta por meio das relações sociais, sendo compreendida como produto, condição e meio de reprodução dessas relações. Ao percebê-la como uma construção humana, resultado de um processo histórico e social, a autora destaca que a cidade carrega marcas das ações do passado e se direciona para o futuro. Dessa forma, a sociedade se constitui a partir da prática socioespacial, reproduzindo relações sociais além de ser constantemente produzida em um contexto espaço-temporal. Assim, espaço e sociedade são elementos inseparáveis.

A autora considera, ainda, que a sociedade se constrói como uma realidade concreta e se projeta como uma tendência para o futuro. Assim, os sujeitos sociais que atuam no espaço se estabelecem ao longo do tempo, marcando a duração de suas ações. A cidade se estabelece como um local de concentração, tanto de meios de produção quanto de população.

Devido às contradições que ocorrem na construção do urbano no Brasil, surge a luta pela cidade, fazendo-se necessária a criação de projetos para a sociedade (Carlos, 2007). No Brasil, nos anos 1960, o debate sobre o direito à cidade foi introduzido, porém, os desafios foram grandes para os diálogos sobre reformas urbanas, especialmente no que diz respeito às remoções de favelas e à população de áreas degradadas, que era realocada para conjuntos habitacionais na periferia. Nesse cenário, a compreensão da revolução urbana passou a ser debatida (Monte-Mor, 2006).

Dentro desta discussão do direito à cidade, a dimensão política e filosófica foi a primeira característica apontada por Henri Lefebvre e David Harvey, em 1968. Já a segunda característica é a dimensão jurídica, contemplando aspectos como a materialização da função social da propriedade (Sanches; Sobreira; Araújo Junior, 2017).

Devido à intensificação da urbanização, surgem conflitos urbanos, o que torna a temática de direito à cidade um tema fundamental de debate. No Brasil, na década de 1980, passam a

ganhar destaque os movimentos sociais que lutavam pelos direitos à moradia e pela reforma urbana. Esses movimentos lutavam em resposta ao processo de urbanização desorganizada e excludente, que gerou a necessidade de corrigir as desigualdades urbanas. Nesse contexto, um dos principais fundamentos para compreender o direito à cidade é o entendimento da função social da propriedade urbana, que está refletido na Constituição de 1988. Tanto a Constituição de 1988 quanto o Estatuto da Cidade, de 2001, estabelecem o direito à cidade, reconhecendo-o como direito humano essencial (Carlos, 2007).

O direito à cidade se fortalece quando a sociedade vivencia a separação entre a apropriação e a dominação do espaço e suas transformações, o que reflete intensamente no conflito entre o uso e a troca dos lugares urbanos. Para que ocorra uma transformação completa da sociedade, seria necessário incluir plenamente o ser humano no ambiente urbano, de modo a permitir que ele se afirme e vivencie seu cotidiano como uma prática socioespacial. Isso resultaria na construção de um espaço-tempo marcado pela revalorização da vida social, por meio da alteração das práticas diárias (entre normas e limitações) e do fortalecimento da negação dessas imposições. Nesse contexto, a mudança da realidade urbana torna-se essencial, assim como a reformulação da cidade e a efetivação do direito à cidade (Carlos, 2007).

Na perspectiva de Monte-Mór (2006), o fortalecimento da construção sociocultural, econômica e política manifestou-se nas cidades, contribuindo para a formação do Brasil, desse modo, produziu e estruturou seu espaço urbano-regional. Ao considerar as cidades coloniais e as metrópoles atuais, os estudos se aprimoram como forma de explicar o processo socioespacial e descrever os projetos políticos criados para atender às classes e aos grupos de interesse, seja pelo Estado ou não.

No entendimento de Sanches, Sobreira e Araújo Junior (2017), a definição de direito à cidade no contexto jurídico é formulada por meio de algumas estratégias internacionais. Esse desenvolvimento tem como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que objetiva a liberdade e igualdade entre os seres humanos, sem distinção de raça, sexo, cor, idioma, religião, entre outros. Considerando que o direito à cidade não é totalmente definido, ao longo da realidade social estes direitos são moldados.

Segundo a perspectiva de Carlos (2007), a Geografia permite compreender a cidade ao inserir o sujeito em um contexto espacial, no qual ela é interpretada como uma realidade material moldada pelas relações sociais. Os estudos geográficos deixam claro que não existe um único modo de pensar a cidade, pois suas características, enquanto construção humana ao longo do tempo, e as atividades realizadas em seu espaço decorrem das interações entre a sociedade e a natureza.

Corrêa (2002), considera que o espaço urbano é composto de ações realizadas no passado, bem como daquelas realizada no presente. Santos (2002) argumenta que as ações do passado constituem momentos históricos que se fazem presentes na atualidade, denominados de rugosidades.

Ao se debater o urbano na atualidade, leva-se em consideração a expansão do capitalismo, que redefiniu o modo de ser das cidades. A sociedade presente forma-se sob a influência da sociedade urbana em construção que, além de constituir uma realidade, configura-se como tendência. Ao elaborar uma análise local da cidade, identifica-se uma prática social espacializada que produz um espaço que se apresenta como reprodução da vida. Essa reprodução caracteriza-se por meio dos modos de apropriação do espaço, colocando no centro do debate a questão da reprodução (Carlos, 2007).

Corrêa (2002) afirma que a cidade é formada por diferentes usos. Esse conjunto de usos estabelece a organização espacial, como o centro, local de comércio e serviços de gestão, as áreas industriais, entre outras.

A reprodução da cidade torna-se evidente, sobretudo no plano do habitar e nas lutas que surgem da necessidade e do direito à moradia. Nesse contexto, o ato do vivido revela momentos de reprodução como parte do processo de realização das relações sociais de produção, integrando tanto as atividades produtivas quanto os resíduos dos planos político e econômico, com destaque no social. A relação entre o habitar e o vivido permite compreender as dinâmicas da reprodução que se desenvolvem no mundo da mercadoria, no qual a moradia se transforma em um bem de valor de troca na sociedade (Carlos, 2007).

Ainda com base em Carlos (2007), o plano do habitar se materializa na casa, na rua e no bairro, articulando-se espacialmente com os modos de uso dos lugares a partir da relação espaço-tempo. Os habitantes constroem suas identidades por meio do uso dos lugares, realizam suas práticas de vida e transformando o habitar em um tema do presente, visto que são moldados pelas experiências vividas em um determinado tempo-lugar. O lugar, ao ser construído, torna-se elemento de identidade, atribuindo sentido à prática socioespacial. Em contrapartida, é por meio dessas práticas que o tempo se acumula na cidade, criando características da vida. A prática de habitar relaciona-se com o desenvolvimento de sentido da vida, ela ocorre a partir da apropriação dos lugares da cidade, com a casa, que elabora a vida como prática socioespacial.

Considera-se que, por meio do ato de habitar, a cidade é construída com características espaciais que reconhecem a necessidade de compreender o habitar como a relação entre casa, vizinhança, rua e bairro, revelada pelo uso dos espaços. O termo habitar o tempo refere-se à apropriação dos lugares onde a vida acontece, o que dá origem ao direito à cidade. Esse processo

contribui para a construção de uma identidade capaz de se opor à identidade abstrata gerada pelo mundo da mercadoria (Carlos, 2007).

Para Pereira (2006), a vida ocorre no espaço, onde a sociedade se autorreproduz, colaborando para reprodução de si. Aos poucos, a espacialização da existência humana produz, reproduz e redefine o espaço. Já em relação ao espaço urbano, há a presença do espaço-tempo que, ao estar vinculado ao poder financeiro do indivíduo, define os padrões de apropriação desse espaço, a partir destes usos, define-se o modo de vida de cada sujeito. O tempo pode ser compreendido de várias maneiras na vida diária. Ele se manifesta por meio de movimentos que se repetem no mundo atual, como tomar um café, ir ao trabalho, participar de eventos ou sair de férias. Tudo isso ocorre na razão do progresso técnico e econômico, que resulta na conexão de diferentes temporalidades. O tempo e o espaço são produzidos de maneiras distintas, variando geograficamente e historicamente.

As relações sociais são estabelecidas a partir do espaço e do tempo. Com a transformação da cidade, o estilo de vida das pessoas se modifica, o que resulta no afastamento dos sujeitos e na reorganização do espaço. Para compreender melhor a ligação entre espaço e tempo, a autora afirma que, para estudar um acontecimento, é fundamental considerar sua localização no espaço e sua delimitação no tempo. O espaço local funciona como um palco onde a vida se desenvolve por meio das atividades diárias. No entanto, nesse espaço, a velocidade do tempo se intensifica e condensa o mundo. Isso ocorre devido às tecnologias modernas, que buscam conectar a sociedade global e local (Pereira, 2006).

No entendimento de Carlos (2007), os indivíduos que mantêm uma relação de apropriação com os espaços urbanos para a sua prática se colocam-se em desacordo com a ideia do processo de reprodução da cidade, isto se dá tanto pelo valor de troca como pelo poder político. Ao considerar o plano do cidadão, as grandes cidades atuam como lugares de troca, o que sugere que a apropriação e os modos de uso apresentam tendência à subordinação.

Nesta linha de raciocínio, Pereira (2006) afirma que o mercado tem introduzido cada vez mais signos e imagens na cidade, o que redefine significados e provoca um esvaziamento de sentido.

A cidade, enquanto concentração de população, fruto do crescimento econômico possibilitado pela industrialização, realiza-se junto com a concentração dos meios de produção, em que o modo de produção capitalista ultrapassa o processo econômico. Nessa lógica, tal processo relaciona-se à produção integral da cidade e à forma como a vida ocorre no espaço urbano. Vale ressaltar que a vida diária se desintegra por meio de conflitos entre modelos culturais e comportamentais, impactados pelo mundo da mercadoria em escala global e pelas

características típicas do local e de sua sociabilidade. Essa nova dinâmica de existência atua de forma desigual aos sujeitos, altera a sociabilidade e provoca transformações dos usos do espaço (Carlos, 2007).

A conexão do global com o local define novos padrões à sociedade, em que o primeiro tem grande impacto no segundo, construindo uma sociedade de consumo em um determinado espaço-tempo diferenciado e desigual. Formam-se valores que passam a ser considerados padrão para o mundo todo, reproduzidos pelas mídias e redes de comunicação, aproximando os sujeitos e lugares e, ao mesmo tempo distanciando-os (Carlos, 2007).

Assim, a cidade passou a ser vista como elemento transformador da sociedade, com pessoas em busca de uma vida melhor e moderna, com intensificação da divisão do trabalho, libertas da vida rural e adaptadas à vida urbana (Monte-Mor, 2006).

A cidade se mostra como realidade por meio dos usos que dão sentido à vida e que se constroem na prática socioespacial. A vida se constrói por meio dos usos e, por essa ação, criam-se rastros que conferem características à vida, sustentado a elaboração de identidades como ato prático de manutenção de memória. O espaço urbano se caracteriza pelos modos de usos, assim, transforma a vida por meio de modificações dos lugares de suas práticas, nos quais se impõem normas e o domínio do Estado sobre a sociedade, com o controle dos usos dos espaços por meio das leis. Para o indivíduo, a cidade é percebida como o espaço do desejo e também de imposições que dificulta seus anseios, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades a serem exploradas. Desse modo, a produção da cidade se constitui de várias formas que não limita o real (Carlos, 2007).

No entendimento de Carlos (2007), o mundo concreto se constrói por meio da sociedade, realizadas em uma relação espaço-temporal. Nesse contexto, a prática socioespacial se define pelas ações contraditórias dos sujeitos sociais que, ao estabelecerem sua existência, produzem o espaço. Essa produção ocorre no decorrer das relações sociais, como uma forma de garantir a sobrevivência em um local definido ao longo do tempo, marcando o período das ações. A ação que possibilita a realização da existência humana como parte da reprodução da vida ocorre pela apropriação do mundo. Assim, o espaço se classifica como condição, meio e produto da reprodução social, evidenciando a prática socioespacial.

A literatura de Carlos (2007) demonstra que o plano do vivido, o espaço e o tempo se revelam como descontínuos devido às atividades limitadas e fragmentadas, enquanto o ato de habitar, como prática social, perde valor e se reduz a um simples acolhimento. Observa-se uma diferença entre os centros e as periferias: os primeiros, com ruas vazias e habitados por indivíduos de renda média ou alta; as segundas, caracterizadas por ruas movimentadas,

evidenciam diversas práticas de apropriação do espaço. Nesse contexto, nas grandes cidades, o ato de morar reflete um processo de segregação que se concretiza espacialmente, revelando uma morfologia social e espacial estratificada e hierarquizada. A morfologia social, por sua vez, evidencia a hierarquização dos usos e dos tempos na cidade.

A expressão segregação representa a negação do urbano e da vida urbana, tendo como essência a existência da propriedade privada na área urbana. Esse fator diferencia o acesso do cidadão à moradia, produz divisões na prática socioespacial e fragmenta os lugares da vida, que passam a se configurar como elementos autônomos (Carlos, 2007).

Conforme Carlos (2007), o mundo real é fruto da prática socioespacial que, em suas contradições, demonstra um processo em andamento, baseado no processo de reprodução das relações sociais que se realiza no tempo e no espaço. A construção do espaço e da cidade está intrinsecamente ligada. A materialização das relações sociais em um território real revela que a sociedade produz e reproduz o espaço por meio de suas ações socioespaciais. Essas relações se concretizam e se tornam formadoras dos lugares, caracterizando o que entendemos por produção e reprodução do espaço, que pode ser vista, percebida e vivida. Dessa forma, a apropriação de um espaço-tempo torna-se uma maneira de o ser humano se conectar e se apropriar do mundo.

A cidade, caracterizada pela produção social em um espaço-tempo, revela-se como uma parte à margem da sociedade. Sua materialização ocorre por meio da prática socioespacial que, ao ser dominada pelas possibilidades de acumulação, torna-se abstrata e empobrecida. Contudo, o uso e a apropriação da cidade são restritos e limitados. Além disso, a nova dinâmica das relações sociais de produção nas cidades leva a uma maior aceitação da realidade, apropriando-se dos espaços-tempo do cotidiano das pessoas. Relaciona-se às diversas etapas da vida em um lugar específico na cidade, com a prática socioespacial ocorrendo em lugares estabelecidos e padronizados, assim, a atividade de um lugar se articula-se a outras (Carlos, 2007).

As áreas residenciais segregadas representam um elemento fundamental no processo de reprodução das relações de produção, no qual diferentes classes sociais e suas subdivisões se mantêm. Nesse cenário, o bairro assume o papel de espaço de reprodução para diversos grupos sociais (Corrêa, 2002).

A distância das habitações nas periferias até os centros cresce, o que torna necessário o uso de transporte público para estes cidadãos. Em relação à expansão do tecido urbano, associada à habitação popular e ao transporte público, observa-se uma valorização significativa dos centros da cidade, o que reforça a ideia de progresso e modernidade, evidenciando a atuação de burguesia na construção do espaço de poder (Monte-Mor, 2006).

No que se refere à reprodução do espaço urbano metropolitano, Carlos (2007) afirma que esta ocorre de forma intensa por meio da construção, da autoconstrução e também da destruição de bairros, com propósito de promover a acumulação. Esse processo manifesta-se igualmente na necessidade de redirecionamento de setores industriais, o que fortalece a centralidade do capital na metrópole e acompanha a modernização, por meio da oferta de serviços modernos. Tais transformações nos espaços urbanos atribuem-lhes novos sentidos, alterando usos, funções e formas de apropriação do território, bem como o modo de vida.

Um dos grandes desafios a serem enfrentados no âmbito da moradia refere-se às problemáticas urbanas. As questões relativas à moradia digna e à cidade estão interligadas, pois, a moradia compreende o acesso a serviços, materiais, infraestrutura e uma localização próxima a oportunidades de emprego, saúde, educação, entre outros. O direito à cidade tem sido amplamente debatido em eventos internacionais que reúnem diversas lideranças mundiais (Sanches; Sobreira; Araújo Junior, 2017).

Segundo Carlos (2007), a cidade pode ser compreendida de várias maneiras, uma delas é por meio da dialética, como produto, condição e meio para a produção e reprodução das relações sociais. Nesse sentido, a cidade apresenta-se como espaço social, por constituir a realização de um ser social que produz um espaço histórico. Já Corrêa (2002) considera que a cidade é também lugar de reprodução e de vivência de diferentes classes sociais, indo além das dimensões de fragmentação, articulação, reflexo e condicionante social, podendo estar ligada tanto ao cotidiano como ao futuro. A partir de suas vivências no espaço urbano, os grupos sociais criam símbolos e significados para seu uso, construindo características próprias. Do mesmo modo, o espaço urbano torna-se campo de lutas sociais por diversos grupos, cujo objetivo é a efetivação do direito à cidade.

Para Corrêa (2002, p.9), “o espaço urbano é: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Nessa perspectiva, Carlos (2007) argumenta que o espaço urbano é experimentado e percebido de forma desigual, marcado pela dominação da propriedade privada como expressão da concentração de riqueza. Tal dinâmica estabelece conflito entre uso e valor de troca, o uso vincula-se às necessidades humanas, enquanto a troca associa à lógica da acumulação, o que gera os conflitos, no âmbito da prática socioespacial.

Dessa forma, os usos do espaço urbano são determinados pela propriedade privada, que definem e redefinem constantemente tais dinâmicas. Além disso, a propriedade privada interfere na estruturação do espaço ao estabelecer uma separação entre as classes sociais. A apropriação do espaço urbano ocorre por meio das práticas dos indivíduos, expressas em

padrões de construção, fluxos e centralidades. Esses elementos caracterizam a cidade e evidenciam e evidenciam as diferenças socioespaciais resultantes dos processos de segregação e fragmentação. Os sujeitos que produzem o espaço intensificam os conflitos entre valor de uso e troca, ao favorecer o mercado, mesmo quando não há necessidade imediata de uso. Esse processo é influenciado pela sociedade de consumo, que dita tendências e demandas do momento. Assim, criam-se espaços com significados e funções distintos, nos quais o mercado prevalece para gerar novas necessidades de consumo (Pereira, 2006).

As ações dos sujeitos, enquanto formas de luta, constituem maneiras de contestar a produção da cidade pautada valores e normas de dominação oriundas da propriedade privada. Considera-se que os habitantes vivenciam limitações em seu cotidiano e percebem o espaço urbano como um local de privação, perda e, ao mesmo tempo, estranhamento. Dessa forma, ficam expostos à desarticulação entre o tempo da vida e as transformações da morfologia urbana implementadas por políticas urbanas no âmbito do Estado. Essa desordem evidencia a existência de uma produção da cidade marcada pela alienação (Carlos, 2007).

As transformações no processo de reprodução do espaço urbano revelam-se por meio dos usos atribuídos a esses espaços, seja pela modificação de lugares conhecidos e reconhecidos nas práticas cotidianas, seja pelo fortalecimento de práticas que ocorrem sem mediação de troca mercantil, seja ainda pela constituição de lugares marcados pela ausência. Nesse contexto, a forma momentânea dos espaços viabiliza a prática moderna. Assim, o habitante passa a ser visto apenas como um morador, assumindo o papel de cidadão somente quando se torna usuário dos serviços. Nesta perspectiva, a forma urbana carrega grandes valores que ultrapassam sua materialidade, pois integra as experiências da vida por meio da prática socioespacial, contribuindo para a construção da identidade e para a formação de memórias. As atividades construídas diariamente estabelecem a duração das formas como resistência do uso por meio do corpo. Contudo, a propriedade privada, ao renovar espaços e instituir novas formas de uso, contribui para que a vida cotidiana perca sua prática no espaço fragmentado, o que resulta em exclusão. Os indivíduos excluídos são aqueles que não tem poder de fala ou não são ouvidos, encontrando possibilidade de voz sobretudo no âmbito político, por meio da participação social (Carlos, 2007).

O espaço urbano é moldado por diferentes práticas de uso da terra. Estes usos podem ser interpretados como formas de organização espacial que estruturam uma ou mais atividades, como a produção de mercadorias, prestações de vários serviços e o desempenho de funções simbólicas, todas associadas à dinâmica da cidade (Corrêa, 2002).

A necessidade de reprodução do capital articula-se à reprodução das relações sociais, estabelecendo um estilo de vida, padrões de consumo, perfis de consumidor, valores e necessidades. A ampla circulação de mercadorias como estratégia de reprodução do capital altera os modos de viver e impõe a incorporação de novos estilos de vida, que foram implementados pelo mercado e pelas próprias mercadorias (Carlos, 2007).

Um estilo que está se tornando cada vez mais evidente na sociedade atual é a individualidade, os sujeitos constroem relações em espaços e tempos próprios, na vida privada quanto na vida pública. O mercado exercer forte influência sobre essas dinâmicas ao estabelecer padrões segundo sua própria lógica, reduzindo o espaço a produção individual, no qual ele não se reproduz. A vivência dos lugares ocorre por meio das práticas cotidianas e dos significados atribuídos aos espaços habitados, enquanto o mercado se reinventa continuamente, cria necessidades e orienta as ações individuais (Pereira, 2006).

O espaço urbano capitalista constitui uma construção social, formada ao longo do tempo por práticas acumulativas formadas por agentes que produzem e utilizam o espaço. Esses agentes são concretos, não um mercado abstrato que atua sobre um espaço imaginário (Corrêa, 2002).

A dinâmica desses agentes desenvolve-se em função dos processos ligados ao capital. A complexidade das práticas dos sujeitos sociais gera demandas que favorece a reorganização do espaço urbano, materializando na abertura de novas áreas, na renovação de setores consolidados e na intensificação do uso de solo, entre outras estratégias (Corrêa, 2002).

De acordo com Monte-Mor (2006), a política nas cidades tem como eixo central o debate acerca da questão habitacional. Tal debate expressa, em grande medida, uma estratégia da burguesia em garantir o centro da cidade, os espaços de riqueza, poder e socialidade, ao mesmo tempo que direciona as classes trabalhadoras para conjuntos habitacionais situados nas periferias. Esses empreendimentos ofereceram suporte ao processo de industrialização ao atrair inúmeros de trabalhadores para as cidades.

No entendimento de Monte-Mor (2006), periferias das grandes metrópoles industriais passaram a concentrar investimentos voltados à reprodução coletiva da força de trabalho, especialmente no campo da habitação, elemento fundamental para essa reprodução. Soma-se a isso o transporte público, que garante acesso da população aos seus locais de trabalho e acesso as diferentes áreas da cidade.

Carlos (2007) sustenta que a revitalização urbana constitui uma abordagem que busca refletir sobre a cidade ao compreendê-la como prática socioespacial. Diante do atual processo de reprodução do espaço metropolitano, torna-se necessário intervir por meio de ações de

revitalização ou reestruturação que atribuam novas características aos lugares e reorganizem os espaços conforme as demandas atuais.

As atividades realizadas nas grandes cidades configuram as formas urbanas, que se encontram em permanente transformação, recriam-se com frequência e adquirem novos significados. Esse movimento sofre forte influência pela chegada de novas tecnologias e meios de comunicação, os quais modificaram a noção do tempo, reorganizam o processo produtivo e redefinem a concepção de espaço. Essa nova noção de espaço difunde-se rapidamente e transforma a realidade e vivida. Assim, a sociedade passa a seguir padrões definidos mundialmente, os quais se materializam tanto na paisagem como também na nossa consciência social (Carlos, 2007).

As formas podem apresentar uma curta duração, pois resultam das constantes transformações que marcam a dinâmica da cidade. Desse modo, a cidade recria-se continuamente sob influências mundiais, estabelecendo novas culturas, refazendo modos de vida, novos valores, novos signos, novos comportamentos, ao mesmo tempo que estabelece novos conceitos. Esse movimento tende conseqüentemente excluir elementos anteriormente presente, como os símbolos, modificando os modos de uso dos espaços e alterando as relações entre os cidadãos e as formas de apropriação da cidade. Nesse sentido, quando o processo de reprodução do espaço se realiza por meio da reprodução da sociedade, tais fatores produzem novas contradições devido ao capitalismo (Carlos, 2007).

O processo de transformação urbana também se efetiva por meio da locomoção, isto é, pela prática cotidiana do ir e vir dos cidadãos. As percepções acerca do espaço urbano são redefinidas e reinterpretadas devido à implementação de novos elementos à estrutura urbana. Cada indivíduo seleciona determinados locais para seu uso, buscando usufruir do espaço urbano em sua dimensão social.

A partir das vivências e experiências de uso, formam-se percepções, fantasias, desejos ou frustrações em relação ao espaço. Com base na realidade de cada sujeito e do uso que faz do espaço, produzem-se e reproduzem-se significados, atribuindo-se valor ao espaço com base em sua experiência vivida. De acordo com os trajetos percorridos, certos espaços adquirem maior relevância simbólica e são explorados com mais intensidade, enquanto outros permanecem restritos, sem que se alcance a compreensão da totalidade concreta, cuja interpretação é feita de modo individual, pois cada indivíduo o transforma e deixa suas marcas nele (Pereira, 2006).

O Estado exerce sua dominação política sobre o espaço e influencia diretamente sua reprodução. Para isso, estabelece normas para o uso do território, como os planos diretores,

além de hierarquizar investimento e definir prioridades na organização da cidade (Carlos, 2007).

Corrêa (2002) ressalta que os principais agentes sociais que produzem a cidade são os proprietários dos meios de produção, especialmente as indústrias, os proprietários de terras, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais minoritários.

Esses agentes atuam sob um marco jurídico que regula suas práticas. Essa estrutura normativa reflete, em grande medida, os comandos dominantes de determinados, embora existas situações específicas em que ocorram infrações motivadas por interesses particulares. Entre os três primeiros agentes citados anteriormente, verifica-se diferenciação quanto às formas de atuação, contudo, há elementos que os aproximam, como a apropriação da renda da terra e as práticas capitalistas dominantes, nas quais se evidencia a reprodução das relações de produção e, como consequência, a acumulação e a valorização do capital. Observa-se que, no estágio atual do capitalismo, os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário encontra-se articulados entre si, formando grupos que atuam em diversas atividades, seja a compra, na especulação, no financiando, na administração ou na produção o espaço urbano (Corrêa, 2002).

Os planejamentos adotados por esses agentes são modificam-se no tempo e no espaço, em razão de fatores internas e externas. Essas mudanças relacionam-se ao modelo de capital de cada agente, aos processos de acumulação e aos conflitos de classe. Os grandes proprietários configuram-se como expressivos consumidores do espaço, pois necessitam de terrenos amplos, bem localizados e com custos reduzidos, a fim de valorizar as atividades de suas empresas. Já os proprietários fundiários buscam ampliar a renda da terra por meio do uso remunerado de suas propriedades, seu grande foco é modificar as terras rurais em urbanas, o que impulsiona a expansão da cidade e a valorização imobiliária (Corrêa, 2002).

Torna-se fundamental a construção de um pensamento crítico sobre a produção do espaço urbano no mundo moderno, de modo a contribuir para a compreensão das contradições decorrentes da reprodução da sociedade em um período de intensa expansão da urbanização. Esse processo ocorre em meio a novas relações entre o Estado e o espaço, sustentadas por uma linguagem política que valoriza a atuação estatal e ressalta a importância das intervenções e da gestão territorial. A cidade deve ser apropriada pelo indivíduo por meio de sua prática socioespacial, constituída a partir dos usos e expressa nas relações espaço-tempo, o que amplia e qualifica a apropriação dos lugares onde a vida se realiza (Carlos, 2007).

O estudo de Carlos (2007) informa que a realidade se produz de forma desigual, o que evidencia as transformações do mundo contemporâneo. Nesse contexto, torna-se essencial distinguir o direito à cidade como direito de uso, o qual envolve diversas formas de

apropriações, inclusive o acesso aos direitos básicos. Assim, o direito à cidade pode ser compreendido como negação de uma realidade distorcida, da identidade abstrata, da indiferença, da propriedade privada e da influência do mercado. A realidade construída a partir da concentração de momentos da prática socioespacial impulsiona a manifestação de movimentos sociais, que questionam as formas de conceber e planejar a cidade. Desse modo, cria-se possibilidade de apropriação urbana que priorizam a dimensão social em vez da lógica política.

O modo como organizam e se reproduzem os espaços urbanos impacta diretamente o deslocamento das pessoas, que necessitam circular diariamente para desenvolver suas atividades cotidianas. O deslocamento está presente na vida diária e pode tornar-se mais acessível conforme a realidade econômica de cada indivíduo. Dessa forma, torna-se necessário compreender alguns aspectos fundamentais relacionados ao deslocamento urbano.

## **2.2 Deslocamento Urbano: Percursos, Acessos e Limites**

Conforme exposto por Cavalcanti (2017), a cidade é considerada como lugar onde ocorre a vida diária de grande parte da população, onde se produz o estilo de vida dominante na sociedade atual. O ensino de Geografia, ao abordar a cidade, contribui para a compreensão do espaço, para a prática cidadã e para a análise da dimensão territorial e do modelo de vida coletiva, além de tratar conceitos fundamentais como paisagem, lugar e território. Dessa forma, os professores atuam como mediadores, conectando os estudantes a temas geográficos e associando suas vivências a conceitos científicos. O estudo da cidade contribui com as percepções e experiências do dia a dia, levando os estudantes a refletir sobre elas e a compreender as dinâmicas que ocorrem no espaço urbano.

Ao abordar o termo cidade no ensino de Geografia, é discutida algumas categorias geográficas que contribui para a compreensão do espaço e modos de vida. Assim, o professor associa o conhecimento científico com a realidade do educando.

O professor contribui para o desenvolvimento da aprendizagem, que é fundamental para o cotidiano dos estudantes na apropriação do espaço. O acesso aos espaços públicos, que desempenha um papel significativo em suas práticas, está relacionado ao direito à cidade. Assim, torna-se necessário um debate contínuo sobre os espaços vívidos, em que estes estão em constante transformação, impactando as experiências, os deslocamentos e o contexto familiar e social, além de remodelar os conceitos dos indivíduos (Cavalcanti, 2017).

O ensino de Geografia, ao abordar o tema cidade, contribui para a formação cidadã ao dar significado a vida coletiva. Esse processo é fundamental para o desenvolvimento de habilidades que permitem aos estudantes compreender e analisar o cotidiano, percebendo os diferentes espaços da cidade, dinâmicas, apropriações e a produção do território. Dessa forma, a Geografia escolar contribui para a aprendizagem desses estudantes, mas é necessário que faça uma articulação dos temas de sala de aula às próprias experiências de vida (Cavalcanti, 2017).

Nesse sentido, uma das formas de abordar a realidade vivenciada pelos estudantes é compreendendo o seu deslocamento urbano e a dinâmica de circulação do seu dia a dia na cidade. Assim, é possível compreender a relação entre os sujeitos e os espaços urbanos.

Vasconcellos (2012), traz o conceito de cidade como uma produção social. Essa produção ocorre de forma coletiva e se manifesta de diversas maneiras ao longo do tempo, ora de maneira rápida, ora mais lentamente. Simultaneamente, observa-se a destruição de construções e erguendo novas, substituindo as antigas, um processo que acontece de forma constante.

A transformação do espaço social é constante, ressignificando seu sentido, ocorrendo em diferentes tempos históricos.

A interação entre diversas forças de interesses de indivíduos e empresas privadas/públicas forma uma rede com diversos propósitos. Estes objetivos estão centrados não só no indivíduo, mas em todo o sistema político e econômico; no Estado; na indústria automotiva; nos capitais financeiro, industrial e comercial; no sistema de transporte e trânsito; os processos migratórios; o valor da terra; e a dinâmica da economia. Esses agentes influenciam na produção do espaço urbano, determinando tanto a forma de organização quanto o uso do transporte e do trânsito. Com o desenvolvimento econômico diversificando atividades e, conseqüentemente, formando novas classes médias, aumentou o interesse pelo deslocamento social, destacando o uso dos automóveis. (Vasconcellos, 2012).

Os deslocamentos, sejam diários ou eventuais, evidenciam a dinâmica da cidade e seu funcionamento, em que suas partes estão conectadas entre si. Como exemplos de atividades que geram interações e experiências que moldam o espaço urbano, destacam-se as visitas a parentes e amigos, as compras em centros comerciais ou em lojas de bairro, além dos deslocamentos para o trabalho. Essas atividades espaciais contribuem para a compreensão da cidade, mostrando como o espaço urbano é vivenciado e experimentado pelos sujeitos em seu cotidiano (Silva, 2024).

Apesar dos deslocamentos dos sujeitos podem manter ou não uma constância, isso é refletido a dinâmica da cidade, com ligação entre os fixos e fluxos, não podendo ser dissociável, estando presente na prática diária dos sujeitos.

Para Pereira (2006), é fundamental que haja circulação para o deslocamento das pessoas, seja para o trabalho, a moradia ou a realização de outras atividades. No entanto, esses deslocamentos envolvem custos que muitos não conseguem arcar, levando-os a utilizar meios alternativos, como caminhar ou andar de bicicleta. Tanto a circulação quanto o deslocamento das pessoas, os bens e mercadorias ocorrem de forma distinta, segundo as condições econômicas, políticas e sociais.

Devido aos processos de urbanização e industrialização, a cidade, assim como os locais onde diversas atividades ocorrem, também se reorganiza em relação ao uso do solo, acompanhando a direção da expansão urbana e suas infraestruturas. Assim, a estruturação espacial se desenvolve por meio dos transportes, que, por sua vez, são definidos de acordo com o poder aquisitivo de cada indivíduo (Pereira, 2006).

Conforme Silva (2024), os processos socioespaciais, que envolvem desde a distribuição de serviços até a organização do tecido social, resultam em padrões de deslocamento e interação na cidade. Ao buscar compreender essa dinâmica, observa-se que a estrutura urbana é transformada por fatores sociais, econômicos e culturais, refletindo diretamente nas formas de deslocamento e de atuação das pessoas nos espaços urbanos, em diversas escalas. A seguir compreende-se que:

A qualidade da viagem não motorizada com motivo de estudo em direção a alguma instituição de ensino, por exemplo, além da distância a ser percorrida pela população de estudantes, é também impactada diretamente pela existência de obstáculos nas calçadas e suas interconexões entre passeio, rampas e escadarias que venham a existir. Além disso, é claro, deve-se considerar também, a forma urbana da cidade, pois este, pode ser um fator importante que influencia diretamente na escolha por viagens a pé (Silva, 2024, p. 30).

Dessa maneira, o deslocamento é fundamental para a reprodução social. No entanto, para que ele ocorra, são necessários elementos econômicos e espaciais, que podem influenciar, positiva ou negativamente, na diversidade e na intensidade desses deslocamentos. Os grupos de menor renda, quase não circulam pela cidade, devido à falta de deslocamento, deixando de conhecer parte de seu território, e, assim deixando de conhecê-lo na totalidade (Pereira, 2006).

O deslocamento elaborado no dia a dia das pessoas é influenciado pelo poder aquisitivo de cada um. O poder aquisitivo dos sujeitos que pode determinar a capacidade de circulação na cidade, em sua totalidade ou não.

Segundo as perspectivas de Lira e Cordeiro (2023), as construções das cidades ocorrem por meio das redes técnicas e sociais. Estando sempre em uma constante transformação, ao

ritmo das mudanças técnicas e sociais, estabelecendo novos hábitos e redes. Estudantes fazem uso de tecnologias como dispositivos digitais para se comunicarem, estudar, como também para traçar seus caminhos pela cidade. É neste aspecto, que o espaço urbano é transformado a partir da movimentação que ocorre na cidade, podendo ser coletivos ou individuais, além de ser necessário fazer uso de algum tipo de transporte. Os meios de transporte usados podendo ser públicos ou privados, refletindo de forma distintas no trânsito, com dinâmicas complexas e mudanças constantes.

As redes técnicas e sociais devido as tecnologias reorganizam os fluxos urbanos e a forma como os estudantes se deslocam, se comunica e orientam na cidade, ao mesmo tempo, essas tecnologias redefine as experiências e vivência no espaço urbano desses mesmos estudantes. Grande parte das interações que ocorriam fisicamente passa a acontecer atrás de telas virtuais devido as plataformas digitais.

A prática desses indivíduos no espaço urbano pode tornar-se fragilizada pelo uso intensivo das tecnologias digitais, deixando de ocorrer no espaço real para o virtual. As tecnologias digitais trazem diversas mudanças sejam positivas ou negativas, algumas dessas mudanças são a implementação de Uber, Ifood, sites de compras, comunicação, redes sociais, Apps de bancos, farmácias, serviços de assinatura (Netflix, etc), canais de TV, cursos EAD, bibliotecas digitais, trabalho remoto, plataformas de vídeos, etc. São diversas as atividades para se realizar sem sair de casa, sendo necessário o acesso à internet, o que contribui para a permanência do convívio virtual e ressignificando as relações com o espaço urbano.

Nas últimas décadas, o uso das redes sociais virtuais no dia a dia das pessoas tem ganhado destaque, tornando-se um meio de interação social, bem como de comércio, propaganda, marketing, lazer e aprendizado. Com o passar do tempo, essas redes foram se modificando em seus modos de interação, funcionalidades e públicos específicos, adaptando-se às transformações sociais, econômicas e tecnológicas. as redes sociais virtuais têm estado cada vez mais presentes em nossa rotina diária (Bernardes *et al.* 2025).

Silva e Silva (2017), argumenta que devido a inserção das tecnologias digitais no cotidiano das pessoas, surgem novos problemas sociais e comportamentais. Com a facilidade de acesso sem restrição de uso essas tecnologias podem gerar a dependência digital. Nesse contexto, as tecnologias contribuem com o isolamento social, afeta a socialização, unindo o mundo real com o virtual sem distinção.

Com a chegada da tecnologia digital, o bem-estar das pessoas torna-se fragilizado quando o tempo livre é utilizado de forma inadequada. Entre as consequências, destacam-se o sedentarismo, o isolamento, as alterações nos hábitos de sono, de alimentação e de convívio

familiar e social, efeitos que podem se prevalecer a longo prazo. Quando o uso das tecnologias é seguido de orientações tem-se contribuições na aprendizagem, no desenvolvimento de capacidades como a concentração, memória, atenção, visão espacial e raciocínio lógico, etc. Atualmente o uso da internet está se tornando dependência tecnológica instigando as famílias, educadores, pesquisadores e a sociedade (Zancan; Tono, 2018). Complementando esta ideia Silva e Silva (2017) indica que os sujeitos da fase da adolescência são desconectados do mundo virtual, a realidade é confusa, o mundo e as pessoas reais não fazem parte do seu dia a dia, em virtude da falsa sensação de felicidade que o mundo virtual oferece. Como esses sujeitos estão sempre ligadas as redes digitais, eles deixam de viver o real, afastando-se das pessoas de forma afetiva e social.

O acesso às tecnologias da informação e da comunicação tem gerado fragilidades na maneira como os sujeitos vivem e registram suas experiências, assim como na forma de se relacionarem com a sociedade, com o espaço que ocupam e com seu lugar no mundo (Pires, 2016). O uso das redes sociais virtuais é contraditório, pois elas podem ser utilizadas para diversas finalidades, como a socialização, o apoio e o acolhimento de internautas que compartilham questões em comum. No entanto, também são usadas para a disseminação de *fake news*, ataques preconceituosos e diferentes formas de violência (Bernardes *et al.* 2025).

O marketing digital está tão implementado e diluído nas práticas diárias que muitas ações cotidianas, desde a simples sociabilidade até o objetivo de reduzir distâncias, ritmos e temporalidades, são manipuladas pelo mercado de maneira quase ausente aos nossos olhos. Esse processo influencia nossas ações e decisões, apropria-se do nosso tempo e atenção, e está diretamente relacionado à dinâmica de intensificação da modernidade (Bernardes *et al.* 2025).

Compreendemos que as tecnologias não determinam a sociedade, mas a sociedade é moldada por ela a partir das necessidades, valores e interesses de cada indivíduo que as utiliza, é importante reconhecer que, por si só, elas não são suficientes para criar formas de organização e interação social nas redes de comunicação digital. Diante dos avanços tecnológicos em constante expansão, os estudantes acabam se baseando em padrões de comportamento e valores de alcance global, que estabelecem novas referências e parâmetros para os seus comportamentos (Pires, 2016).

O crescimento tecnológico impulsionado pela internet tem promovido a construção de uma nova cultura, provocando mudanças significativas no comportamento da sociedade. Esse processo também altera as percepções sobre o mundo, sobre si mesmos e sobre o outro. Esses avanços tecnológicos diminuem distâncias, conectando lugares e pessoas em rede, aumentando a rapidez e a velocidade de comunicação e o acesso a informações. Nesse sentido, as tecnologias

digitais tem favorecido para a construção do espaço isolado. Os espaços públicos da cidade deixaram de ser locais principais para a formação das relações sociais. Estes espaços estão sendo alterados pelo mundo digital, com as comunidades virtuais dispensando o contato físico, assim os estudantes criam relações sociais que vão para além do espaço geográfico (Pires, 2016).

O uso das tecnologias influencia na dinâmica de vivência do espaço urbano. Atividades que antes eram realizadas em espaços públicos e de forma coletiva passou a ser feita por telas, muitas vezes dentro de sua casa ou especificamente no próprio quarto. Compreende-se que essas tecnologias estão presente na vida diária das pessoas de diferentes faixas etárias, utilizadas de diversas formas, alguns controlando seu uso e outros não. Apesar do aumento da mediação tecnológica, a vivência com e no espaço urbano se faz presente.

A relação construída entre os estudantes nos deslocamentos na cidade, seja pelo meio de transporte, pelas caminhadas, pela ida compartilhada ao mesmo sentido, lhes proporciona experiências de si. Compreendemos que os educandos ao fazerem trajetos juntos, nos mesmos horários em sua rotina diária, contribui para que eles se conheçam. A diversas formas de deslocamentos por meio de transporte que são elaboradas pelos jovens, propõe que não se trata apenas de uma forma de transporte, mas de um “espaço” que faz parte do dia a dia do estudante (Lira; Cordeiro 2023).

Desse modo o deslocamento urbano é influenciado por alguns fatores como acessibilidade, segurança e conforto que são oferecidas as pessoas. A qualidade das calçadas e as condições de travessia entre as vias são de grande importância para o deslocamento de forma segura das pessoas que estão caminhando. Os que fazem uso de bicicletas, necessitam de segurança nas vias. Aos usuários de transporte público, linhas disponíveis, qualidade do transporte e tarifas acessíveis (Lira; Cordeiro 2023).

A discussão aqui apresentada, articula-se com diversos autores, mas fundamenta-se sobretudo nas obras de Vasconcellos (2012; 2013), construindo o eixo teórico desta análise.

O deslocamento feito a pé é considerado como o ato mais humano, pois todos nós o desenvolvemos em algum momento. Para este deslocamento se faz necessário as calçadas, vista como um elemento crucial para a circulação de pedestres. Sobretudo, no Brasil, tem-se vias sem calçadas ou calçadas de má qualidade (Vasconcellos, 2012).

Nesse aspecto, devido à urbanização nas cidades, consequentemente aumentou as distâncias, fraturas e segregações que foram intensificadas nas cidades. Diante desse cenário, destaca-se que o deslocamento “a pé é o modo mais importante em um sistema de circulação justamente por se tratar de onde começa e onde termina todos os percursos. É também a forma

mais democrática de movimento, de usufruto da cidade, de pertencer e possibilitar o encontro social” (Druciaki; Martins; Rodrigues, 2024, p.234).

Pereira (2006), argumenta que o deslocamento de pessoas ocorre mediante o transporte, podendo variar segundo o meio no qual está inserido. Em algumas situações tem-se a possibilidade de se movimentar a pé. Mas, como a extensão territorial desse espaço se desenvolve e o centro comercial permanece centralizado, faz necessário o uso de transporte motorizado para a circulação. Esses transportes podem ser públicos, privados, coletivo ou individuais, sendo definido mediante a renda de cada indivíduo, onde ele apresenta grandes diferenças, seja na qualidade, no tempo gasto para se movimentar e com acessibilidade fragilizada no transporte coletivo.

De acordo com Vasconcellos (2012; 2013), a sociedade tem necessidade de circulação no seu dia a dia para que possam realizar suas atividades sociais, culturais, políticas e econômicas. Portanto, em outra perspectiva a circulação depende das condições físicas, pessoais e de pagamento de cada indivíduo, ou seja, o uso das vias da cidade se dá a partir do perfil socioeconômico de cada cidadão. Quanto maior sua renda maior será seu deslocamento, conseqüentemente fazendo mais uso de automóvel em vez de outros. Os habitantes que possuem renda baixa tendem a usar mais os meios de transportes mais vulneráveis, como bicicleta, ou mesmo a pé.

As pessoas com menor poder aquisitivo, por residirem em áreas periféricas, muitas vezes sem acesso a transporte coletivo e infraestrutura urbana adequada, não têm o hábito de frequentar o centro da cidade. Para elas, ir ao centro é geralmente associado a atividades específicas, como pagar contas ou fazer compras, e, em alguns casos, essa experiência pode ser percebida como lazer. Já para aqueles com maior poder aquisitivo, há pouco interesse no comércio popular, preferindo frequentar shopping ou áreas específicas para serviços, como saúde e comércio (Pereira, 2006).

Para que as pessoas consigam realizar suas atividades diárias, é necessário organizar seus deslocamentos, escolhendo a melhor forma de transporte para garantir sua circulação na cidade. Três elementos influenciam as decisões de cada indivíduo: fatores pessoais, como as condições físicas e financeiras; fatores familiares, como a cultura local e o ciclo de vida; e questões externas, como a disponibilidade de meios de transporte. Um exemplo claro disso é que, quando a renda familiar é baixa, opta-se por utilizar os recursos disponíveis para custear o transporte coletivo. Por outro lado, famílias com renda média tendem a utilizar o automóvel, mas essa escolha também dependa do preço dos combustíveis. Nesse sentido, é possível perceber que, à

medida que a renda familiar aumenta, seu deslocamento também tende a crescer (Vasconcellos, 2012).

Os indivíduos estruturam sua vida de acordo com as funções e atividades que desempenham, tendo o trabalho como ponto de partida para a organização das demais tarefas. Dessa forma, a maior parte do tempo é dedicada ao trabalho, enquanto o tempo livre é destinado a outras práticas, influenciadas pelo poder aquisitivo de cada pessoa. Assim, o uso do espaço urbano e o acesso à cidade ocorrem de maneiras qualitativamente distintas, dependendo das condições econômicas de cada indivíduo (Pereira, 2006).

Vale realçar que tanto os pedestres como os ciclistas não são definidos como cidadãos prioritários no trânsito. Uma das formas que podemos compreender esta ideia é que as calçadas são de responsabilidade do proprietário daquele lote e não do poder público, ficando livre das manutenções e o dever de cuidar das calçadas da cidade. Da mesma maneira, tem-se a sinalização de trânsito com semáforos, onde os pedestres não são valorizados. Ao aderirem o uso da bicicleta tem-se várias contribuições, tanto pessoais como para a sociedade, podendo ser um meio de fazer exercícios físicos e um modo de transporte sem poluição. Infelizmente projetos que valoriza o uso da bicicleta são frágeis comparando com outros meios de transportes maiores (Vasconcellos, 2013).

Tanto para pedestres, ciclistas, ou aqueles que não usam transportes motorizados, o sistema viário se tornou perigoso para sua circulação (Vasconcellos, 2013). A bicicleta é considerada o veículo privado mais usado no mundo pelas pessoas. Tendo como ponto positivo o seu baixo custo de aquisição, operação e manutenção, fácil de usar e estacionar. Sem falar na sua contribuição para a saúde. Como ponto negativo, tem-se a falta de segurança no trânsito, conseqüentemente alto risco de acidente. Isto ocorre por falta de estrutura viária e sinalização adequada e também a falta de respeito por outros veículos (Vasconcellos, 2012)

Ao realizar a travessia de uma via, o pedestre está atento à sua segurança, já o motorista prioriza a fluidez do tráfego, buscando evitar atrasos. Assim, o pedestre precisa encontrar ‘brechas’ de tempo para atravessar. Dessa forma, a fluidez dos veículos acaba se ampliando à custa da fluidez dos pedestres, com um alto risco de atropelamento. “Se forem instalados obstáculos para reduzir a velocidade, a segurança e a qualidade de vida melhoram a custo da fluidez” (Vasconcellos, 2012, p. 46).

Outros fatores que colabora com o deslocamento é a quantidade e a qualidade do transporte público, a segurança do lugar e o local e horário de funcionamento para realizar as atividades desejadas. A locomoção das pessoas está relacionada à localização de seus destinos, o que influencia tanto o tempo quanto o custo até o local desejado. Na cidade, existem diversas

possibilidades de deslocamento, como ir ao trabalho, à escola, ao supermercado, ao médico, à praça ou ao cinema. Quando esses locais estão situados próximos aos indivíduos, o tempo e o custo gastos com o deslocamento tendem a ser menores (Vasconcellos, 2012).

Em relação ao uso da cidade, há desigualdades em sua apropriação. A autonomia de ir e vir nas grandes cidades está relacionada ao acesso que o indivíduo possui aos meios de transporte e às possibilidades de circulação disponíveis. Ou seja, as diferenças no acesso ao transporte estão diretamente ligadas a categorias como pobreza, idade, gênero e condição física. Em relação ao gênero, os homens desenvolvem muito mais deslocamentos em vez das mulheres. O homem considerado como o provedor, que precisa realizar tarefas fora de casa e a mulher como responsável pelas tarefas domésticas e familiar (Vasconcellos, 2012).

Os grupos sociais com menor poder aquisitivo enfrentam grandes dificuldades em relação ao seu deslocamento na cidade. Um dos primeiros problemas é o local de moradia, geralmente situado em áreas periféricas, distantes do local de trabalho e com poucos equipamentos públicos, como escolas e postos de saúde. O segundo é a falta de calçadas adequadas e de condições que permitam a pedestres e ciclistas exercerem seus papéis com segurança. O terceiro diz respeito à má qualidade do transporte público ou às tarifas elevadas. O quarto é um trânsito planejado prioritariamente para atender aos automóveis, negligenciando pedestres, ciclistas e até mesmo o transporte público. E, por fim, a falta de manutenção dos veículos, tanto públicos quanto privados, os torna mais poluentes (Vasconcellos, 2012).

No planejamento urbano deve-se favorecer os interesses coletivos junto ao transporte público, promovendo a acessibilidade no uso da cidade, levando em conta que as atividades como o trabalho, educação, saúde, lazer, comércio e serviços estão distribuídos em diversas áreas da cidade. Logo, percebemos que quando a acessibilidade não é valorizada/implementada nos planejamentos urbanos tem-se uma maior diferença socioespacial (Pereira, 2006).

Boa parte dos recursos públicos destinados aos sistemas de transporte nos países em desenvolvimento são investidos na adaptação e ampliação de ruas e rodovias (e rodoviária). Considerando que as vias são usadas de forma coletiva, ocorrendo naturalmente e, que todas as pessoas usam por igual. Algumas estratégias podem ser empregadas durante o planejamento do deslocamento urbano, como: construção e alargamentos de calçadas; estreitamento de pista próximo a faixa de pedestre; uso de lombadas; uso de pavimentos rígidos; essas medidas visam a diminuição de velocidades dos veículos. Tem-se também medidas que contribui com os pedestres, ciclistas e evitando acidentes, como a iluminação de locais de travessia; construção de local de descanso em travessias longas; construção de minirrotatória e criação de condições para o uso seguro de ciclistas (Vasconcellos, 2012).

Mas, será mesmo que as vias são usadas de forma coletiva? As vias são usadas de forma igual, indiferentemente do poder aquisitivo de cada grupo? Podemos até ter os mesmos direitos, mas nem todos fazem o mesmo uso dele. A partir destas indagações faz-se necessário compreender como ocorre as dinâmicas, vivências, experiências, apropriação, ou seja, os usos do espaço urbano na perspectiva dos sujeitos sociais.

Assim, na pesquisa nos apropriamos da Cartografia Social para compreender as práticas espaciais cotidianas, pensadas a partir da cidade, dos usos dos espaços urbanos pelos estudantes do Ensino Fundamental como possibilidade de construção do conhecimento e pensamento geográfico.

A Cartografia Social enquanto metodologia participativa, que atua valorizando a subjetividade dos sujeitos, destaca o conhecimento e experiências de cada um. Nesse sentido, essa linguagem cartográfica colabora na interpretação das dinâmicas do espaço urbano, ressaltando as experiências de cada indivíduo. No capítulo a seguir, buscamos compreender essa cartografia como possibilidade para prática didática no ensino de Geografia.

### 3 CARTOGRAFIA SOCIAL COMO PRÁTICA DIDÁTICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A Cartografia Social tem se consolidado como uma importante ferramenta de leitura, representação e interpretação do espaço geográfico, valorizando os conhecimentos, as experiências e as percepções dos sujeitos sobre os territórios que vivenciam. No contexto educacional, essa abordagem amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem da Geografia ao estimular a participação ativa dos estudantes na construção de representações espaciais. Nesse sentido, este capítulo aborda os fundamentos históricos e conceituais da Cartografia Social, aborda seu papel como linguagem de representação do espaço e analisa suas contribuições como prática didática no Ensino de Geografia.

#### 3.1 Cartografia Social: Breve história e conceituação

Para Souto (2021), desde muitos anos na história, os indivíduos já faziam uso de mapeamento, em diversas formas, como as pinturas rupestres com localizações e direções de lugares. Nos últimos anos, estudos sobre a Cartografia Social têm ganhado destaque no Brasil, tendo como proposta em contribuir com mapeamentos e resoluções de conflitos de grupos sociais. Os grupos em disputa se distinguem-se seja pela sua força econômica, seja por sua força política, buscando minimizar este aspecto e dar voz a esses grupos, tem-se a Cartografia Social, que promove o empoderamento aos grupos mais vulneráveis.

A expressão Cartografia Social surgiu na literatura acadêmica em língua inglesa, como *social cartography*, no início da década de 1990, a partir das contribuições do teórico Rolland Paulston. Esse teórico atuava nos Estados Unidos, na *School of Education da University of Pittsburgh*, e dedicou-se ao estudo de geógrafos que questionavam as fronteiras disciplinares e conceituais após o colapso da Guerra Fria, no início dos anos 1990. Nesse contexto, foram propostos estudos que objetivavam localizar e colocar em debate grupos da Educação Comparada, por meio de uma interpretação detalhada de textos da área. Essas investigações passaram a ser reconhecidas como Cartografia Social (Girardi, 2021).

Com fundamento ainda em Girardi (2021), a Cartografia posta em prática até a virada do milênio destacava os conteúdos e os aspectos técnicos do mapa. As descrições dos mapas mostram-se como: urbana, temática, náutica, topográfica, sistemática, matemática, entre outras. A parte técnica da Cartografia foi valorizada durante a II Guerra Mundial, marcando a ciência cartográfica, com a cartografia topográfica em busca do rigor e a cartografia temática com contribuições para sustentar o paradigma da comunicação cartográfica. Essas foram as

principais bases de pesquisa em cartografia até os anos 1990. Com a chegada da informática, a partir de 1990, e, em seguida, da internet, estabeleceram-se novos meios de informação e comunicação, logo, a circulação e produção dos mapas foram expandidas. A velocidade que a internet oferece para a circulação de informações fez com que antigos setores de trabalhos de cartógrafo se expandissem. Nesse sentido, os anos de 1990 registraram o início da disseminação do mapa na vida social, com novos significados e incorporações tanto na área da ciência humana como da arte, reconstruindo socialmente a linguagem dos mapas.

Já Acselrad (2010) argumenta que, a partir da década de 1990, as práticas de mapeamento que envolvem as populações locais ganharam destaque. Antes, o foco estava na identificação dos espaços e nos diversos modos de representação espacial. Com o avanço das novas tecnologias e a ampliação dos sujeitos mapeadores, passou-se a construir um campo de representação cartográfica que enfatiza as relações entre as linguagens representacionais e as práticas territoriais. Nesse contexto, a autenticidade do sujeito da representação cartográfica e seu efeito de poder sobre o território tornam-se aspectos centrais. Quando o mapeamento é utilizado como uma ação política, especialmente em situações de insegurança nos territórios, classifica-se como uma prática de políticas cartográficas.

De acordo com Almeida (2013; 2018), faz-se necessário diferenciar a Nova Cartografia Social do vocabulário Cartografia e Cartografia Social. Cartografia é entendida como norteadora de práticas que se assemelham à descrição de cartas, ao traçado de mapas e seus pontos cardeais, sendo utilizado para apropriação do território. Já a Cartografia Social, com conceitos diferentes, em sido usada por interesses particulares, por agências multilaterais, empresas mineradoras e de georreferenciamento, entre outras.

Cabe salientar que, em livro organizado por Almeida e Farias Júnior, em 2010, o último autor utilizava o vocabulário de Cartografia Social:

Pensamos a cartografia social como um instrumento capaz de dar visibilidade as reivindicações dos agentes sociais. Os croquis, elaborados pelos quilombolas é o conhecimento tradicional objetivado, ou seja, é a forma como os agentes representam sua realidade. É, mais do que tudo, um posicionamento político (Farias Júnior, 2010, p. 91).

Em momentos desse texto, Cartografia Social e Nova Cartografia Social possuem o mesmo significado, pois ambas mantêm a base de referência voltada para a perspectiva dos interesses dos sujeitos inseridos no debate.

A ideia de “Nova” na Cartografia Social objetiva uma diversidade de descrições com variadas experimentações, criadas a partir de um conhecimento voltado à realidade local. A

Nova Cartografia Social “observa os ditames do rigor científico, incorporando a mobilização dos agentes sociais e suas respectivas formas organizativas e representações do território, bem como o aspecto extremamente dinâmico do processo de produção cartográfica” (Almeida, 2013, p. 159).

A Nova Cartografia Social assemelha-se a construção descritiva, mas sem interpretações textuais das ações, e ocorre a partir das experiências e reflexões dos sujeitos, desfazendo a fantasia empirista das autoevidências e das abordagens culturalistas de campo, que destacam a interpretação de texto (Almeida, 2018).

Segundo os autores Finatto e Farias (2021), a Cartografia, usada como técnica, representa a superfície da Terra, ressaltando, historicamente, as áreas de interesses, tanto da sociedade quanto do Estado. Já Santos (2017) afirma que a referida Cartografia oficial é criada por várias escolas cartográficas e pelos geógrafos clássicos e que tal Cartografia aborda, gradualmente, o modo de construção dos mapas feitos pelos cartógrafos.

Para Farias Júnior (2010), a Cartografia Social é definida como uma abordagem que busca dar voz e visibilidade às necessidades dos sujeitos sociais, representando sua realidade por intermédio de croquis e mapas elaborados pelos próprios sujeitos. Trata-se de uma maneira de esses grupos ou as comunidades assumirem posições políticas de defesa de seus direitos.

Nas últimas duas décadas, as demandas da sociedade aumentaram, e a Cartografia Clássica não conseguia explicar as transformações ocorridas. Assim, a Cartografia passou a ser usada como mecanismo de visibilidade para grupos e movimentos sociais, com destaque para a Cartografia Social, que tem como finalidade a representação dos territórios a partir dos próprios sujeitos e de sua realidade (Finatto; Farias, 2021).

A Cartografia Social elabora uma descrição detalhada das situações sociais e dos respectivos espaços, enquanto a Cartografia Clássica é utilizada com os propósitos de armamentistas e militares, por meio de mapas e croquis, identificavam-se os povoados, vilas e rotas (Farias Júnior, 2010).

A Cartografia Social não distingue o sujeito, o pesquisador e agentes sociais mapeados. Ela é construída coletivamente entre os indivíduos, permite problematizar o conhecimento construído na sala de aula e possibilitando analisar desenvolvimento da Cartografia Social junto aos estudantes, que se torna protagonista de seu próprio conhecimento (Santos, 2017).

A Nova Cartografia Social poderia também ser chamada de “nova descrição”, pois se aproxima da etnografia por buscar descrever profundamente, por meio das relações de pesquisa e técnicas de observação, a vida social de comunidades e grupos tradicionais que estão em situação de conflitos sociais (Almeida, 2018).

Na Cartografia Oficial, a elaboração dos mapas é de responsabilidade exclusiva dos técnicos da área, que detêm o poder das informações a serem representadas no mapa. Por outro lado, a Cartografia Social realiza a construção dos mapas com a participação dos pesquisadores e os agentes sociais. Os dados para a laboração dos mapas são fornecidos pelos próprios agentes sociais (Santos, 2017).

Para Pinho e Pinho (2021), o campo da Cartografia Social apresenta-se como possibilidade de mapeamento com grupos sociais, em que o sujeito em pesquisa é o próprio protagonista do mapa. Tem como propósito em tornar acessível a linguagem cartográfica, reproduzindo as etapas de mapeamento para que pessoas sem conhecimento acadêmico ou que não tem conhecimento prévio de recursos gráficos consigam ler e interpreta o mapa. O mapeamento elaborado junto aos grupos sociais, com valorização de sua autoria, procura associar os conhecimentos cartográficos aos saberes populares, para que assim os sujeitos possam representar seus territórios de modo ativo. Nesse contexto, a Cartografia Social torna-se uma grande aliada da Geografia, pois oferece ao estudante a oportunidade de desenvolver tanto o conhecimento cartográfico quanto a compreensão do espaço, tomando como referência sua realidade vivida.

Considera-se que compreensão de Cartografia Social ocorre quando os grupos sociais que foram excluídos de importantes decisões sobre sua realidade e se apropria das técnicas e dos modos de representações cartográficos modernos. Mediante essa apropriação, evidencia-se a existência de conflitos, nos quais os grupos sociais podem reivindicar e planejar seu território, com uso de técnicas da cartografia convencional na sua ação política. Além disso, esses grupos caracterizam como sujeitos cartografantes e como sujeitos políticos, para que isso ocorra, é importante valorizar a sua autonomia na produção de informação espacial e nas decisões de suas vivências (Achselrad; Viégas, 2013).

Vale ressaltar que as técnicas cartográficas e os mapas não expressam a totalidade das informações da realidade, pois são limitadas. Nesse sentido, tais instrumentos devem ser adicionados outros recursos, técnicas e procedimentos que possam complementar os limites da cartografia. Legendas, croquis, fotografias, depoimentos e vídeos são exemplos de recursos que podem ser incorporados à construção dos mapas, tornando-os ainda mais rico em informações. Considera-se que a Cartografia Social participa do processo de luta contra preconceitos étnicos, raciais, religiosos, bem como da reivindicação de direitos, serviços e acesso a espaços públicos para a atuação de grupos sociais cartografantes. A prática dos grupos sociais de se auto-cartografar é uma maneira de assegurar sua presença no território, evidenciando-a a quem diga o contrário (Achselrad; Viégas, 2013).

As ações de geo-grafar e carto-grafar são elaboradas desde os primórdios como formas de sobrevivência. Atuar no mundo, percebê-lo, conhecer a localização de fontes de água, pastagens, plantas comestíveis e locais adequados para acampamento, além de registrar essas informações para utilizá-las em outro momento, retrata o modo como os seres humanos vivem e produzem o espaço (Katuta, 2020).

Faz-se necessário compreendermos as dinâmicas que são elaboradas no espaço geográfico, em que são construídas relações sociais entre os indivíduos. Katuta (2020), ao fazer uma análise sobre o espaço afirma que o espaço social é produzido em três categorias: espaço de representação ou espaço vivido, que relaciona com o mundo, como ele é vivenciado diariamente pelos seres humanos na escala local. A prática espacial, chamada também de espaço percebido, abrange todos os sentidos humanos, promovendo a interação do indivíduo com o espaço, o que desenvolve sensações, sentimentos e forma percepções. Ela se concretiza por meio de ações no mundo e das interações sociais, destacando a conexão entre elementos e atividades presentes no espaço. Já a representação do espaço, também chamada de espaço concebido, corresponde à dimensão que vem antes da percepção, pois, para que algo seja percebido, é necessário que antes exista no pensamento. É nessa dimensão que o ensino de Geografia atua, por meio da produção do conhecimento e do uso de representações geográficas e cartográficas, como mapas, plantas, informações, fotografias, entre outros recursos.

Podemos compreender melhor o espaço na prática por meio da Cartografia Social. Para Lima e Costa (2012), durante a prática da Cartografia Social é destacado os símbolos construídos para legenda do mapa, em que cada indivíduo expressa diversos significados por meio destes símbolos e pela subjetividade construída de forma coletiva. Cartografia Social valoriza o mapeamento para além do desenho, enfatizando o significado (subjetividade) do objeto representado, que faz parte do cotidiano do sujeito ao cartografar seu próprio espaço vivido. Com a Cartografia Social, é possível mapear diversas situações, como problemas ambientais, conflitos, transporte escolar, trabalho, lazer, histórias de vida, entre outras.

Os espaços produzidos de forma democrática valorizam a existência de diversos grupos sociais, reconhecendo suas diferentes experiências ao longo do tempo e no processo de produção do espaço (Katuta, 2020).

A análise do espaço em suas várias escalas é fundamental para a produção de lugares menos excludentes. Nesse sentido, é importante ampliar os recursos didáticos utilizados em sala de aula, uma vez que os livros didáticos não abrangem toda a complexidade do espaço produzido por diferentes grupos humanos. A Cartografia Social, portanto, contribui para ampliar a compreensão do espaço em escalas mais detalhadas, por meio de autcartografias e

mapas que revelam geografias vividas, os modos de ser e estar no mundo, além de evidenciar a atuação dos sujeitos. Esses elementos são essenciais para a compreensão da produção do espaço em múltiplas escalas, das condições de produção e da construção de lugares mais acolhedores (Katuta, 2020).

Já que compreendemos a origem e o conceito de Cartografia Social, vamos agora entender a mesma como linguagem de representação e suas contribuições para os grupos sociais.

### **3.2 A Cartografia Social como Linguagem de Representação**

As relações que se manifestam no espaço estão em constante transformação: surgem novos elementos, novas práticas são realizadas, diferentes sujeitos interagem. Esses elementos fazem com que o local esteja em permanente reconstrução. Compreendemos que o cotidiano está relacionado tanto ao passado (com conquistas territoriais, culturas definidas e experiências anteriores) quanto ao presente e ao futuro (nossas ações de hoje são pensadas em função do amanhã), estando conectado à materialidade dos espaços e à totalidade dos indivíduos que neles vivem. Tanto as relações como as ações que são produzidas no cotidiano concebem as percepções e as compreensões que são formadas na sociedade em que vivem diversos grupos sociais (Oliveira, 2019).

É importante compreendermos as dinâmicas que ocorrem no espaço. Uma das maneiras de fazer esta interpretação é por meio da Cartografia Social, considerada como uma metodologia participativa. De acordo com Oliveira (2019) a cartografia que antes se fundamentava em meios técnicos e acadêmicos, passou a ser formulada pelos próprios sujeitos, que agora realizam sua própria autcartografia.

Existem diferentes formas de cartografar, cada uma orientada por objetivos específicos de pesquisa. Essas abordagens não se anulam entre si; ao contrário, se complementam, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos territórios e das relações que neles são construídas. A Cartografia Social, por exemplo, pode dialogar com outras perspectivas, como a Cartografia Clássica, a Nova Cartografia Social, a Cartografia da Ação Social e a Cartografia Escolar. Essas cartografias se interligam e podem ser estruturadas conforme as intenções do pesquisador, que irá definir qual abordagem se destacará em seu estudo. No caso desta pesquisa, é a Cartografia Social que ocupa lugar central, por seu potencial de dar visibilidade às experiências, percepções e espaços vividos pelos sujeitos envolvidos.

Na prática do mapeamento social, os grupos sociais cartografam o seu mundo a partir de suas experiências, considerando o mapa como um processo de constante construção. Para a concretização do mapa social é necessária a participação efetiva e incondicional dos sujeitos que estão envolvidos (Gorayeb, 2014).

A Cartografia Social atua a partir da autonomia dos sujeitos em pesquisa, elaborando representações por meio de mapas com suas experiências, ou seja, é elaborado um mapeamento participativo com os grupos em estudo. Para tanto, se faz necessário compreendermos a definição de mapeamento participativo.

Segundo Souto (2021), no mapeamento participativo os sujeitos definem os pontos relevantes do tema a ser explorado, o pesquisador ou responsável os auxilia, tal mapeamento pode ser executado de forma individual ou em grupos. Deste modo, o mapeamento participativo é usado em vários projetos como: planejamento urbanos, em pesquisas de zoneamento, pesquisas em delimitação de unidades de conservação, diagnósticos socioambientais e mapeamento de área de riscos. Vale ressaltar que o mapeamento participativo em si não resolve problemas, fazendo necessário a participação política com decisões sobre. Tal mapeamento valoriza a cultura local.

A ideia de mapeamento participativo surgiu com diferentes propósitos, como uma forma de dar voz aos grupos sociais desfavorecidos. Está associada tanto à afirmação da identidade e do território desses grupos subalternos. Além disso, pode estar relacionada à gestão racional de recursos naturais, a conflitos socioterritoriais e ambientais, assim como à antecipação desses conflitos para fins de controle estatal do território. A junção das experiências de mapeamento participativo com a cartografia social traz novas questões para os debates cartográficos, contribuindo para a territorialização das narrativas espaciais. Redes de organização e agências utilizam o conhecimento local sobre as relações que produzem o espaço, essas iniciativas podem ser empregadas tanto como estratégias de produção e controle do território quanto como formas de construção de direitos territoriais e enfraquecimento da dominação (Achselrad, 2010).

Nas últimas décadas, a Cartografia Social tem refletido sobre a natureza dos mapas e sobre a própria cartografia como um instrumento de luta contra a injustiça social (Seemann; Carvalho 2017). Segundo Achselrad e Viégas (2013), as experiências de Cartografia Social estão em processo de construção, favorecendo de forma relativa o sentido oficial das construções dos mapas, ou seja, não a uma forma absoluta ou uma única maneira de elaborarem os mapas, dando um novo sentido ao termo cartografia.

Por outro lado, temos a Cartografia da Ação Social, a qual se assemelha com a Cartografia Social, ou podemos dizer que uma faz parte da outra. De acordo com Silva e

Schipper (2012), a Cartografia da Ação Social é o ato pensado, concebido com princípios e consciente de sentido, do sentido de estar no mundo e de resistir. Essa cartografia deve ser compreendida como um processo social coletivo, cuja finalidade está no percurso construído durante a realização de um trabalho conjunto, e não no mapa em si. Esse processo ocorre por meio de um projeto-problema, criado pelos sujeitos envolvidos. A produção coletiva pode ser compreendida como uma representação espacial e social, que analisa as ações realizadas no espaço de si e dos outros, dialogando com questões coletivas do presente.

A Cartografia da Ação Social se realiza na ação da sociedade, mediante os anseios, desejos, trajetórias e a imaginação do sujeito do tempo vivido. Essa cartografia representa a resistência, as insurgências e as diversas visões de mundo (Silva; Schipper, 2012).

O conhecimento dos grupos sociais no processo de informação cartográfica contribui para a ação política de suas comunidades, colaborando de diferentes formas: dando visibilidade aos grupos sociais, seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e as lutas por reconhecimento de seus direitos, entre outros (Acselrad; Viégas, 2013).

Na prática do mapeamento o sujeito é colocado como produtor de seu próprio mapa e, durante esse processo, passa a se conhecer e a se reconhecer, em si e no outro, individual ou coletivamente, por meio das diferentes territorialidades de seu bairro. Quando os indivíduos cartografam seus lugares, revelam uma visão particular de seus territórios. As oficinas elaboradas para a construção dessa cartografia com os grupos sociais os ajudam a mapear e refletir sobre quais espaços utilizam, porque os utilizam e o que neles falta. Dessa forma, são formadas concepções sobre seu cotidiano, seu território e sua geografia (Oliveira, 2019).

Para esta prática é fundamental estabelecer uma relação respeitosa e colaborativa entre o pesquisador e os grupos sociais. O pesquisador deve valorizar as categorias construídas e as atribuições definidas pelos próprios sujeitos. Muitas vezes, o reconhecimento do saber tradicional não está tão claro para os envolvidos, o que torna essencial o trabalho em grupo, promovendo diálogos e trocas de experiências expressando os seus saberes. O diálogo entre sujeitos com conhecimento técnico e aqueles com saberes tradicionais exige um olhar cuidadoso por parte dos pesquisadores envolvidos no processo cartográfico. Esse olhar deve buscar associar um conhecimento com ao outro, valorizando-os de forma independente e evitando que um seja negado sobre o outro (Acselrad; Viégas, 2013).

Na realização do mapeamento, são registrados e refletidos os locais de vivência desses grupos sociais, que passam a tomar consciência sobre quais espaços lhes pertencem, que lhes são negados e quais desejam ocupar. Durante esse processo, são feitas críticas à construção das limitações e restrições que lhes são impostas, decorrentes da forma capitalista de reprodução do

espaço urbano. Por meio do mapeamento, o pensamento e as ideias sobre os espaços cotidianos, tanto individuais quanto coletivos, são materializados, favorecendo uma melhor compreensão das experiências diárias (Oliveira, 2019).

Conforme Acselrad e Viégas (2013), a elaboração do mapa simboliza um ato político, reforçando os debates, demandas e criando diálogos entre os grupos sociais e instituições com grande valor pedagógico, isto ocorre quando há troca de informações sobre a cartografia como a temática que é mapeada. A cartografia social proporciona um espaço para que os grupos possam se expressar, dialogar e debater livremente. Esse processo permite que rompam seus silêncios, reflitam sobre si mesmos e contribuam para a formação políticas imediatas.

Durante o processo de mapeamento alguns grupos restringem ou não insere alguns elementos em seus mapas, como por exemplo conhecimentos ligados a espaço sagrado, por ser saberes individualizados e exclusiva do grupo, isto ocorre como forma de proteção a suas riquezas (Acselrad; Viégas, 2013).

Os mapas têm grandes significados indo além de simples informações, pois trazem consigo representação de forma de saber, valorizando a cultura e a história de um povo (Silva; Galdino, 2022).

Com a participação dos sujeitos, as cartografias aprimoram os modos de produção do espaço social no processo de desenvolvimento, por meio da elaboração de mapas que têm como propósito a identificação e a gestão dos recursos naturais (Acselrad, 2010).

Essa linguagem cartográfica é uma ferramenta que permite inserir diversos sujeitos sociais no mapa, instruindo os participantes para a execução do próprio mapa, croquis e cartas, seguindo as normas cartográficas (Carvalho; Santos; Sousa, 2017).

Para a compreensão da Cartografia Social, é essencial considerar as escalas que respeitam o momento de produção dessas cartografias. Essas escalas estão relacionadas à interpretação e à representação de debates que ocorrem em um determinado momento dentro de um grupo. É por meio das relações sociais que podem ser estabelecidas as escalas cartográficas a ser analisada, podendo ser econômicas e políticas, atuando com diversos tipos de relação, como comunitárias, tradicionais e movimentos sociais. (Acselrad; Viégas, 2013).

Mediante as experiências da Cartografia Social os grupos sociais buscam ter para si o planejamento e conhecimento de seus territórios e territorialidade, que segundo as legislações são espaços vazios, sem ocupação. Portanto, os grupos sociais buscam desenvolver representações de si próprios, colocando em debate para a sociedade que há formas diferentes além dos oficiais de apropriarem de seus espaços, com os territórios representando identidades,

modos de vida, símbolos mediante os mapas que dão visibilidade a sabedoria das culturas dos grupos (Acselrad; Viégas, 2013).

Vale ressaltar que a Cartografia Social não se anula da cartografia tradicional, pelo contrário, faz uso de elementos cartográficos tradicionais, porém destacando elementos de vivências e experiências dos sujeitos sociais.

É nesse contexto que a dimensão social ganha destaque, pois ela busca “espacializar em seu mapeamento o cotidiano das pessoas, seus lugares, suas tradições, suas culturas, suas necessidades, a vida como ela realmente é espacializada no espaço geográfico. Em contrapartida irá permitir uma ligação entre os cálculos matemáticos, a Cartografia, a Geografia e os elementos existentes no cotidiano social” (Carvalho et al., 2016, p. 255).

As cartografias sociais são reproduzidas pelos conflitos originados da dinâmica de produção social do território, estabelecendo as dimensões espaciais dos fenômenos, processos, objetos e sujeitos sociais colocados no centro das lutas pelo poder. Governos, empresas, agências financiadoras, organizações e grupos sociais atribuem grande importância ao território. Essa valorização faz com que a cartografia social desempenhe um papel relevante nos jogos políticos e disputas, colocando a própria cartografia como objeto. Neste contexto, quando os grupos sociais realizam suas próprias cartografias ganham grandes destaques, assim os conflitos são impulsionados. Assim, os mapas têm dupla função seja ela para representar conflitos como para construir novos conflitos, dado que são revelados problemas que alguns sujeitos preferem não perceber. O mapa necessita ser compreendido pelos sujeitos como um mapa problema, ele tem como proposta em problematizar as relações de dominação que se faz ativa em cada contexto social (Acselrad; Viégas, 2013).

Compreendemos que a Cartografia Social possui um grande potencial político e demonstra a necessidade de ser discutida nas escolas, a partir do debate sobre a realidade dos estudantes. Desse modo, entende-se que a Cartografia Social tem grande valor tanto para o ensino da linguagem cartográfica quanto para o empoderamento social, promovendo ações coletivas e de construção participativa (Neves; Gonçalves, 2023).

Na área da Educação, a Cartografia Social se revela uma importante aliada tanto no desenvolvimento dos estudantes para a internalização dos conceitos cartográficos quanto na apropriação do espaço, no fortalecimento dos grupos sociais e na conscientização política dos grupos envolvidos (Neves; Gonçalves, 2023).

O processo de reconhecer-se como um ser presente no espaço constitui uma barreira na formação da identidade do sujeito, que precisa transitar do papel de produtor de seu meio para o de alguém que age sobre ele de forma consciente e focada. A materialização de suas vivências

por meio das representações cartográficas revela a totalidade do que está ao seu redor, permitindo analisar a organização dos arranjos espaciais e organizar ideias e ações inseridas nesse contexto. Reconhecer os territórios e as identidades juvenis no ensino de Geografia permite compreender que o espaço escolar tem grande relevância na vida desses sujeitos. Esse reconhecimento pode ser libertador quando valoriza a construção coletiva de saberes, mas também pode se tornar limitador quando restringe a compreensão de mundo dos estudantes. Essa responsabilidade recai sobre o profissional da educação, de acordo com suas perspectivas de ensino, de educação e de mundo (Oliveira, 2019).

A maneira como o dia a dia é experienciado, vivenciado e moldado nos ajuda a compreender a construção e o estabelecimento dos territórios presentes nas localidades, como nos bairros periféricos, nos quais as relações pessoais cotidianas são centrais na dinâmica dos grupos sociais ali presentes. A partir dessas concepções, vale ressaltar a importância e a necessidade de que o ensino de Geografia, especialmente nesses locais, se aproxime das construções e dos territórios que se constituem no espaço geográfico. Desse modo, possibilita-se ao educador uma aproximação dos conceitos geográficos com a realidade vivida pelos estudantes. Ao relacionar a prática didática com o cotidiano e o local dos educandos, possibilita-se a compreensão do espaço para além do momento presente, considerando o contexto social do qual o indivíduo faz parte. Desse modo, o ensino de Geografia deve atuar no sentido de fortalecer a importância dos territórios habitados pelos sujeitos, promovendo o debate sobre questões muitas vezes esquecidas ou desconsideradas (Oliveira, 2019).

A Cartografia Social tratada em sala de aula tem como proposta em permitir ao aluno de reconhecer/visualizar o seu espaço de vivência, questionando, problematizando e criticando suas experiências e de expressar seus sentimentos e desejos, pois são a partir deles que a realidade é transformada. No tópico a seguir será abordado sobre o uso da Cartografia Social no contexto escolar.

### **3.3 Cartografar como práticas significativas no Ensino de Geografia**

A Geografia é compreendida como um campo das ciências humanas, se relacionando com a formação de conhecimentos, buscando estudar os lugares, suas características e as mudanças que ocorrem neles, mostrando as relações que ocorrem entre o homem e a natureza na produção desses lugares (Cavalcanti, 2022).

Cavalcanti (2022, p.36), afirma que “pela Geografia, pode-se entender a realidade, seus fenômenos, seus eventos, as situações instaladas, a partir de sua espacialidade. A espacialidade

é uma dimensão constitutiva da realidade”. Deste modo compreendemos a importância da Geografia para a sociedade e os estudantes, explicitando as transformações que ocorrem no dia a dia de cada um e como este sujeito poderá estar atuando diante de cada situação.

O uso de alguns recursos tecnológicos do geoprocessamento contribui para entender a realidade dos estudantes e como essas tecnologias podem ajudar na análise das modificações da paisagem. Assim, os estudantes desenvolvem um raciocínio crítico social (Silva, 2015).

O contexto educacional está em constante transformação, demandando novas abordagens. Nesse cenário, a Cartografia Social se faz presente no ensino e na aprendizagem de Geografia como uma proposta metodológica participativa, contribuindo para a compreensão do espaço geográfico e as demais categorias da Geografia, tais como: Território, Paisagem, Lugar e Região. No processo de ensino em sala de aula, a Cartografia Social configura-se como uma ferramenta essencial. (Silva; Galdino, 2022).

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018), indica que estudos da Geografia no Ensino Fundamental nos anos finais contribuam com o desenvolvimento do projeto de vida dos jovens estudantes, para que eles compreendam como ocorre a produção social do espaço e também a transformação do espaço em território usado e que nesses estudos sejam implementados diferentes representações cartográficas e linguagens para que assim os estudantes a partir delas compreendam o território, as territorialidades e o ordenamento em distintas escalas.

No ensino de Geografia, no 9º ano, a BNCC (2018) estabelece o uso da cartografia com formas de representação e pensamento espacial e leitura e elaboração de mapas temáticos, croquis e outras formas de representação para analisar informações geográficas.

O Documento Curricular do Tocantins - DCT (2019), define aprendizagens para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio do estado, este documento fundamenta-se à BNCC, argumentando que a Geografia é uma ciência que possibilita ao educando compreender o espaço, as técnicas que o transformam, as relações que nele se constroem, as políticas formadas, assim como os aspectos econômicos e culturais modificados pela sociedade. Estudar a Geografia não é uma tarefa simples, considerando a complexidade e a forma como os objetos, os lugares e as pessoas estão organizados e interconectados no espaço. O entendimento desse espaço se dá por meio do estudo dos conceitos e de sua materialização, especialmente por meio da linguagem cartográfica.

Nos anos finais do Ensino Fundamental acontece o amadurecimento das aprendizagens que foram iniciadas anteriormente, retomando a construção da identidade, a sociocultural, agora de forma mais ampla, estimulando os estudantes a saírem de seus lugares de vivência para maior

compreensão, o global. Os conteúdos são estudados de forma mais profunda, com temas mais complexos e desafiadores para que os estudantes entendam a produção social do espaço e sua transformação em território apropriado e usado pelo ser humano (DCT, 2019).

A partir dessas indagações, vamos fazer uma reflexão: as orientações estabelecidas pela BNCC para o uso da cartografia na escola são suficientes para que o estudante compreenda as dinâmicas da sociedade e o uso do espaço de forma crítica? São suficientes para elaborar um pensamento crítico? A Cartografia Social ao ser elaborada em sala de aula pode ser um instrumento que contribui com este raciocínio.

Observa-se que, na educação brasileira, o processo de ensino e aprendizagem demanda novas abordagens e modelos de interação entre as disciplinas, visto que é necessário ampliar os meios e as formas de explorar os conteúdos, relacionando com as experiências vividas pelos estudantes (Silva; Galdino, 2022).

Dentro desse panorama, a Geografia é caracterizada como um componente curricular que analisa e interpreta o espaço, possibilitando ao indivíduo uma melhor compreensão da espacialidade dos fenômenos que moldam e transformam a sociedade (Nascimento; Oliveira; Borba, 2024).

É de grande importância a linguagem cartográfica no ensino de Geografia, para que os estudantes fortaleçam as capacidades cognitivas, relacionadas à representação do espaço, desenvolvendo conhecimento vinculado aos conceitos geográficos (Silva, 2013).

Para trabalhar a cartografia é importante que os professores de Geografia possuam um conhecimento interdisciplinar, os estudantes também precisam possuir este conhecimento em outras disciplinas, para que possa construir mapas, croquis, maquetes ou mapas sociais. Mas, maioria dos estudantes não possui os devidos saberes nem na Geografia e outras áreas, o que dificulta a alfabetização cartográfica (Carvalho; Santos; Sousa, 2017).

A partir do conhecimento geográfico, o professor de Geografia, durante a construção cartográfica, deve estimular e questionar os estudantes, para que eles consigam pensar e inovar sobre o tema abordado (Silva, 2013).

Dessa forma, por meio do ensino de Geografia os estudantes podem compreender o mundo no qual estão inseridos, com uma visão espacial. A Geografia possibilita entender a distribuição dos fenômenos, que se organizam e estruturam no espaço geográfico. Nesse contexto, a linguagem cartográfica assume grande importância para a construção de leituras espaciais, despertando um olhar mais atento e crítico sobre o espaço. Diante das dinâmicas do espaço, torna-se necessário considerar diversas concepções cartográficas para melhor compreender a realidade (Ritcher; Spironello, 2024).

Para conhecer os lugares e desenvolver o raciocínio crítico, pode-se utilizar da Cartografia Social, que atua por meio da realidade do indivíduo. A mesma vem ganhando destaque nos estudos de diferentes grupos sociais.

Na educação, a Cartografia Social contribui para o desenvolvimento da capacidade dos estudantes de compreender conceitos cartográficos, bem como para a apropriação do espaço, despertando a conscientização política desses sujeitos envolvidos. Essa linguagem cartográfica é uma alternativa metodológica a ser trabalhada na cartografia escolar (Neves; Gonçalves, 2023).

Nesse processo, a Geografia, tendo a Cartografia Social, como um instrumento, faz uma abordagem do sujeito em estudo a partir de uma ação dialógica, ou seja, a construção do que vai ser estudado parte de um diálogo com o agente. Os estudantes são colocados como protagonistas, onde é necessário ouvir e refletir para que, assim, construam as representações da realidade. Posteriormente, estas representações são demonstradas na construção de croquis ou mapas (Finatto; Farias, 2021).

É importante que o tema Cartografia Social seja abordado em sala de aula, como uma ferramenta aliada a aprendizagem e contribuindo para que os estudantes possam compreender suas práticas no dia a dia e criando suas próprias características.

A Cartografia Social permite um ensino que trabalhe a partir das experiências vividas pelos estudantes, formando-os com habilidades e capacidades geográficas (espaciais), para que estes compreendam os fenômenos econômicos, conflitos de classes, alterações das paisagens e a dinâmica socioespacial, em escala local e global. Essa linguagem cartográfica é uma nova maneira de se trabalhar temas da cartografia escolar no ensino de Geografia, permitindo mediações de ensino-aprendizagem a partir da construção, participação e colaboração refletindo as vivências dos estudantes, privilegiando os conhecimentos empíricos dos educandos associando-os as teorias (Carvalho; Santos; Sousa, 2017).

Entretanto, é necessário destacar que a Cartografia Social não é considerada como um método de pesquisa. Segundo Souza e Dias (2019), a Cartografia Social trata-se de uma abordagem metodológica, já Almeida (2018), fala que ela é uma orientadora de práticas de pesquisa, e Gomes (2017), a considera como uma metodologia participativa.

Complementando essas ideias, Richer e Spironello (2024), afirmam que a Cartografia Social é compreendida como uma metodologia na qual os indivíduos protagonizam e idealizam suas práticas sociais e espaciais presentes em seus territórios. Nesse contexto, Neto, Silva e Costa, (2016), descrevem que a Cartografia Social é considerada como uma estratégia de ensino para identificar diversas questões presentes na sociedade, organizando essas informações de

acordo com a ação proposta, os objetivos definidos e a escala a ser analisada. De forma semelhante, Nascimento, Oliveira e Borba, (2024), diz que a Cartografia Social é compreendida como uma forma de priorizar a autorrepresentação de indivíduos e grupos carentes, como estudantes de áreas periféricas ou povos indígenas, possibilitando a expressão e a representação no espaço.

A partir dessas abordagens, compreende-se que, por meio da Cartografia Social, são valorizadas algumas características dos sujeitos como, percepções, concepções e representações, que expressam o cotidiano, bem como as relações complexas e, muitas vezes, conflituosas. A partir dos espaços de vivência, constroem-se relações e memórias, que se tornam simbólicas e representativas. Nesse contexto, a Cartografia Social se configura como uma metodologia mobilizadora das práticas socioespaciais, por meio do território vivenciado pelos grupos sociais (Ritcher, Spironello, 2024). Apesar da criticidade da Cartografia Social, está mesma pode ser usada para atender interesses particulares tanto de empresas como de instituições.

Segundo Gomes (2017), essa mesma metodologia também pode ser utilizada para atender a instituições públicas e privadas, que, ao fazerem uso dela, podem dominar os grupos sociais ao poder do Estado e mercantilizar seus bens imateriais e materiais.

Na perspectiva de Silva e Galdino (2022), a Cartografia Social associada ao ensino de Geografia se mostra um procedimento relevante no ensino e aprendizagem, favorecendo o diálogo entre a prática do professor e a realidade vivenciada pelos estudantes, tendo diversas formas de abordagem na construção do conhecimento. Dessa maneira, a comunicação entre a Cartografia Social e o ensino de Geografia contribui com a observação do espaço geográfico de diversas formas.

Nessa linha, Pinho e Pinho (2021), descreve que na Geografia, a linguagem cartográfica é de suma importância, seja na pesquisa, no ensino acadêmico quanto no ensino escolar. Além do mais, na Geografia escolar as estratégias didáticas como os recursos gráficos são de grande valor no ensino-aprendizagem, colaborando para a compreensão da organização do espaço e dos temas geográficos a partir de suas representações. A Geografia escolar tem como característica o ensino em sala de aula, ou seja, o que é ensinado em sala ao aluno. Para auxiliar de maneira didática com a Geografia escolar tem-se a Cartografia Social superando fragilidades no ensino-aprendizagem, podendo assim ampliar as formas de análise, que é feita por meio do dia a dia do aluno, buscando associar o conteúdo com a realidade do sujeito, valorizando suas vivências com o mapeamento social.

Essa linguagem cartográfica contribui com o ensino de Geografia escolar, destacando o protagonismo dos estudantes no processo de construção do mapa, deixando as aulas mais interativas e atrativas (Silva; Freitas, 2022).

A Cartografia Social aborda diversas possibilidades, indo para além da visão do espaço físico, geométrico e convencional. No ensino de Geografia, a Cartografia Social oferece diversas contribuições, como a apropriação de conceitos geográficos, a ocupação dos espaços e o fortalecimento dos grupos sociais (Ritcher; Spironello, 2024).

Já para Nascimento, Oliveira e Borba (2024), a Cartografia Social, ao ser abordada no ensino de Geografia, desenvolve tanto a capacidade de interpretação dos estudantes quanto o incentivo a mapear, questionar e ampliar sua compreensão e prática no espaço geográfico. Na mesma linha de raciocínio dialogam com Silva e Galdino (2022), mencionando que a Cartografia Social, quando vinculada ao ensino de Geografia, torna-se um instrumento fundamental durante o ensino e aprendizagem, visto que suas bases teóricas e metodológicas podem ser exploradas em diferentes temas. Dessa forma, o docente pode promover a interação entre o conhecimento científico e o conhecimento empírico dos estudantes, fortalecendo a aprendizagem por diversas análises.

Podemos compreender que “a Cartografia Social surge como uma visão poderosa para analisar criticamente as dinâmicas sociais locais, bem como identificar padrões e diferenciações entre os diversos espaços” (Nascimento; Oliveira; Borba, 2024, p.8).

No que se refere ao processo de aprendizagem dos estudantes, a cartografia tem grande relevância, destacando que há diversos campos para a prática da cartografia no ensino de Geografia, evidenciando principalmente interpretações clássicas e sociais (Ritcher; Spironello, 2024). Para Neves e Gonçalves (2023), a Cartografia Social se faz presente no contexto escolar como orientação didática alternativa ao ensino dos conceitos cartográficos.

Nesse contexto, segundo Silva e Galdino (2022), menciona que no processo de ensino aprendizagem de Geografia, a Cartografia Social tem grande valor, unindo pessoas para um mesmo objetivo, com práticas coletivas. Ao utilizarmos esta cartografia como recurso metodológica, vamos além da simples observação de um mapa.

Em conformidade com essa ideia:

Cabe ressaltar que os princípios da Cartografia Social estão alinhados com uma Geografia escolar fundamentada na formação do aluno enquanto um agente que atua no meio de forma crítica, uma vez que tem como ponto de partida as experiências do aluno, valorizando os seus conhecimentos prévios no processo de construção dos saberes (Pinho; Pinho 2021, p. 1038).

Assim, no ensino de Geografia, a Cartografia Social é um instrumento de grande importância, além de ser uma forma de unir sujeitos com objetivos em comum, valorizando a construção coletiva e enriquecendo ainda mais o conhecimento representado. Dessa forma, os sujeitos são incentivados a criar perspectivas, promover discussões e exibir dados de conhecimento específicos do grupo social (Silva; Galdino, 2022). Para complementar essa ideia, Gomes (2017), expõe que as práticas escolares e a Cartografia Social se conectam por meio da linguagem cartográfica, que está ligada a abordagens participativas e dialógicas. A Cartografia Social, ao estudar o espaço vivido, percebido e concebido, o território e os fatos da territorialidade dos grupos sociais que estão sendo mapeados, tornam-se uma importante ferramenta pedagógica, envolvendo os agentes sociais de forma ativa no processo de mapeamento e análise do espaço.

Nesse sentido, para a prática da Cartografia Social na escola, é fundamental valorizar a participação dos estudantes durante o processo de mapeamento. Essa vivência possibilita a compreensão prática dos conceitos geográficos, além de estimular o pensamento crítico, uma vez que, ao aplicar essa metodologia, o estudante é incentivado a questionar diversas questões presentes em seu entorno (Nascimento; Oliveira; Borba, 2024).

Destaca-se, nesse processo, que “a participação dos estudantes no processo de elaboração dos mapeamentos, sejam eles participativos e/ou colaborativos, permite a ampliação e o aprofundamento dos diálogos sobre as diferentes percepções espaciais. Esse movimento possibilita que, ao final do processo, se obtenha uma construção coletiva que de fato represente a leitura e análise do espaço por aquele grupo social. Por isso, o papel do professor de Geografia é fundamental na mediação do conhecimento e na formação de um pensamento geográfico” (Ritcher; Spironello, 2024, p. 258).

A Cartografia Social, enquanto elemento da Geografia, oferece diversas contribuições na compreensão do espaço. No âmbito escolar, as representações espaciais colocam os estudantes como protagonista na construção do conhecimento, como responsáveis pela elaboração dos mapas. Pensar a espacialidade a partir da sala de aula, durante a construção do mapa, é fundamental para que os estudantes se reconheçam como parte desse processo, assumindo posicionamentos. Nesse sentido, aspectos como percepção, concepção e representação tornam-se elementos essenciais a serem discutidos (Ritcher; Spironello, 2024).

Nessa perspectiva, os mapas elaborados pelos sujeitos representam seus territórios com base em suas vivências. Muitos dos mapeamentos participativos elaborados têm como proposta denunciar conflitos presentes nesses territórios. Diversos trabalhos são desenvolvidos com

diferentes grupos, como comunidades tradicionais e populações urbanas inseridas em distintos contextos culturais e socioeconômicos. Nesse aspecto, é fundamental que o processo de mapeamento ocorra de forma clara e acessível aos sujeitos que dele participam (Neto; Silva; Costa, 2016).

Nesse processo, a linguagem cartografia desenvolve um papel de grande importância. “A linguagem cartográfica é essencial para visualizar e entender a distribuição dos fenômenos geográficos, permitindo-nos compreender e comunicar efetivamente informações geográficas por meio de mapas” (Nascimento; Oliveira; Borba, 2024, p.4).

Com isso, destaca-se a importância dos mapas que são elaborados mediante a Cartografia Social, tendo grande valor mediante os grupos sociais com suas representações. Segundo Ritcher e Spironello (2024), esses mapas são elementos de grande relevância, pois reúnem diversas informações fornecidas pelos sujeitos da pesquisa a partir de suas percepções espaciais, estabelecendo uma forma de comunicação com esses dados. Ao mesmo tempo em que valorizam a percepção espacial dos sujeitos que os constroem, os mapas rompem com a lógica da Cartografia clássica.

Dessa forma, o processo de mapeamento pela Cartografia Social desfaz a ideia do mapa como domínio exclusivo dos especialistas, questionando as informações representadas sobre o espaço. Desse modo, compreender a linguagem cartográfica torna-se essencial, pois é através dela que se possibilita uma leitura crítica do espaço. Quando os sujeitos elaboram seus próprios mapas, conseguem identificar informações que estão ausentes nos mapas oficiais. Sob essa perspectiva, estabelece-se uma relação entre a Cartografia Social e a Geografia Escolar (Gomes, 2017), ampliando a capacidade de análise crítica do espaço.

Considerando que o espaço geográfico é compreendido como um produto social, a Geografia vai além da simples delimitação de fronteiras geográficas, assumindo um papel fundamental na construção de uma consciência crítica e interpretativa sobre a sociedade. Nesse sentido, ao ser inserida na escola, a Cartografia Social pode ser utilizada pelo professor como um recurso pedagógico para fortalecer o processo de ensino e aprendizagem. Assim, a Cartografia Social caracteriza-se como uma ferramenta inovadora no ensino de Geografia, ao abordar tanto os aspectos socioculturais quanto os físicos dos sujeitos locais (Nascimento; Oliveira; Borba, 2024).

A partir dessa interpretação, a alfabetização cartográfica é utilizada como um recurso pedagógico para a compreensão do espaço geográfico. Cabe ao professor definir os recortes temáticos e espaciais, bem como os objetivos a serem estudados com os estudantes (Gomes, 2017). Assim, “a interação entre a cartografia social e o ensino de geografia conectam

diretamente à forma de observar o espaço geográfico por diferentes prismas” (Silva; Galdino, 2022, p.64).

Refletir sobre o espaço, requer o uso de instrumentos que auxiliem os sujeitos a expressarem sua identificação e percepção em relação às práticas sociais, bem como às suas experiências. Vale destacar que, mesmo vivendo na mesma cidade, no mesmo bairro ou frequentando a mesma escola, cada indivíduo possui compreensões e interpretações distintas do espaço no cotidiano, pois as vivências e experiências nos lugares ocorrem de forma particular, ainda que compartilhadas (Ritcher; Spironello, 2024).

Na Geografia Escolar, a Cartografia Social é vista como um campo de possibilidades, mas estas oportunidades dependem das formas de ensino do professor em relação a educação escolar. A educação escolar produzida de modo autônomo pelos estudantes, simultaneamente temos a relação dialógica, desconsiderando a diferença entre professor e estudante, valorizando conhecimento de cada um (Gomes, 2017). Considerando que, “através da Cartografia Social se torna possível a interação entre aluno e professor, utilizando o conhecimento do discente a respeito do local onde este está inserido como forma de construção do conhecimento” (Silva; Galdino, 2022, p.69). Reforçando a ideia, Sousa (2021, pg. 1906) informa que:

É através do contato que se educa e o professor deve atuar de forma a facilitar o processo de aprendizagem, sendo, portanto, um educador-facilitador, uma pessoa realmente presente para seus estudantes. O educador não deve escolher um único modelo para facilitar a aprendizagem, mas sim priorizar os interesses dos estudantes em primeiro lugar.

Dessa maneira, o professor deve valorizar a aprendizagem dos estudantes, dando autonomia para que eles desenvolvem seu próprio conhecimento. Como destaca Gomes (2017), embora a escola seja um espaço em que os estudantes passam boa parte de seu tempo, ela não é o único espaço de aprendizagem, é importante a vivência coletiva em outros espaços. Nessa linha, Silva e Galdino (2022), diz que em contextos marcados pela diversidade social, o docente é caracterizado como um mediador, fazendo uso dos saberes empíricos dos estudantes para transformar o conhecimento científicos em conhecimentos práticos. Dessa forma, o aluno consegue obter uma aprendizagem mais significativa.

Para Silva e Galdino (2022), durante a prática pedagógica, essa mediação é fundamental, visto que promove a autonomia dos estudantes. Nesse processo, o professor utiliza as experiências prévias dos estudantes como ponto de partida para transformar o conhecimento científico em algo prático. Essa perspectiva contribui para uma aprendizagem significativa, ligando os saberes da escola às vivências do estudante. Deste modo, segundo Carvalho, *et al.*,

(2016), argumenta que mediante a Cartografia Social os sujeitos constroem um novo aprendizado e os tornam críticos referente a sua realidade, fazendo uso da linguagem cartográfica, passando de cálculos para um olhar de ler e também observar a realidade na qual estão inseridos.

Podemos compreender que a Cartografia Social, ao valorizar as experiências e a realidade vivida pelos estudantes, aproxima-se da perspectiva de aprendizagem significativa proposta por David Ausubel. A prática de sala de aula a partir da Cartografia Social pode ser interpretada como uma forma metodológica, em que valoriza ligando os saberes científicos as experiências existentes dos estudantes, colaborando para a compreensão e crítica sobre a realidade em que estão inseridos.

David Ausubel foi um psicólogo que abordou a aprendizagem significativa, destacando a estrutura cognitiva e os conhecimentos prévios do estudante. O professor deve fazer abordagens relacionada ao cotidiano do estudante. Ausubel faz contribuições a educação com a aprendizagem de modo significativo por um caminho cognitivista. Quando esta teoria aplicada em sala de aula tem-se resultados aprimorados de aprendizagem e compreensão dos estudantes, conectando conhecimento científico as experiências da vida cotidiana (Costa Júnior *et al.* 2023).

Existem diversos fatores que facilitam a aprendizagem em sala de aula, entre eles, as propriedades dos conhecimentos já existentes do sujeito, relacionando-as ao processo de aprendizagem, pois envolve experiências de aprendizagem passadas que tem importância para a aprendizagem atual (Ausubel, 2000).

Quando a estrutura cognitiva se apresenta clara, estável e bem-organizada, isto é, quando as ideias e os conhecimentos estiverem bem-organizados na mente, tem-se bons resultados com significados relevantes, pois o processo de aprender torna-se mais simples. Mas, se a estrutura cognitiva for instável e desorganizada, com ideias confusas, a aprendizagem é prejudicada, uma vez que a desordem de conhecimento dificulta a aprendizagem (Ausubel, 2000). Assim, compreende-se que organizar e manter o conhecimento de forma clara é fundamental para ter bons resultados na aprendizagem.

A metodologia de aprendizagem proposta por Ausubel, 2000 reflete a forma como os professores podem contribuir para que os estudantes aprendam de maneira mais ativa, interligando os saberes que já possuem aos novos conhecimentos. Dessa forma, ocorre uma maior troca de conhecimentos entre professor e estudante, possibilitando-os ampliar sua compreensão e aprendizado. Segundo a teoria, a aprendizagem é fundamentada no conhecimento prévio, e o tema a ser trabalhado deve estar relacionado a esse conhecimento. A prática dessa abordagem promove um foco pedagógico que vai além da simples transmissão de

conhecimento, valorizando a construção de significados pelos estudantes (Costa Júnior *et al.* 2023).

A Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel, 2000 defende que a aprendizagem significativa acontece quando o sujeito tem a capacidade de realizar conexões entre novas informações e o conhecimento existente. Compreendendo e fazendo uso das novas informações de modo significativo. “A teoria enfatiza que o conteúdo escolar é aprendido significativamente quando a mediação educacional é baseada no conhecimento prévio do aluno em cada disciplina principal” (Costa Júnior *et al.* 2023, p.54).

Ao colocar em prática a aprendizagem significativa, ela permite estabelecer ligações e interpretar informações importantes para atividades do dia a dia. Para que isso ocorra, é necessário criar conexões entre as novas informações ou os materiais utilizados para o estudo e os conhecimentos prévios já fixados na memória. Na sala de aula, essa prática de aprendizagem oferece ao aluno a oportunidade de estabelecer ligações significativas a partir de suas experiências e reflexões. Os professores devem proporcionar oportunidades para que os estudantes tenham uma participação ativa nas atividades, construindo a compreensão de sua realidade a partir do que estão aprendendo (Costa Júnior *et al.* 2023).

Nesse sentido, ao considerar cotidiano dos sujeitos como elemento central no processo de aprendizagem, reconhece-se que está diretamente ligada as representações sociais construídas em seus espaços de vivências, sejam elas oral ou representadas por meio de desenhos. Tal processo se dá por meio de grupos, conversas, mapas e croquis. Quando os relatos de vivências são divididos com os outros colegas em sala de aula, começa a surgir as diferenças e semelhanças das representações de cada aluno, em como cada sujeito representa seu espaço de vivência com suas individualidades, subjetividade, junto as relações sociais (Gomes, 2017).

Nesse processo, um exemplo dessa partilha das vivências pode ser as rodas de conversas que podem ser iniciadas com perguntas, problematizando o tema a ser discutido, como por exemplo o uso espaço urbano e o deslocamento diário dos estudantes. A elaboração dos croquis e os mapas devem ocorrer de forma aberta, dando autonomia para os educandos usar sua imaginação e criatividade. Normalmente, nos croquis e mapas são expressos o local de convivência/identificação do sujeito, a partir dos locais possuem afetos, medos e conflitos. Além disso, é importante criar situações em que os sujeitos relatam suas demonstrações, as relações e as prática que tem com o espaço representado (Gomes, 2017).

Como ressalta Gomes (2017, pg.108), “a Cartografia Social é um processo, no qual a linguagem é apreendida e significada, fortalecendo a Cartografia Escolar pelo processo autoral

das representações expressas no fascículo (mapa, textos e imagens), de forma significativa e contextualizada”.

Um dos meios a serem apresentados em sala de aula como recurso didático são os mapas situacional organizado em fascículos (produto que reúne textos, mapas, imagens como fotografias e croquis), pois problematizam o uso e a ocupação do solo, as disputas territoriais, o direito ao território e o conceito de (des)envolvimento. Esses materiais contêm a produção de mapas, acompanhados de legendas que descrevem os conflitos, além de fotografias e relatos sobre as questões enfrentadas pelos povos que os produziram. O professor, junto com os estudantes, pode utilizar esses fascículos em sala de aula e elaborar seus próprios mapas, seja do bairro ou da sua comunidade, evidenciando suas vivências, o sentimento de pertencimento e os conflitos presentes em seus territórios. Mapeamentos elaborados pelos próprios estudantes desenvolvem conhecimentos e habilidades que se tornam estratégias do pensamento, permitindo que compreendam e interpretem o território em que vivem, associando-o a outras escalas. Para esse processo de mapeamento, é importante garantir a autonomia e a criticidade de cada sujeito (Gomez; Moritz, 2024).

As Cartografias desenvolvidas nas escolas devem ser vista não como um conjunto de normas rígidas, mas sim como linguagem (perceber e interpretar o mundo) e possibilidade de expressão de um território de uma geografia viva e vivida (Gomez; Moritz, 2024).

O contexto educacional, compreendido como um campo que está em constante transformação. No ensino de Geografia, a Cartografia Social se destaca nos processos de ensino e aprendizagem como uma abordagem metodológica, contribuindo para a compreensão do espaço geográfico e das demais categorias da Geografia (Silva, Galdino, 2022).

Para tanto, a Cartografia Social está em um processo de desenvolvimento, sendo reconhecida, estudada e debatida em diversos campos. O autor Girardi (2011), traz algumas considerações sobre a temática, abordando a importância da Cartografia Social na Geografia Crítica.

A partir do final da década de 1970, com o destaque da Geografia Crítica, o mapa passou por um processo de desvalorização na Geografia brasileira. Isso ocorreu porque essa corrente se opôs às ideias das abordagens Tradicional e Pragmática, afastando-se de seus métodos. A Geografia Crítica rejeitou o uso do mapa, uma vez que este era compreendido apenas como uma técnica única (Girardi, 2011).

Diante desse cenário, ampliar estudos sobre a Cartografia Geográfica na Geografia Crítica é de grande necessidade na Geografia brasileira, uma vez que é palco de debate para a Cartografia Geográfica Crítica. Embora a corrente Crítica tenha trazido grandes contribuições

para a Geografia brasileira, no que se refere ao uso do mapa, ainda apresenta algumas carências que precisam ser superadas para possibilitar seu avanço (Girardi, 2011).

Para compreender melhor essas questões, é importante diferenciar alguns conceitos da cartografia.

“A Cartografia de Base é responsável pela elaboração dos mapas base. Esses são os mapas que envolvem em seu processo de elaboração as técnicas e conhecimentos cartográficos muito específicos. Os mapas base são aqueles que fornecem com precisão as informações do terreno” (Girardi, 2011, p.3).

Já a Cartografia Geográfica Crítica faz uso da Cartografia de Base, porém indo além de suas abordagens. A Cartografia Geográfica Crítica tem como proposta em usar o mapa para realizar da melhor maneira a compreensão do espaço geográfico. Desse modo, compreende-se que a Cartografia Geográfica é um elemento da Geografia abordada na escola, na pesquisa e trabalhos que envolvem mapas (Girardi, 2011).

No decorrer dos tempos, as técnicas usadas para mapeamento precisaram de aprimoramentos significativos, tornando-se mapas mais detalhados. No entanto, diversos mapas passaram a ter controle do Estado, tornando-se meio de facilitar ou de dominação de territórios (Nascimento; Oliveira; Borba, 2024).

Nesse contexto, “cabe à Cartografia Geográfica ensinar as teorias e práticas de leitura e elaboração de mapas e pesquisar sobre novos métodos e teorias do mapa como instrumento da Geografia. A Cartografia Geográfica é essencial ao desenvolvimento da Geografia por fornecer às outras especialidades desta ciência os subsídios e inovações quanto ao uso do mapa, para o que é salutar manter diálogo com a Cartografia” (Girardi, 2011, p.4).

Entretanto, na perspectiva da Geografia Crítica, o mapa é considerado como uma simples técnica, sem levar em conta as demandas sociais. No entanto, compreende-se que o mapa pode ser utilizado tanto como ferramenta de dominação quanto de libertação, dependendo das intenções com o seu uso (Girardi, 2011).

Por fim, ao realizar uma interpretação do ponto de vista da cartografia, estamos lidando com uma teoria e uma metodologia voltadas à representação do espaço, considerando os elementos particulares de cada local. O que diferencia os mapas são os diversos modos de compreensão e o próprio processo cartográfico. Durante a prática da cartografia, utiliza-se um planejamento básico com técnicas de mapeamento comuns, mas também podem ser empregadas técnicas específicas, conforme a teoria e a metodologia adotadas por cada abordagem cartográfica (Girardi, 2011). Desse modo, compreendemos que mediante a

Cartografia Social é fortalecida as relações de poder local de grupos sociais, destacando valores, saberes, tradições e identidade comunitárias (Neto; Silva; Costa, 2016).

A Cartografia Social é considerada como uma metodologia participativa, por ser uma forma de construir conhecimento valorizando as experiências, vivências, saberes, dos sujeitos nos seus territórios. Como o nome já diz metodologia participativa, essa metodologia valoriza a participação de modo coletivo entre os sujeitos sociais e o pesquisador, para que assim seja feita reflexão, trocas de conhecimento, debates, fortalece leituras críticas e o protagonismo dos indivíduos. Logo a seguir, compreendemos melhor o conceito de metodologia participativa.

A metodologia participativa pode ser compreendida como um conjunto de procedimentos por meio dos quais diversos sujeitos incluídos na pesquisa se relacionam com dispositivos de consulta, diagnóstico, ensino, pesquisa, capacitação e comunicação, possibilitando alcançar o objetivo proposto.

Por meio da metodologia participativa os sujeitos compartilham tanto a construção do projeto quanto o seu desenvolvimento. Dessa forma, coloca-se em prática o conhecimento dos participantes, propondo soluções para possíveis problemas. Essa metodologia se caracteriza por uma postura ética e pela autonomia dos sujeitos (Bedim, 2012).

A pesquisa participativa é complexa, pois vai além do simples diagnóstico de um problema, incluindo a participação de sujeitos que propõem, de forma coletiva, soluções para os problemas identificadas. Trata-se de um processo que valoriza ações construídas a partir do trabalho em grupo (Bedim, 2012).

O surgimento da metodologia participativa busca compreender a realidade de forma íntegra e interconectada, como uma nova maneira de entender a realidade, a vida, as relações entre as pessoas, os seres vivos e naturais, reconhecendo que todos esses elementos são reciprocamente dependentes e com capacidade de se auto-organizar. A ausência de uma abordagem metodológica participativa leva ao desgaste, ao ativismo, a realização de processos isolados e com pouca efetividade (Alpizar, 2016).

A metodologia participativa se baseia na teoria do conhecimento, com referência à construção integral da vida, do mundo, da natureza, das pessoas e dos demais seres vivos, compreendidos como dependentes entre si, históricos, mutáveis e contraditórios. Essa perspectiva busca entender a realidade e agir sobre ela de maneira completa, coerente e participativa, colocando a vida, tanto dos seres vivos quanto da natureza e da humanidade, no centro das ações (Streck, 2016).

Compreende-se que as metodologias participativas abrangem diversas formas que incentivam a ação e o aprendizado elaborado em conjunto, para que assim os sujeitos tenham

acesso ao poder de decisão, o que contribui com o empoderamento dos indivíduos. Essa metodologia valoriza a inclusão de todos os participantes nas decisões, soluções e construção de informações, constituindo como uma ferramenta para amenizar as exclusões que as metodologias tradicionais prática (Carmo; Pereira; Rezende, 2022).

Por outro lado, Alpizar (2016), argumenta que a metodologia participativa é compreendida como uma troca entre seres e saberes, mediada por uma perspectiva sensitiva, subjetiva e afetiva, ou seja, relacionada às emoções e aos sentimentos, elementos que não podem ser vistos ou quantificados. A metodologia participativa busca entender os processos de intervenção social mediante o seu sentido, de forma ativa e consciente na sua transformação, com atividades autênticas por parte dos sujeitos. Esta metodologia resulta em ações contínuas e análise sistemática, estudo, reflexão sobre a realidade, projetos, programas e práticas. Essa metodologia não pode ser vista, sentida ou sequer respirar, mas é percebida por meio dos sentidos usados pelos sujeitos participantes durante os processos em que é utilizada. Ela possibilita a criação de espaços atribuídos de funções, intencionalidade, integridade e sentido para aqueles que dela fazem uso.

Por meio da metodologia participativa, é possível construir novas ideias, evidenciando elementos muitas vezes ocultos, como a interação e o diálogo entre diferentes culturas; as distintas formas de compreender o mundo e a vida cotidiana; as subjetividades, percepções e intuições; os aprendizados; a historiografia; a equidade; a diversidade entre as pessoas, entre outros aspectos (Alpizar, 2016).

Estas novas ideias, elementos, compreensões do mundo e do cotidiano pode ser representada a partir do mapeamento. Para que assim os sujeitos demonstrem suas experiências, vivências, conflitos a partir da cartografia social, destacando o mapeamento participativo. Desse modo, as representações cartográficas posto em prática de modo coletivo se torna rica em informações.

O mapeamento participativo dá autonomia aos sujeitos envolvidos, eles como os principais autores do processo de mapeamento. No entanto, esse tipo de mapeamento, por si só, não resolve os conflitos, o que é necessário um amplo processo político com a efetiva participação dos sujeitos (Souto, 2021).

É importante respeitar cada etapa, desde o início ao final da pesquisa. Para que assim os sujeitos tenham a liberdade de se expressar e representar, sem seguir ideias de externos, valorizando o seu próprio conhecimento. Essa é uma forma do pesquisador ter grandes riquezas no resultado do seu trabalho.

Ao adotar novas abordagens e formas desafiadoras de construir conhecimentos a partir de diversos elementos, favorecendo a integridade e reconhecendo sua complexidade, torna-se evidente que as interações subjetivas geram forças mobilizadoras em cada indivíduo, expressas por sua sensibilidade, imaginação, vontade, criatividade, solidariedade, inventividade, afetividade, empatia, respeito, entre outras. Essas forças, partem do individual para o coletivo, transformam as experiências de cada um em um conhecimento social capaz de promover mudanças, tornando o processo metodológico um espaço de interaprendizagens (Alpizar, 2016).

As cartografias que se desenvolvem em contextos populares e como alternativas para ações didáticas têm como propósito reconhecer as diversas culturas presentes no espaço escolar, bem como valorizar o potencial das diferentes formas de mapear. Vale destacar que os avanços nas políticas públicas de inclusão, aliados as pesquisas em educação, têm contribuído para superar a didática tradicional que é centrada no aluno, com um ensino homogêneo e baseado na objetividade. Agora em outra perspectiva, ganha força uma análise voltada para a aprendizagem, que valoriza as diferenças, a subjetividade dos sujeitos escolares, como os jovens, as crianças e os professores (Gomez; Moritz, 2024).

O processo cartográfico assim como os mapas considerados como produtos são materiais pedagógicos e investigativos que tem grande poder de informação (Torres; Gaona; Corredor, 2012).

Segundo Gomez e Moritz (2024), mediante a educação escolar, acredita-se que esta deva promover a formação de cidadãos ativos, críticos e participativos, colocando os estudantes como protagonistas da aprendizagem e atribuindo ao professor o papel de mediador no processo educativo.

No caso da Geografia escolar, essa contribuição ocorre por meio de instrumentos que favorecem a leitura e a compreensão do espaço geográfico. Entre as diversas linguagens utilizadas pelos professores, uma delas é a Cartografia, que, por meio dos mapas, auxilia os estudantes a compreender diferentes questões geográficas, tais como: Onde estamos? Como estão distribuídos os distintos elementos que compõem o espaço geográfico? Por que alguns fenômenos ocorrem em um lugar e não em outro? De que forma a organização do espaço explica o funcionamento da sociedade? Qual é a relação entre localização, distribuição e os objetos presentes no espaço? (Gomez; Moritz, 2024).

Os mapas elaborados pelos estudantes ou apresentados a eles contribuem para que possam responder a essas e a outras questões de caráter geográfico. Se os professores tivessem o costume de perguntar aos estudantes como eles percebem o mundo e, em seguida, solicitassem

que representassem sua visão por meio de um mapa, certamente se surpreenderiam ao perceber como a experiência diária tem grande influência nas noções geográficas, mesmo em diferentes temas tratados em sala de aula. Infelizmente, o uso de mapas na escola ainda é padronizado e ilustrativo, sem participação ativa dos estudantes. A elaboração do próprio mapa é algo ainda pouco explorado (Gomez; Moritz, 2024).

Ainda é pouco valorizado o ensino que coloca os estudantes como protagonistas. É comum que o livro didático seja utilizado como principal ou única material de ensino. No entanto, este cenário vem se moldando com a implementação de novas metodologias, como o uso de jogos, fotografias, mapeamentos, recursos tecnológicos, entre outros. Ações que valorizam o conhecimento e que de autonomia para os estudantes.

Quando se dá destaque ao protagonismo dos estudantes e associando a comunicação, valorizando as trocas de ideias entre os sujeitos, destaca-se a educação geográfica inclusiva. As escolas devem abordar uma educação para todos, a inclusão, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, etc. Incluindo sujeitos deficientes ou superdotados, em situação de rua, nômades, minorias linguísticas, étnicas ou culturais, marginalizados, entre outros (Gomez; Moritz, 2024; UNESCO, 1994).

As Cartografias praticadas por sujeitos de menor poder aquisitivo ajuda a entender melhor as desigualdades e o lugar que ocupam na sociedade, em busca de um mundo mais justo e social. E evidenciando a simbolização do próprio sujeito que percebe e vivencia o espaço, para que assim questione as injustiças (Gomez; Moritz, 2024)

Para os autores Gomez e Moritz (2024), menciona que há diversas cartografias, embora possuam nomenclaturas diferentes, atuam na perspectiva social em defesa dos territórios, por meio da ação de mapear o posicionamento político e o empoderamento dos sujeitos envolvidos, e não com base no discurso dominante. Entre elas, destacam-se: a Cartografia Social; as Cartografias Subversivas (que combatem a invisibilidade das classes populares); a Cartografia Dissidente (que reforça posicionamentos políticos e valoriza os contradiscursos); a Cartografia Insurgente (que evidencia que o mapa é produzido por pessoas com posicionamento e lugar de fala, em oposição aos seus opressores); além da Cartografia da Ação Social e da Cartografia Participativa.

## **4 A CIDADE CARTOGRAFADA E OS USOS DO ESPAÇO URBANO NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES REALIZADA PELA OFICINA DE CARTOGRAFIA SOCIAL**

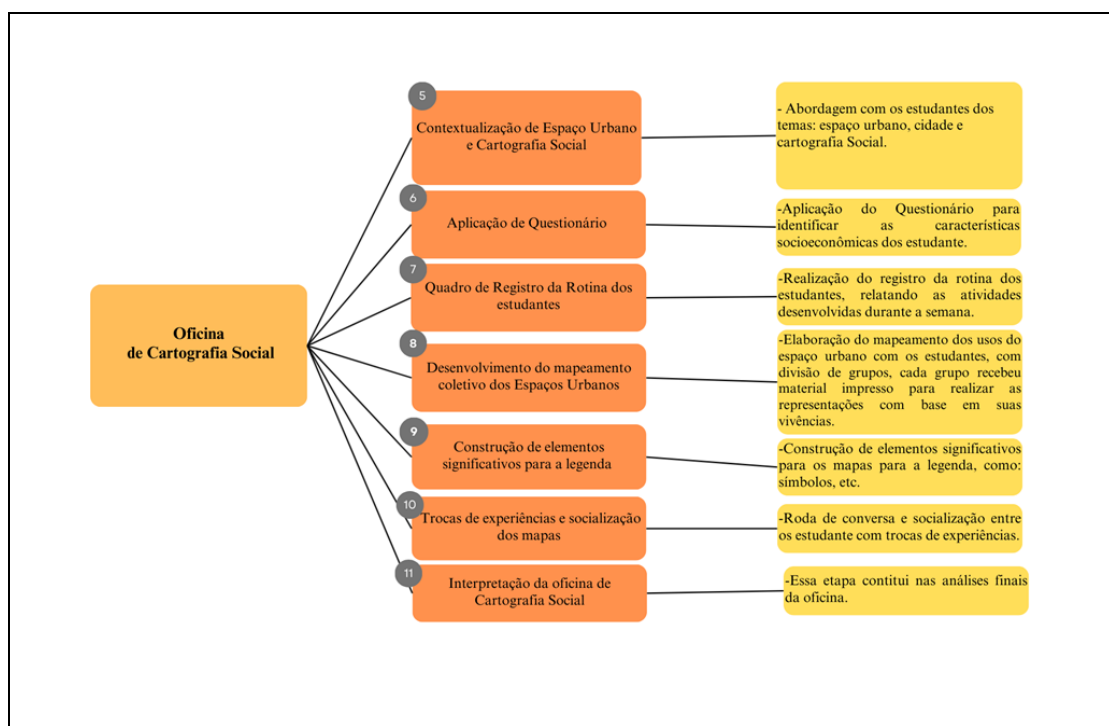
A compreensão da cidade e dos usos do espaço urbano pode ser ampliada por meio de práticas didáticas que valorizem as experiências e percepções dos estudantes sobre os espaços que vivenciam cotidianamente. Nesse contexto, a Cartografia Social apresenta-se como uma importante estratégia metodológica para a construção de conhecimentos geográficos, permitindo que os sujeitos expressem suas visões, vivências e significados atribuídos ao espaço urbano. Assim, este capítulo apresenta os resultados da oficina de Cartografia Social desenvolvida com estudantes da Escola Estadual Dom Domingos Carrerot, em Porto Nacional – TO, destacando suas percepções sobre a cidade, os usos do espaço urbano e as representações cartográficas elaboradas a partir de suas realidades.

### **4.1 A cidade e os usos do espaço urbano na perspectiva dos estudantes a partir de uma Oficina**

Conforme mencionado na introdução, a pesquisa empírica aconteceu na Escola Estadual Dom Domingos Carrerot, localizada em Porto Nacional/TO. Foram disponibilizadas pela direção da escola, cinco aulas de Geografia para a prática da oficina de Cartografia Social. As atividades da oficina aconteceram durante as aulas de Geografia, foram ministradas na segunda-feira de manhã e na sexta-feira à tarde com acompanhamento do professor responsável pela componente curricular. Respeitando o calendário escolar a oficina de Cartografia Social foi aplicada em cinco aulas, dentro do período de um mês.

A seguir, tem-se o fluxograma (Figura 4) identificando as etapas da oficina de Cartografia Social que foi posta em prática na escola, que na pesquisa, iniciou-se na quinta etapa.

Figura 4: Etapas da Oficina de Cartografia Social



Fonte: Macêdo (2025).

A turma conforme já mencionado em que se realizou a oficina de Cartografia Social foi o 9º ano (92.03) do Ensino Fundamental II, turno vespertino, composta por 23 estudantes. Durante a realização das etapas das atividades, houve ausências de estudantes, o que em alguns momentos não totalizou os 23 estudantes nas atividades.

Para a prática da oficina na escola juntamente com o professor da turma e os estudantes, iniciamos a **5 etapa** com a contextualização dos conceitos: espaço urbano, cidade e Cartografia Social, temas presentes no currículo escolar de Geografia. Durante a realização dessa etapa buscou-se associar a realidade dos estudantes com os conceitos mencionados, mostrando imagens da cidade de Porto Nacional/TO, para que assim eles conseguissem visualizar: o centro da cidade, os setores afastados do centro, praças, a orla da cidade e as atividades praticadas nesses espaços, associando com alguma de suas atividades desenvolvidas nesses locais. Nessa etapa, os estudantes interagiram, se comunicaram e relataram os espaços que gostam de frequentar ou atividades que são praticadas.

A contextualização ela é importante nessa etapa da realização da oficina de Cartografia Social desenvolvida na escola e no ensino de Geografia por evidenciar a relevância do cotidiano dos estudantes nas práticas escolares e entendemos que,

a CS no ensino pode ser compreendida como método (dialógico e participativo) e linguagem (envolve a oralidade, a textualidade e a representação espacial – croquis e mapas situacionais). Ela permite caminhos para a construção de diferentes conceitos com destaque para o objeto do ensino, o espaço geográfico, os conceitos operacionais de análise, tais como a paisagem, o lugar, e o território, etc. Os protagonistas são os sujeitos do conhecimento, crianças e jovens escolares que ao grafar suas trajetórias, histórias de vida, contextos sociais, compartilham experiências, ouvem, falam, expressam-se oralmente, em textos e imagens. E assim criam-se as possibilidades pedagógicas da CS, pela sua densidade em Geografia, pelo seu processo dialógico, assunto que nos ocupamos na sequência deste texto (Gomes, 2017, p.103).

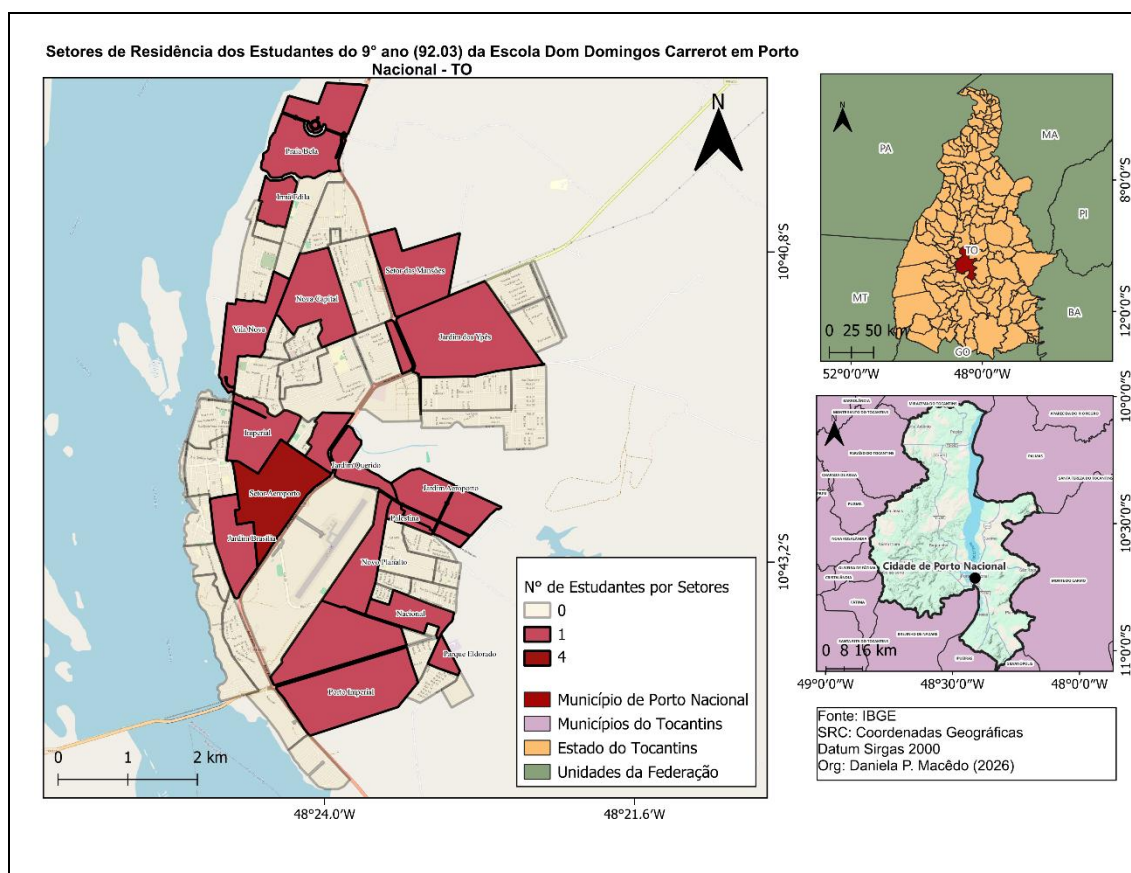
Em uma **6 etapa**, foi distribuído aos estudantes o Questionário Socioeconômico (Apêndice 1), de forma impressa, para que os estudantes preenchessem em sala de aula. O Questionário contribui para compreendermos uma das questões que norteia a pesquisa. Quem são os estudantes e quais são suas condições socioeconômicas?

O Questionário Socioeconômico foi aplicado aos estudantes presentes em sala de aula, totalizando 21 participantes, identificando algumas características dos mesmos.

A idade dos estudantes que responderam ao questionário varia entre 13 a 17 anos. Quanto ao sexo, 6 se identificaram como meninas, 16 como meninos e 1 não respondeu. Em relação à cor/raça, 14 estudantes se declararam pardos(as), 3 brancos(as), 5 pretos(as) e 1 amarelo. Os estudantes negros (pretos e pardos) são a ampla maioria, representando 81% do total.

Ainda de acordo com o preenchimento do questionário, todos os estudantes residem na cidade de Porto Nacional/TO. Eles estão distribuídos em diversos setores como: Jardim Brasília, Irmã Edila, Novo Planalto, Setor Aeroporto, Jardim Aeroporto, Jardim dos Ipês, Palestina, Jardim Querido, Setor das Mansões, Parque Eldorado, Vila Nova, Imperial, Setor Nacional e Nova Capital. Três estudantes não souberam informar o setor onde moram. Dos 21 estudantes, 4 residem no Setor Aeroporto, setor em que a escola está localizada, conforme o Mapa 2.

Mapa 2: Setores de Residência dos estudantes do 9º ano (92.03) da Escola Dom Domingos Carrerot em Porto Nacional-TO



Fonte: Macêdo (2026).

Em relação ao número de pessoas que residem na mesma casa, 12 estudantes informaram que seu grupo familiar é composto por aproximadamente de 3 a 5 pessoas na mesma residência, enquanto 9 não responderam.

Alguns grupos familiares recebem auxílio do governo, por meio do Programa Bolsa Família, como forma de complementar a renda. Dos 21 estudantes, 8 relataram receber o benefício e 13 informaram não receber.

No que se refere à escolaridade dos pais dos estudantes, constatou-se que, 2 possuem formação em Ensino Superior, 12 concluíram o Ensino Médio, 1 com Ensino Médio Incompleto, 1 possui Ensino Fundamental II completo, 2 têm o Ensino Fundamental II incompleto, 1 estudante informou que o pai é falecido e os demais não responderam. Quanto às mães, 8 possuem formação em Ensino Superior, 5 concluíram o Ensino Médio, 3 têm o Ensino Médio incompleto, 1 possui Ensino Fundamental II completo, 2 têm o Ensino Fundamental II incompleto e 2 não responderam. Verifica-se que entre os pais predominam aqueles com Ensino Médio Completo, enquanto com as mães é predominante com Ensino Superior. É baixo o nível de pais e mães que possuem apenas o Ensino Fundamental Completo.

No questionário, também foi perguntado se os estudantes contribuem com a renda familiar. Dos 21 participantes, 3 contribuem com valores de 100, 250 e 500 reais. Os demais informaram que não contribuem para a renda do grupo familiar.

A segunda pergunta do problema de pesquisa está relacionada ao deslocamento e uso do espaço urbano. Como os estudantes utilizam e se deslocam pelos espaços urbanos no seu cotidiano?

Em relação ao modo de deslocamento até a escola, foram identificadas diferentes formas: 3 estudantes vão a pé, 3 utilizam bicicleta, 3 vão de moto, 7 de carro e 3 utilizam meios variados de deslocamento, alternando entre carro, moto e caminhada. Essas respostas evidenciam a ausência do transporte público na cidade, o qual poderia ser uma alternativa aos estudantes. Nesse mesmo sentido, pode-se destacar a necessidade de uma pessoa para levar e buscar os estudantes na escola, o que seria desnecessário caso existisse o transporte público.

Com relação à distância entre a residência dos estudantes e a escola varia conforme o caso: para 2 deles, essa distância é inferior a 1 Km. Para 6, a distância varia de 1 a 3 Km. Para 7, a distância varia de mais de 3 a 5 Km. Para outros 2 estudantes a distância variam de mais de 5 a 8 Km.

Com base na informação do modo de deslocamento e distância dos estudantes na cidade e na ida para a escola, destaca-se que,

esses movimentos, sejam eles diários ou ocasionais, refletem a maneira como a cidade funciona como um organismo vivo, onde as partes estão em constante comunicação. O espaço urbano, portanto, não pode ser compreendido como um conjunto de áreas isoladas, mas sim como um sistema dinâmico, no qual a intensidade das relações espaciais pode variar, mas nunca está ausente. As visitas a parentes e amigos, as compras nos centros comerciais ou em lojas de bairro, e os deslocamentos para o trabalho, são exemplos de como essas interações moldam a experiência urbana e influenciam a organização social e econômica da cidade. Essas relações espaciais são fundamentais para entender a funcionalidade do espaço urbano e como ele é vivido e experimentado pelas pessoas no dia a dia (Silva, 2024, p. 31).

Assim que os estudantes finalizaram o preenchimento do questionário, foi iniciado a **7 etapa** com o preenchimento do Quadro de Rotina Diária (Apêndice 2), aplicada ao total de estudantes presentes em sala de aula, ou seja, 13 participantes.

O preenchimento do Quadro de Rotina Diária dos estudantes realizou-se em uma semana do mês, do dia 6 ao dia 12 de outubro de 2025. Seu preenchimento ocorreu em sala de aula nas datas referidas acima. Na busca de compreender a problemática: De que maneira os estudantes percebem, interpretam e se identificam com os espaços urbanos? E alcançando os objetivos que são: mapear os espaços urbanos da cidade de Porto Nacional frequentados pelos estudantes da

pesquisa a partir da Cartografia Social e compreender as relações e significados atribuídos pelos estudantes aos espaços urbanos da cidade de Porto Nacional que eles frequentam.

A proposta do quadro foi de iniciar o mapeamento com as diferentes formas de uso dos espaços urbanos de Porto Nacional pelos estudantes, apresentando os espaços que usam no seu dia a dia, como ocorre o seu deslocamento, quais as atividades que eles desenvolvem nesses espaços, o tempo gasto de deslocamento e a periodicidade de cada ação produzida. A numeração que indica os estudantes ocorreu de forma aleatória.

Vasconcellos (2012) comunica que é importante organizar o deslocamento com a melhor forma de transporte, desde o deslocamento a pé, como a caminhada, bicicleta e o uso de veículos motorizados. Os estudantes organizam suas vidas de acordo com as suas atividades que desempenham. Logo, podemos compreender que a autonomia de ir e vir nas cidades depende dos meios de transporte e possibilidades de circulação disponível.

A seguir, tem-se a descrição dos dados indicados pelos estudantes no quadro de rotina

### **Estudante 1**

Segundo o relato do estudante 1, os locais visitados ao longo da semana foram a escola, sua própria casa e, nos finais de semana, a orla. Na escola, a atividade realizada foi estudar, com deslocamento de aproximadamente 10 minutos, realizado a pé. Essa prática ocorre diariamente. Em casa, o estudante não desenvolveu nenhuma atividade específica.

Na orla, a atividade mencionada foi a corrida, como prática de exercício físico. Foram gastos cerca de 20 minutos de deslocamento da casa até a orla, também realizado a pé.

### **Estudante 2**

O estudante 2 relatou que, ao longo da semana, frequentou a escola, escola de música, a rua e festa. Na escola, a principal atividade foi estudar, com deslocamento de cerca de 10 minutos, feito de carro. Essa prática é realizada diariamente. Duas vezes por semana (terça e quinta-feira), o estudante participa dos ensaios com o grupo da Fanfarra, ainda em fase de aprendizado. O deslocamento até o local de ensaio é feito de carro e dura em torno de 10 minutos, uma atividade frequente. Na sexta-feira e no domingo, o estudante costuma passear de bicicleta pelas ruas da cidade, sem tempo definido, atividade realizada ocasionalmente. No sábado, o estudante compareceu a uma festa de aniversário no vizinho para se divertir, gastando cerca de 1 minuto de deslocamento até o local, feito a pé.

### **Estudante 3**

O estudante 3 informou que, durante a semana, visitou a escola, o correio, o mercado e uma distribuidora. Na escola, a atividade realizada foi estudar, com deslocamento de aproximadamente 5 minutos, realizado de bicicleta. Essa atividade é feita diariamente. A ida ao correio teve como objetivo enviar um pacote (encomenda) para outra pessoa, essa a primeira vez que o estudante visitou o local, com deslocamento de cerca de 10 minutos. Em três dias da semana (terça, quarta e sexta-feira), o estudante foi ao mercado para fazer compras, gastando aproximadamente 15 minutos de deslocamento entre sua casa e o local. Essa prática ocorre com frequência. A visita à distribuidora foi para realizar compras, com deslocamento de cerca de 10 minutos. Essa atividade ocorre eventualmente. Nos finais de semana (sábado e domingo), o estudante não preencheu o quadro de rotina diária.

#### **Estudante 4**

De acordo com o relato do Estudante 4, os locais visitados durante a semana foram a escola, sua própria casa e a igreja. Na escola, a atividade principal foi estudar, com deslocamento realizado de carro. Essa prática é realizada diariamente. No final de semana, o estudante permanece em casa, dormindo, descansando e se alimentando. No domingo, frequentou a igreja para “adorar a Deus”. Durante o preenchimento do quadro de rotina, o estudante não registrou o tempo gasto nos deslocamentos para a realização das atividades.

#### **Estudante 5**

Conforme o relato do estudante 5, durante a semana, foram visitados os seguintes locais: a escola, a casa da avó, a casa do primo, a orla, oficina mecânica, o centro da cidade, festa, a igreja, além de sua própria casa e passeios de bicicleta. Na escola, a atividade realizada foi estudar, com deslocamento de aproximadamente 10 minutos, feito de bicicleta. Essa prática é realizada com frequência. A ida à casa da avó (segunda – feira e domingo) teve como objetivo visitá-la ou almoçar, com deslocamento de cerca de 4 minutos, também de bicicleta, realizado eventualmente. Na casa do primo, o estudante foi para trabalhar, gastando aproximadamente 15 minutos de deslocamento, também de bicicleta. Essa atividade é rara. Duas vezes por semana (quinta-feira e domingo), o estudante foi à orla para praticar exercícios físicos e lazer, com deslocamento de cerca de 15 minutos. Essa atividade é realizada frequentemente. Duas vezes na semana (sexta-feira e sábado), o estudante foi à oficina mecânica para “remendar a câmara” da bicicleta, com deslocamento de cerca de 4 minutos. Essa ação é feita esporadicamente. Em outro momento, o estudante foi “arrumar a moto” que havia estragado, gastando cerca de 5 minutos de deslocamento, essa a primeira vez que realizou tal atividade. No sábado, foi ao centro da cidade para realizar compras, com deslocamento de aproximadamente 15 minutos, feito de bicicleta. Essa prática foi realizada pela primeira vez. Ainda no sábado, o estudante

foi a uma festa para brincar e se divertir, gastando cerca de 8 minutos até o local desejado. Essa prática é bem raro de ocorrer. No domingo, o estudante foi à igreja catedral, com deslocamento de aproximadamente 6 minutos, realizado de bicicleta. Essa ação é feita frequentemente. No mesmo dia, também foi à orla para passear.

### **Estudante 6**

No decorrer da semana foram visitados os locais como a escola e sua permanência na sua própria casa. Na escola a ação realizada foi estudar, na segunda – feira o seu deslocamento foi em torno de 15 minutos, feito a pé. Nos demais dias, sua ida a escola foi de carro. Essa prática é feita frequentemente. No final de semana o estudante ficou em sua casa, não desenvolvendo nenhuma atividade.

### **Estudante 7**

De acordo com o relato da estudante 7, os locais frequentados no decorrer da semana foram a escola, orla, casa da vó, sua própria casa e a igreja. Na escola, a atividade principal foi estudar, com deslocamento realizado de moto, essa atividade é realizada frequentemente. Duas vezes na semana (segunda e quarta-feira) foi a orla passear, de carro. Essa prática é feita eventualmente. Em dois dias (segunda – feira e domingo) foi visitar a vó, de moto. Eventualmente ocorre a prática da mesma. No sábado foi a igreja, deslocando-se de carro. Essa ação é feita raramente. Nos demais dias ficou em casa sem desenvolver atividade. No preenchimento do quadro não foi relatado o tempo gasto de deslocamento de um ponto ao outro para realização de atividade.

### **Estudante 8**

Ao longo da semana a estudante frequentou alguns locais como a escola, sua própria casa e shopping. Na escola, a atividade principal foi estudar, com deslocamento realizado de carro, essa atividade é realizada frequentemente. O tempo gasto foi de aproximadamente 10 minutos. No contraturno da escola a estudante se manteve em sua casa, não foi realizada outra atividade. No final de semana (sábado e domingo) a estudante juntamente com seus familiares foi ao shopping que se localiza na cidade de Palmas/TO, uma cidade vizinha de Porto Nacional/TO. O tempo gasto em seu percurso foi em torno de 1 hora. Seu deslocamento foi realizado de carro. Essa prática é realizada eventualmente.

### **Estudante 9**

Durante a semana o estudante frequentou alguns locais, como a escola, o mercado e sua própria casa. Na escola a atividade concebida foi estudar, realizando o percurso de sua casa para a escola em média de 3 minutos. Deslocando-se de bicicleta. Essa ação é realizada frequentemente. Na segunda – feira foi ao mercado fazer compras, gastando em média de 9 minutos. O seu deslocamento foi de carro. Essa atividade ocorre eventualmente. No final de semana (sábado e domingo) o estudante se manteve em sua casa, não realizando outra atividade.

**Estudante 10**

Os locais visitados pelo estudante no decorrer da semana foram a escola, campo de futebol, casa da tia e sua própria casa. A principal atividade realizada na escola foi estudar, feita frequentemente. Duas vezes na semana (terça e quarta-feira) o estudante vai jogar futebol com o objetivo de “desenvolver o corpo e os músculos”. Essa atividade é realizada frequentemente. Na sexta – feira visitou a casa da tia, tendo a função de passeio, lazer. Nos demais horários e dias o estudante se manteve em sua casa, em boa parte do tempo fazendo uso do celular. Não foram registrados pelo estudante o tempo gasto de deslocamento para a realização das atividades.

**Estudante 11**

No decorrer da semana o estudante visitou a escola, casa da tia, quadra de futebol, pizzaria, orla, casa do pai e sua própria casa. Na escola a atividade formulada foi estudar. O tempo gasto no percurso foi em média de 10 minutos. O deslocamento ocorreu de carro. A periodicidade da prática dessa atividade é frequente. Na terça-feira foi visitar a casa da tia. Gastando em torno de 10 minutos. O transporte usado foi o carro. A mesma é elaborada esporadicamente. Quatro vezes na semana (terça, quinta, sexta – feira e no sábado) frequentou a quadra de futebol para jogar bola. Gastando em torno de 10 minutos. O seu deslocamento ocorreu de moto. A atividade é elaborada eventualmente. Uma vez na semana (quarta-feira) foi a pizzaria se alimentar. Gastando em torno de 15 minutos. O transporte usado foi carro. A mesma é feita esporadicamente. No final de semana (sábado) foi a orla passear, caminhar. O tempo utilizado foi em torno de 10 minutos. Usando o meio de transporte carro. No domingo é feita visita a casa do pai. Gastando em torno de 1 hora no percurso. O deslocamento ocorreu mediante o carro. Essa ação é feita eventualmente. Ainda no mesmo dia, foi a Hamburgueria lancher. Gastando em torno de 15 minutos. A mesma é realizada eventualmente. Nos demais dias e horários se mantiveram na sua própria casa.

**Estudante 12**

Conforme o preenchimento do quadro o estudante relatou que durante a semana, foram visitados os seguintes locais: a escola, Mecânica Merco-Sul, Loja do 20, Loja Irecê Biju, Loja Hiper Festa, Lanchonete Katatau, orla e a sua própria casa. Na escola a atividade realizada foi estudar. O tempo gasto no percurso foi em média de 10 minutos. O deslocamento ocorreu de carro. A prática dessa atividade é frequente. Quatro vezes na semana (segunda, terça, quarta e quinta-feira) o estudante vai até a mecânica chamada Merco-Sul esperar o seu pai sair do trabalho para irem embora juntos. O tempo gasto é de 20 minutos. O seu deslocamento ocorreu a pé. Na quinta-feira foi as lojas Irecê Biju, Loja do 20 que é uma loja popular de roupa e na

Loja Hiper Festa. Em todas as lojas o objetivo era comprar algum produto. Gastando em torno de 5 a 10 minutos de uma loja a outra. A ida as lojas é algo raro de acontecer. O meio de transporte usado foi o carro. No final de semana (sábado) foi até a lanchonete nomeada como Katatau, para se alimentar. Gastando em torno de 10 minutos de percurso. Essa prática ocorre esporadicamente. Foi visitada também a orla, tendo como o propósito de passear, andar. No percurso foi usado em torno de 15 minutos. Seu deslocamento ocorreu a pé. É raro a prática da mesma. Nos demais dias e horários se mantiveram em sua casa, não realizando outras atividades.

### **Estudante 13**

Segundo a estudante, os locais frequentados durante a semana foram: a escola, orla, sorveteria e hamburgueria. Na escola a ação elaborada foi estudar. Gastando em torno de 5 a 10 minutos de sua casa até a escola. O seu deslocamento ocorreu mediante a bicicleta e a pé. Na sexta – feira foi até a orla, tomar sorvete. Gastando em torno de 15 minutos. Seu deslocamento foi de moto. No sábado, foi tomar sorvete novamente em outro local. Gastando em torno de 5 minutos. Deslocando-se a pé. No domingo foi a uma hamburgueria para se alimentar. Não foi relatado o tempo gasto no seu percurso. Deslocando-se de moto. Referente a periodicidade, não foi preenchida pela estudante.

Dos 13 estudantes que responderam o Quadro de Rotina Diária, 8 (62%) disseram usar múltiplos meios de deslocamento, envolvendo: caminhada, bicicleta, moto e carro. Outros 3 (23%) utilizam duas formas de locomoção, sendo: caminhar e carro. Os outros 2 estudantes (15%) não responderam. De todas as formas de deslocamentos, o carro foi o mais citado, por 8 (38%) estudantes. O deslocamento a pé foi mencionado por 5 (24%) estudantes. Moto e bicicleta foram citados por 4 (19%) estudantes.

No que se refere aos espaços frequentados pelos estudantes, para além da escola, que todos frequentam, a orla é o espaço mais utilizado por eles, sendo visitada por 9 (69%) dos estudantes que preencheram o Quadro de Rotina Diária. A realização de atividades em estabelecimentos de serviço e comércio é feita por 8 (62%) estudantes. Espaços de convivência e alimentação (festas, hamburgueria, pizzaria, shopping e sorveteria) são frequentados por 7 (54%) estudantes. Visitas aos familiares é feita por 6 (46%) estudantes. Frequentar a igreja é realizada por 3 (23%) estudantes. A prática de passeios de bicicleta e jogar futebol é feita por 2 (15%) estudantes. Escola de música é frequentada por 1 (8%) estudante.

Pode-se deduzir que o deslocamento para atividades de lazer (orla, espaço de convivência e alimentação, passeio de bicicleta e jogar futebol) são os predominantes entre os estudantes

em análise. A orla é o espaço urbano em que ocorre a maior presença dos estudantes, sendo que as demais são descentralizadas.

Em relação ao tempo gasto no deslocamento para as rotinas diárias, houve variação de 1 a 20 minutos. A exceção foi de quem respondeu que se deslocou para o *Shopping*, na cidade de Palmas/TO, que foi de 1 hora. Pode se inferir que o tempo gasto de deslocamento pelos estudantes para as diversas atividades apresentadas no quadro de rotina diariamente é relativamente curto.

A atuação dos estudantes na cidade, ocorre tanto em espaços construídos historicamente e que se faz presente na atualidade com novas funções como também em espaços construídos mais recentemente, podemos associá-los ao que Santos (2002) chama de rugosidade na cidade.

Na **8 etapa**, foi iniciado o mapeamento com os estudantes. Esta etapa também contribuiu na compreensão da terceira pergunta da problemática da pesquisa. De que maneira os estudantes percebem, interpretam e se identificam com o espaço urbano?

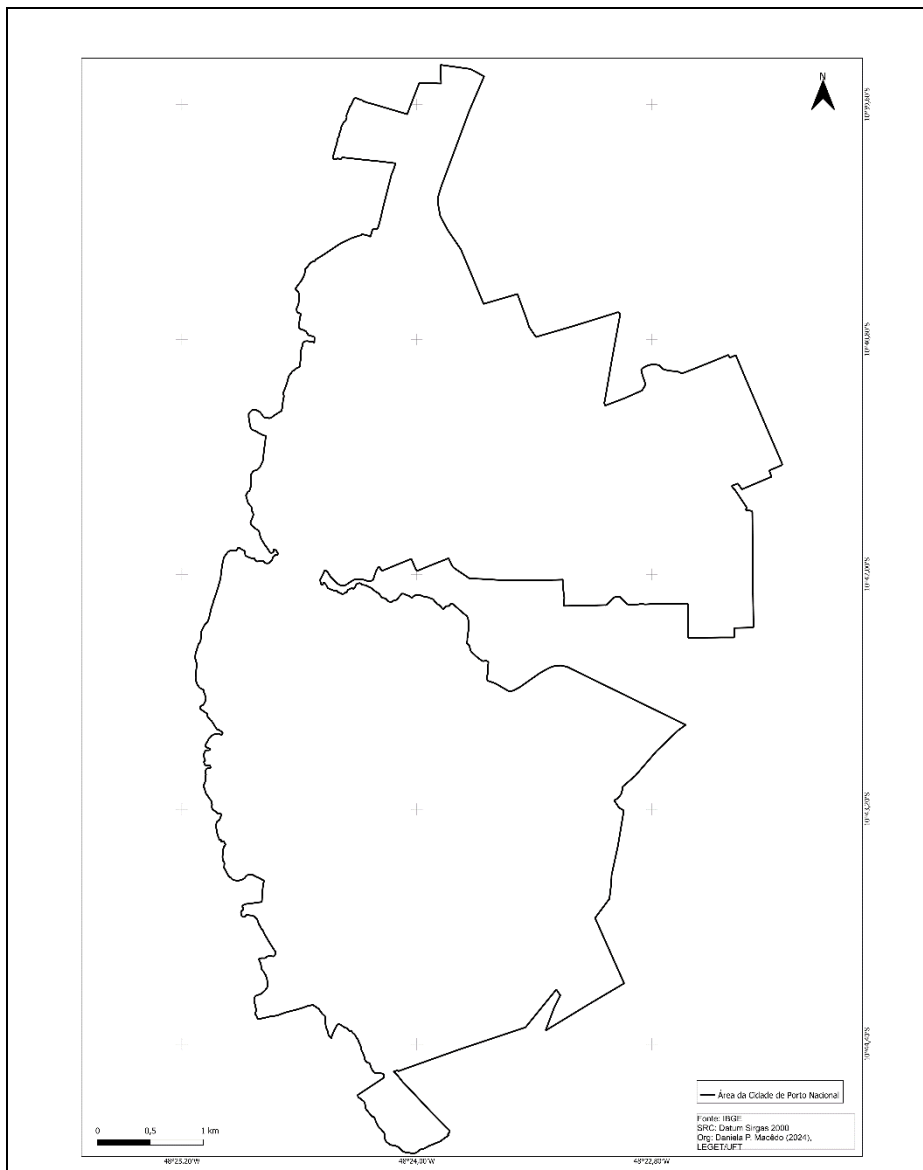
Para a prática de representação do uso dos espaços urbanos pelos estudantes, partimos das experiências e vivências de cada sujeito. A forma que o dia a dia é experienciado, vivenciado e moldado nos faz compreender a dinâmica das localidades, como nos bairros. No ensino de Geografia, o professor busca aproximar os conceitos geográficos com o cotidiano e os locais de vivência dos educandos para compreender o espaço além do momento atual.

Compreendemos que cada indivíduo possui sua própria individualidade, características e conhecimentos, os quais podem ser compartilhados e ainda mais valorizados quando trabalhados de forma coletiva. A coletividade potencializa o conhecimento dos participantes, permitindo trocas significativas, informações antes desconhecidas por alguns tornam-se evidentes a partir desse processo participativo.

O mapeamento participativo dá autonomia aos estudantes envolvidos, eles como os principais autores do processo de mapeamento (Souto, 2021).

Para dar início ao mapeamento do uso do espaço urbano, a turma foi dividida em quatro grupos com os estudantes que estavam presentes na aula. Cada grupo recebeu o material impresso, sendo o mapa em A2 da delimitação da cidade de Porto Nacional (Mapa 3) e o segundo mapa da área com imagem do *Google Earth* da cidade também de Porto Nacional (Mapa 4).

Mapa 3: Delimitação da Cidade de Porto Nacional/TO



Fonte: Macêdo (2024).

Mapa 4: Área da Cidade de Porto Nacional/TO



Fonte: Macêdo (2024).

Ao todo foram 4 grupos na sala: dois grupos com seis estudantes e mais um grupo com cinco e outro com quatro, totalizando vinte e um estudantes. Durante a atividade de mapeamento, outros dois (2) estudantes foram inseridos nos grupos, pois não estavam presentes no dia em que o mapeamento começou, a turma como já mencionada em capítulos anteriores é composta por vinte e três estudantes.

As figuras abaixo 5 e 6, apresentam os grupos formados com o material recebido. Os estudantes tinham conhecimento que a elaboração desta atividade era voluntária e sem valor de nota para seu boletim escolar. Todos tiveram acesso a alguma etapa das atividades da oficina

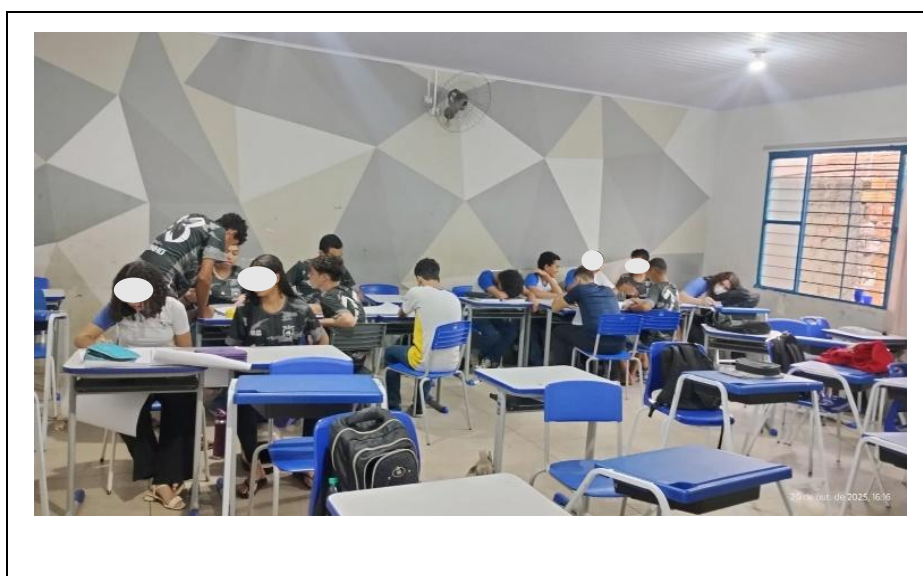
que estavam em andamento. Como argumentado nos capítulos anteriores, a Cartografia Social é construída pelos próprios sujeitos, realizando sua própria autocartografia.

Figura 5: Organização dos grupos para representação dos usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

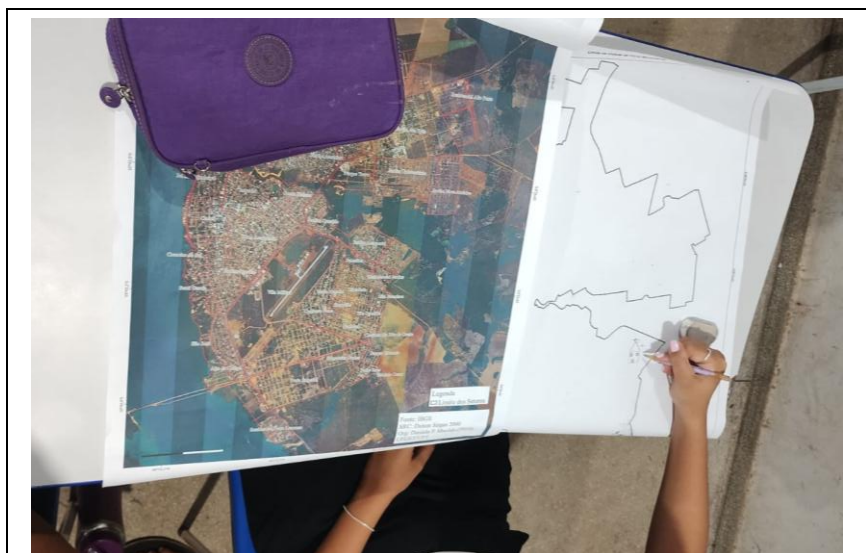
Figura 6: Organização dos grupos para representação dos usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Nas Figuras 7 e 8, com os grupos formados e material impresso entregue, os estudantes iniciaram o reconhecimento da cidade de Porto Nacional na imagem *Google Earth* impressa, identificando e dialogando sobre os espaços urbanos da cidade que usam. Nesta ideia, Gorayeb (2014) dialoga que na prática do mapeamento social, os estudantes cartografam o seu mundo a partir de suas experiências com uma participação efetiva.

Figura 7: Identificação dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Figura 8: Representação dos usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Este foi o momento de trocas de experiências e de vivências, logo representadas. Compreende-se que o mapa apresenta diferentes visões de mundo que se baseia nas experiências de cada estudante, possuindo a propriedade específica do seu conhecimento. Nessa linha de raciocínio Oliveira (2019), descreve que durante a prática do mapeamento o estudante é posto como o autor do seu próprio mapa, assim ele passa a se conhecer melhor e a se vê no outro, no ato de cartografar seus espaços os estudantes refletem a particularidade de cada espaço.

Para a efetivação do mapeamento a partir da Cartografia Social foi usado também elementos da cartografia clássica. Segundo autores Finatto e Farias (2021), a cartografia clássica é usada como técnica, representação da terra, com traçados de mapas, pontos cardeais e descrições de cartas. Enquanto a Cartografia Social, para Faria Júnior (2010) tem como função dar visibilidade e voz aos sujeitos representando suas realidades.

As Figuras, 9, 10 e 11 representam ainda a atividade de mapeamento e representação da cidade e os usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO através da inserção de desenhos da realidade das vivências e dos deslocamentos dos estudantes.

Figura 9: Continuação das representações dos usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Figura 10: Continuação das representações dos usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Figura 11: Continuação das representações dos usos dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Na 9 etapa teve-se a criação da legenda e pintura dos espaços representados. Os estudantes elaboraram a legenda com símbolos, identificando os espaços que eles mais usam, que menos usam, que mais frequentam ou que menos frequentam (Figura 12 e 13). Nesse sentido, Acselrad e Viégas (2013) argumenta que as legendas é um exemplo de recurso que pode estar ligada na construção dos mapas, deixando-o mais rico de informação. Ainda sobre os símbolos e legenda é argumentado que:

Nas oficinas de cartografia social a ênfase é dada aos símbolos produzidos para a legenda do mapa, que carregam consigo um conjunto de significados construídos pela peculiaridade individual e pela própria subjetividade coletiva. a importância do mapeamento não está no desenho em si (formato), mas no significado (na subjetividade) do objeto representado, pois a sua representação é pautada num contexto relacional, ou seja, faz parte de um cotidiano interativo do sujeito que mapeia o seu próprio espaço vivido (Lima; Costa, 2012, p. 84, 85).

Figura 12: Criação da legenda do mapeamento do uso dos espaços urbanos de Porto Nacional/TO



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Figura 13: Sequência da criação da legenda do uso do espaço urbano de Porto Nacional/TO



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Após a construção da legenda, foi iniciada a pintura dos elementos representados, dando mais vida e cores a cada espaço urbano desenhado (Figura 14 e 15).

Figura 14: Pintura dos espaços urbanos representados pelos estudantes



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Figura 15: Sequência de pintura dos espaços urbanos representados pelos estudantes



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

**Na 10 etapa**, desenvolveu-se uma roda de conversa (Figura 16), com a presença dos 23 estudantes, um momento de socialização e trocas de experiências. Acselrad e Viégas (2013) relata que os debates, situações que gera diálogos entre os estudantes possui grande valor didático, quando há troca de informações. Essa cartografia é considerada como uma metodologia participativa, valorizando as experiências e saberes dos indivíduos nos seus territórios. Para Alpízar (2016) a metodologia participativa colabora com a construção de novas ideias, interação e diálogo entre diferentes culturas, diferentes visões do mundo e da vida e com aprendizados.

Figura 16: Roda de conversa sobre o uso do espaço urbano - estudantes dialogando e debatendo

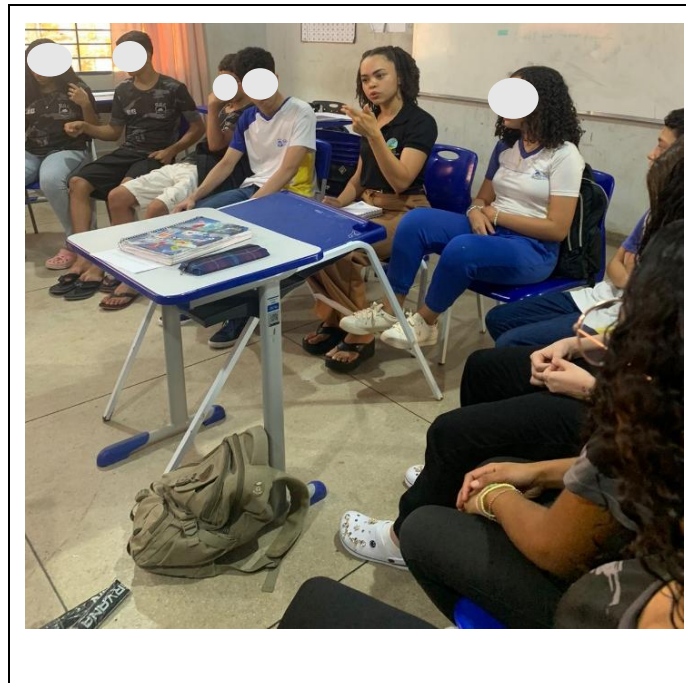


Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Para orientar a roda de conversa (Figura 17 e 18), partimos de alguns questionamentos dirigidos aos estudantes, tais como: Quais são os espaços que mais frequentam na cidade e o que mais gostam nesses espaços? O que esses espaços significam? Também buscamos aproximar a discussão do espaço de moradia, perguntando: Quando estão em casa, qual é o espaço em que mais gostam de ficar (por exemplo: sala, quarto, cozinha) e por quê? Outra questão proposta foi. Há algum espaço que gostariam de conhecer, mas que ainda não tiveram oportunidade? Para estimular a reflexão sobre a dinâmica e a transformação dos espaços urbanos, foi levantado a seguinte pergunta: Os espaços que são usados atualmente são o mesmo

que seus pais frequentavam quando tinham a idade de vocês? Esses espaços mantêm a mesma função?

Figura 17: Sequência da roda de conversa sobre uso do espaço urbano - estudantes dialogando e debatendo



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Figura 18: Sequência da roda de conversa sobre o uso do espaço urbano



Fonte: Fotografia tirada por Macêdo (2025).

Durante a roda de conversa com os estudantes, foi mencionado que eventualmente encontram os colegas de turma em alguns espaços da cidade para se divertirem, passear ou alimentar, seu principal contato ocorre na escola.

Os estudantes mencionaram diversos locais de preferência na cidade. Um deles citou a Chiquinho, estabelecimento conhecido por sorvetes e milk-shakes, mais três estudantes afirmaram gostar da praia, e cinco destacaram a Orla como espaço favorito. O condomínio Marinas também foi mencionado por dois participantes, trata-se de um condomínio fechado de chácaras, localizado a cinco minutos de Porto Nacional, que oferece variadas opções de lazer nos fins de semana ou para moradia, como pergolados, quadra poliesportiva, quadra de areia, campo de futebol, salão de festas, quiosques com churrasqueira, mesas de jogos, academia ao ar livre, lago interno e rampa náutica. Para frequentar o espaço, é necessário ser proprietário ou ter familiar proprietário.

Três estudantes relataram gostar mais de permanecer em suas próprias casas, enquanto um mencionou a casa da avó como local de preferência, um estudante frequenta o clube dos comerciários e outro estudante destacou a Praça da Cirrose. Além desses, três participantes disseram frequentar a AABB (Associação Atlética Banco do Brasil), espaço que dispõe de áreas para jogos, piscinas, parques, restaurantes e convivência com familiares e amigos, para utilizá-lo, é preciso ser associado ou pagar uma taxa de uso diário. Dos 23 estudantes presentes na atividade, três optaram por não responder ou não participar dessa etapa da conversa.

Quando questionados sobre o significado dos espaços que frequentam e sobre como se sentem nesses locais, os estudantes mencionaram sensações de conforto, relaxamento, felicidade e tranquilidade. Para eles, esses ambientes representam espaços onde podem se sentir bem, despreocupados e em convivência com alguns colegas.

Quanto aos espaços preferidos dentro de suas residências, foram mencionados: quarto, sala, cozinha, área e quintal. Dos 23 estudantes participantes, 12 informaram que preferem permanecer em seus quartos, pois é onde conseguem ficar mais tranquilos, geralmente utilizando o celular ou jogos on-line. 3 estudantes disseram gostar da cozinha, por ser o espaço para realizar refeições, mais outros 3 indicaram preferência pela sala, principalmente por ser o ambiente onde podem assistir televisão. Já 4 estudantes indicaram a área da casa como local preferido, enquanto apenas um mencionou o quintal, descrevendo-o como um espaço arejado, com uma rede para descansar. Os demais estudantes não responderam ou não quiseram responder. Estudantes que preferem ficar em seus quartos representam a maioria, com 55%. Enquanto a área são 18%, na sala foram 14%, na cozinha foi 9% e em relação ao quintal da casa são 4% como preferência.

Estudantes do sexo masculino representam a maioria, chegando a 67%. Em relação à cor/raça, 14 estudantes se declararam pardos(as), 3 brancos(as), 5 pretos(as) e 1 amarelo. Os estudantes negros (pretos e pardos) são a ampla maioria, representando 81% do total.

Alguns estudantes descreveram que há espaços na cidade que ainda não conhecem. Quando perguntados se havia algum local que gostariam de visitar e quais seriam esses espaços, as respostas foram variadas. Três estudantes mencionaram interesse em conhecer o Aero Burger, uma hamburgueria recém-inaugurada que tem chamado a atenção da população por suas promoções e variedade de produtos. Um estudante demonstrou vontade de conhecer uma academia de boxe e mais outros três afirmaram que gostariam de visitar o Condomínio Marinas, espaço citado anteriormente por alguns colegas. Curiosamente, um estudante expressou desejo de conhecer o cemitério da cidade, e outra estudante disse que gostaria de visitar a casa de uma amiga. Houve ainda um estudante que relatou ter interesse em conhecer uma pizzaria chamada Cantinho da Pizza e os demais estudantes, totalizando 13, não responderam à pergunta ou afirmaram não ter curiosidade em conhecer novos espaços na cidade.

A pergunta que foi direcionada aos estudantes sobre os espaços urbanos frequentados por seus pais na adolescência, se esses locais passaram por transformações ou permanecem como eram, e se suas funções continuam as mesmas, tendo como objetivo estimular a reflexão. A intenção era que os estudantes pudessem pensar sobre as mudanças na cidade ao longo do tempo e compreender que os espaços urbanos estão em constante transformação.

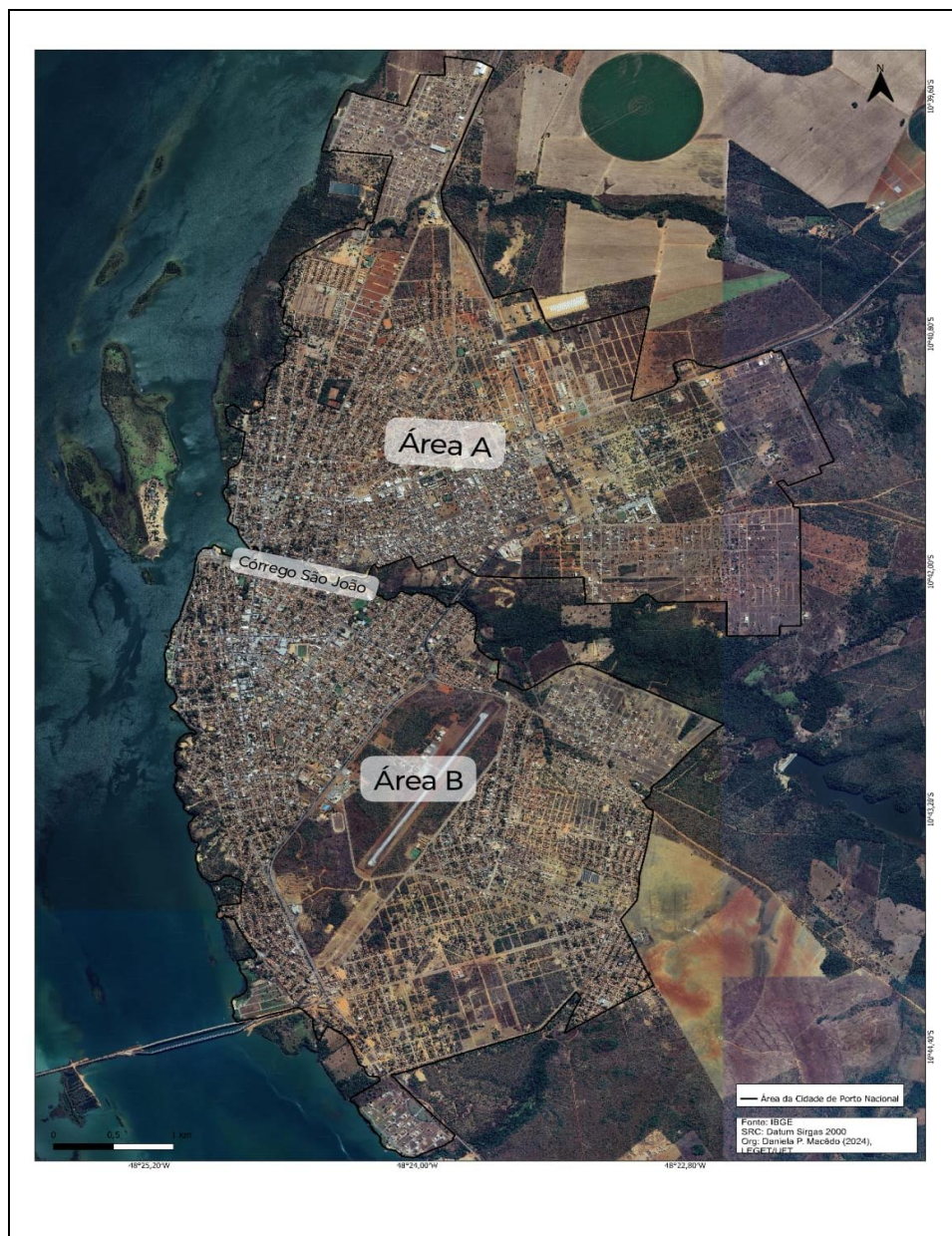
Após elaboração de todas as etapas da oficina na escola, foi realizada a **etapa 11**, análise e a interpretação dos materiais construído pelos estudantes durante a oficina.

Para melhor compreender as representações dos mapas elaborados pelos estudantes na cidade devido a maior parte das atividades serem realizadas na parte Sul da cidade, classificamos o mapa com a imagem do *Google Earth* com a área da cidade de Porto Nacional/TO em duas áreas: A e B. A área A, fica acima do córrego São João e área B abaixo do córrego (o córrego São João se localiza na parte estreita que liga o Norte ao Sul da cidade) (Mapa 5). Dentro de cada área, direcionamos a orientação Norte, Sul, Leste e Oeste em que prevalece as atividades registradas.

Para o desenvolvimento da pesquisa na escola, foi importante construir a confiança tanto com a escola, com os estudantes e ambos com a pesquisadora, pra que assim pudessem valorizar a autonomia e liberdade na prática de cada etapa da oficina.

O mapeamento foi feito em sala e aula, os estudantes foram divididos em grupos, o Grupo 1, Grupo 2, Grupo 3 e Grupo 4 aleatoriamente. No subcapítulo a seguir, tem-se a análise e interpretação do mapeamento dos grupos.

Mapa 5: Áreas A e B da Cidade de Porto Nacional/TO



Fonte: Macêdo (2024).

## 4.2. A cidade cartografa pelos estudantes da Escola Estadual Dom Domingos Carrerot em Porto Nacional -TO

Podemos destacar que o uso da cartografia social no âmbito escolar e no Ensino de Geografia, possibilita a autonomia dos estudantes, permite que os mesmos conheçam o local que moram e podem apontar melhorias, no caso aqui dessa pesquisa no espaço urbano, na cidade.

A Cartografia Social se apresenta com um campo de possibilidades à Geografia Escolar, porém, essa potencialidade varia conforme os objetivos do ensino do professor e suas concepções quanto à educação escolar, à escola, à GE e aos sujeitos do conhecimento. Quanto à educação escolar, se voltando à construção da autonomia do estudante, o processo é favorecido quando a ação pedagógica privilegia a relação dialógica, eliminando hierarquias e considerando o saber espontâneo do educando como ponto de partida. (Gomes, 2017, p. 101-102).

Desta forma, também corrobora com a importância da Cartografia Social no Ensino de Geografia Silva; Galdino (2022, p. 71),

a CS é um instrumento muito importante nos processos de ensino e aprendizagem de Geografia e também um meio de aproximar pessoas para um propósito único, cujo pensamento em coletivo se torna fator primordial na construção do conhecimento, de tal modo que a interação entre sujeitos inseridos em um determinado contexto são fundamentais para incrementar perspectivas, discussões e revelar dados que seriam alheios a qualquer pesquisador externo a realidade em que está pesquisando.

Aqui também retomamos o que a teoria de Ausubel aponta com relação a aprendizagem significativa, pois ela,

apresenta uma perspectiva distinta sobre a educação, proporcionando aos professores uma nova forma de pensar sobre a melhor forma de transmitir conhecimentos e habilidades aos seus alunos. Sugere que os educadores devem projetar currículos em torno do conhecimento prévio, usar métodos de ensino que se concentrem em formar conexões significativas entre conceitos e envolver ativamente os alunos em suas próprias descobertas significativas (Costa Júnior, *et al.*, 2023, p.53).

Desta feita, a apresentação do objeto e/ou das ações pela construção coletiva são inerentes a Cartografia Social. Aqui, na pesquisa que trazemos, a cidade cartografada pela construção coletiva do mapear pelos estudantes, possibilitaram a troca das experiências coletivas e quando isso acontece no espaço formativo da escola, favorecem a produção de conhecimentos significativos atrelados a realidade cotidiano dos estudantes. A seguir tem-se uma descrição dos espaços urbanos, da cidade cartografada de Porto Nacional pelos estudantes da pesquisa.

## Grupo 1

O grupo foi formado por seis estudantes (Mapa 6). As representações estão distribuídas pela cidade, abrangendo as áreas A e B, porém com maior concentração na área B, na porção oeste.

Foram representadas as habitações dos estudantes, a AABB, a orla, com destaque para a quadra de vôlei e a área de calistenia (local onde praticam exercícios de musculação). Também foram incluídos a Praça da Cirrose, um espaço destinado ao futsal, e o condomínio Porto Leman.

As casas dos próprios estudantes apareceram como um dos locais que eles mais frequentam. As moradias dos estudantes estão distribuídas em diferentes bairros, como: Palestina, Vila Nova, Jardim dos Ipês, Irmã Edila, e um deles não informou o bairro de residência.

No que se refere ao espaço escolar, os estudantes não representaram a escola no qual estudam, embora seja um local frequentado diariamente por todos.

Já como lazer, tem-se a representação da Associação Atlética Banco do Brasil-AABB, apontada como o local que mais gostam. Trata-se de um espaço localizado no centro da cidade de Porto Nacional.

A orla foi identificada como o espaço em que os estudantes mais gostam e que mais frequentam, segundo eles por oferecer diversas opções de atividades. Localizada no bairro Cruzeiro do Sul, ela possibilita a prática de exercícios físicos, jogos como vôlei e futsal, pista de skat, piqueniques, caminhadas, alimentação, passeios de bicicleta e uso da academia ao ar livre.

A Praça da Cirrose foi apontada como um dos espaços mais frequentados pelos estudantes, estando situada no setor Jardim Brasília. A nomeação da praça está relacionada aos diversos bares em torno dela.

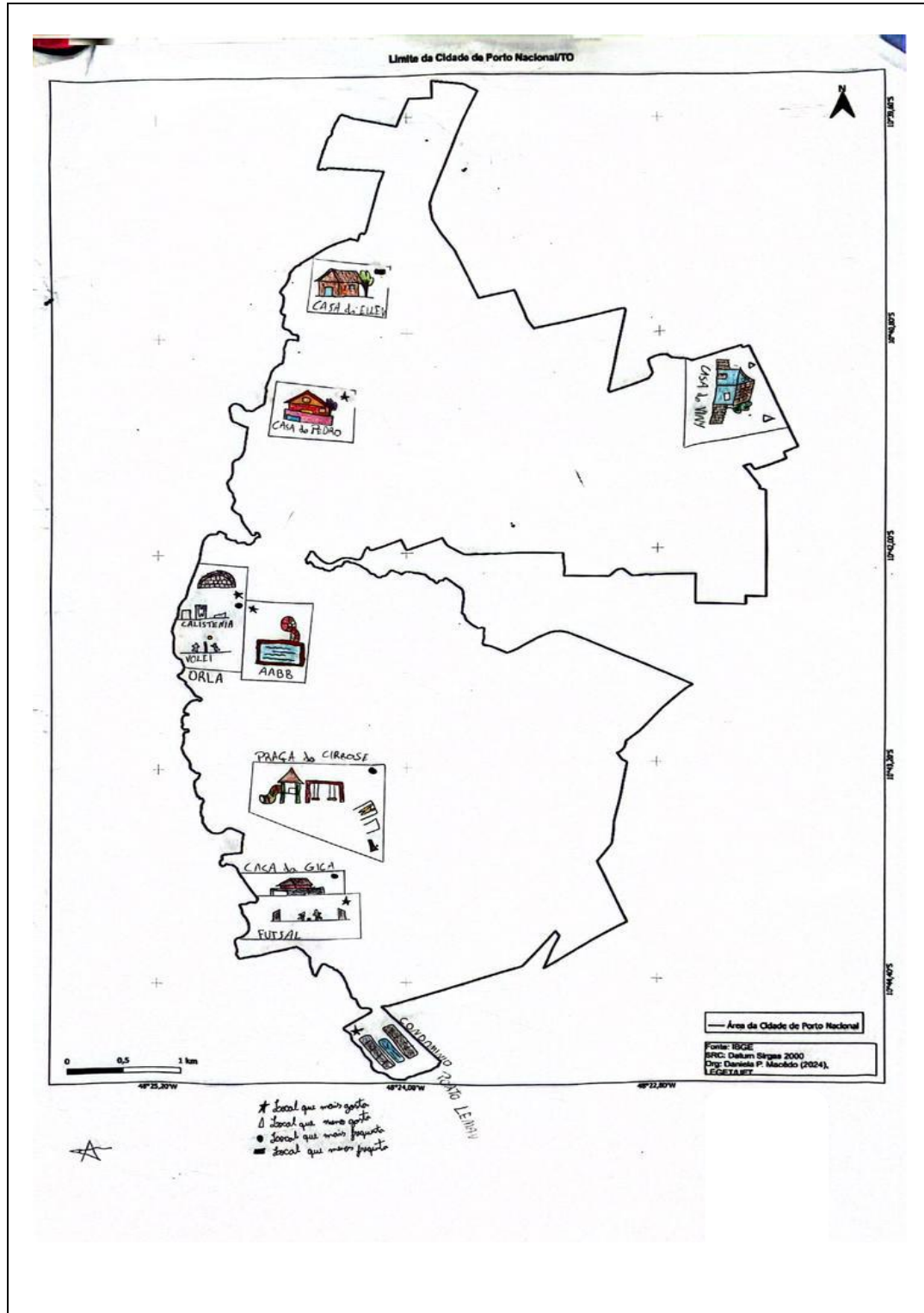
O condomínio Porto Leman foi identificado como um dos locais de que mais gostam, especialmente por ser um espaço onde visitam amigos ou parentes. O condomínio não possui um bairro definido, pois está localizado na rodovia TO-050, em direção ao município de Silvanópolis.

Os espaços frequentados pelos estudantes localizam em diversos bairros, alguns no Cruzeiro do Sul, Centro, Jardim Brasília e Rodovia TO-050.

Dos seis participantes deste grupo de mapeamento, todos preencheram o questionário socioeconômico, porém apenas quatro preencheram o quadro de rotina diária. A explicação

para isso é a irregularidade na frequência escolar, já que alguns estudantes estavam presentes em determinadas aulas/dias e ausentes em outros.

Mapa 6: Representação do Grupo 1



## Grupo 2

O grupo dois foi formado por seis estudantes (Mapa 7), as representações dos mesmos estão distribuídas pela cidade, abrangendo as áreas A e B, com maior concentração na área B, especialmente nas áreas norte e leste.

Eles representaram as próprias moradias, o cemitério, uma sorveteria, uma pizzaria, a escola, um supermercado, uma praça, uma igreja, a orla e o Condomínio Porto Leman.

Algumas moradias foram representadas como os locais que os estudantes mais gostam, e, para alguns, também como os espaços que mais frequentam. Esses estudantes residem nos bairros: Jardim Querido, Setor Aeroporto, um deixou o campo de endereço em branco e outro não soube informar.

Em relação ao ensino, os estudantes representaram a escola onde estudam, nomeada como Escola Estadual Dom Domingos Carrerot, localizada no Setor Aeroporto, identificando-a como um dos locais que mais frequentam.

No lazer, foi desenhada a orla como um dos espaços preferidos e que mais gostam, pelos estudantes, por oferecer diversas opções de atividade.

Eles também frequentaram a Sorveteria do Cerrado, localizada na orla, no bairro Cruzeiro do Sul, este um dos locais que mais gostam.

Visitaram a Pizzaria do Porto, situada na Praça das Mães, no bairro Centro, igualmente considerada um dos espaços que mais gostam.

A Praça Cristo Operário foi identificada como um dos espaços que os estudantes mais gostam. Ela está localizada no setor Jardim Brasília.

Já o condomínio Porto Leman foi mencionado como o espaço menos frequentado, visitado principalmente quando vão à casa de amigos ou parentes. O condomínio não possui um setor definido, pois está localizado na rodovia TO-050, em direção ao município de Silvanópolis.

Representaram a Igreja Batista Nova Vida, apontada como um espaço que mais gostam e que mais frequentam, igualmente situada no setor Jardim Brasília.

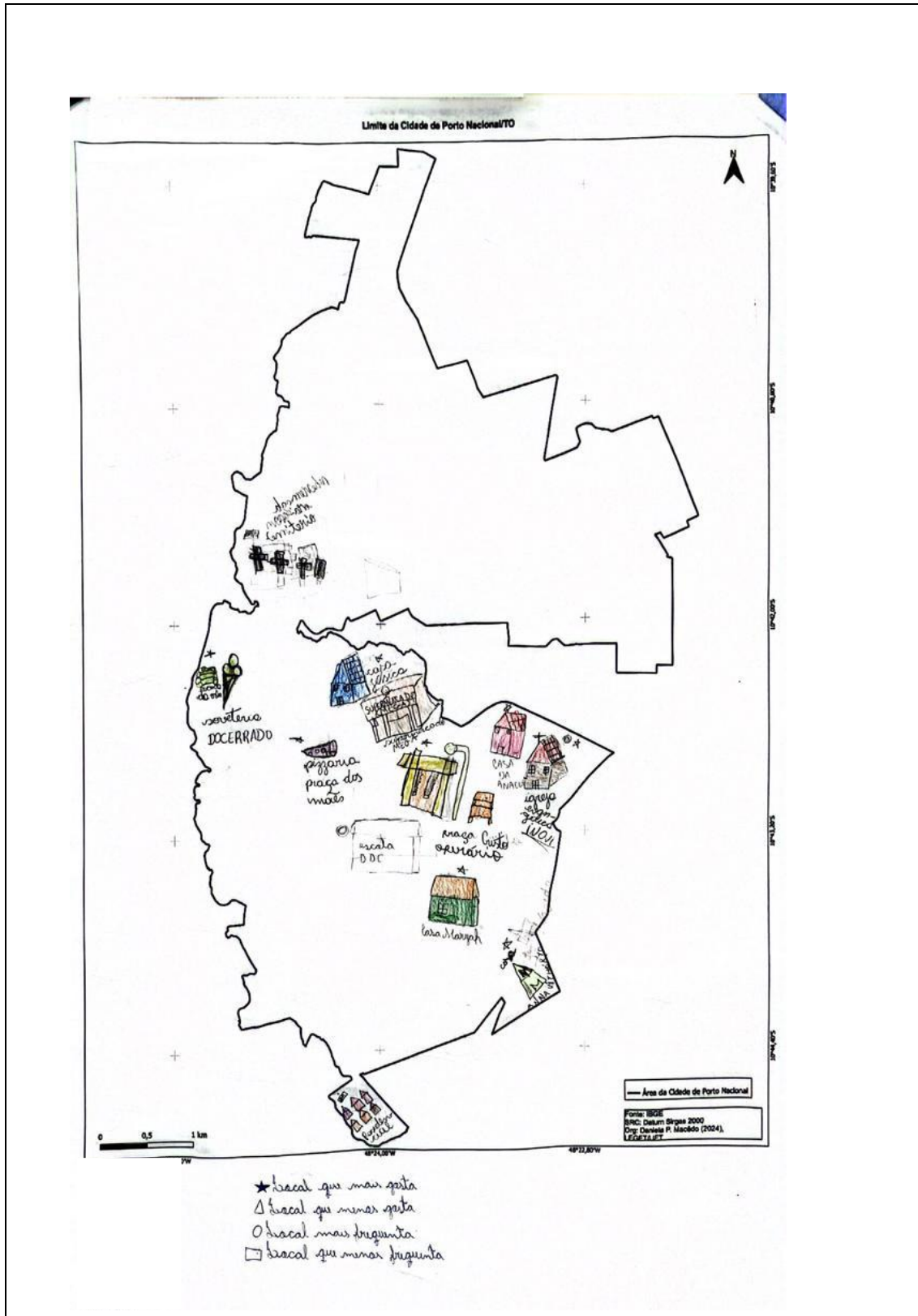
Em relação ao comércio, frequentaram o supermercado Mega, situado no Setor Aeroporto, igualmente citado como um dos espaços mais frequentados.

Foi apontado o Cemitério Nossa Senhora das Mercês, localizado no Jardim Umuarama, como o local que menos frequentam.

Os espaços frequentados pelos estudantes localizam-se em diversos setores: Setor Aeroporto, Cruzeiro do Sul, Centro, Jardim Brasília, Jardim Umuarama e Rodovia TO-050. Em alguns bairros foram usados mais de um espaço. Dos seis estudantes do grupo, apenas quatro

responderam ao questionário socioeconômico e apenas quatro preencheram o quadro de rotina diária.

Mapa 7: Representação do Grupo 2



### Grupo 3

Esse grupo foi formado por cinco estudantes (Mapa 8). As representações elaboradas estão distribuídas pelas áreas A e B, com predominância na área B.

Os espaços visitados por esses estudantes foram: suas próprias moradias, a AABB, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, a Força Olímpica, sorveteria e uma pizzaria.

Dos cinco estudantes, quatro desenharam suas moradias, considerando como local que mais frequentam e que mais gostam. As moradias dos estudantes estão distribuídas em diversos setores: Setor Aeroporto, Nova Capital, Imperial, e um estudante não respondeu.

Em relação a educação, os estudantes não representaram a escola no qual estudam, embora seja um espaço frequentado diariamente por todos.

Já em relação ao lazer, foi desenhada a Associação Atlética Banco do Brasil - AABB, foi identificada como um dos espaços que mais gostam. Ela está localizada no centro da cidade.

Frequentaram também a Força Olímpica, uma escola de iniciação esportiva, como o espaço que mais gosta, para jogar futebol. Localizado no Setor Aeroporto.

A Sorveteria Pinguim foi apontada como um dos espaços que mais gostam, localizada no setor Jardim Umuarama.

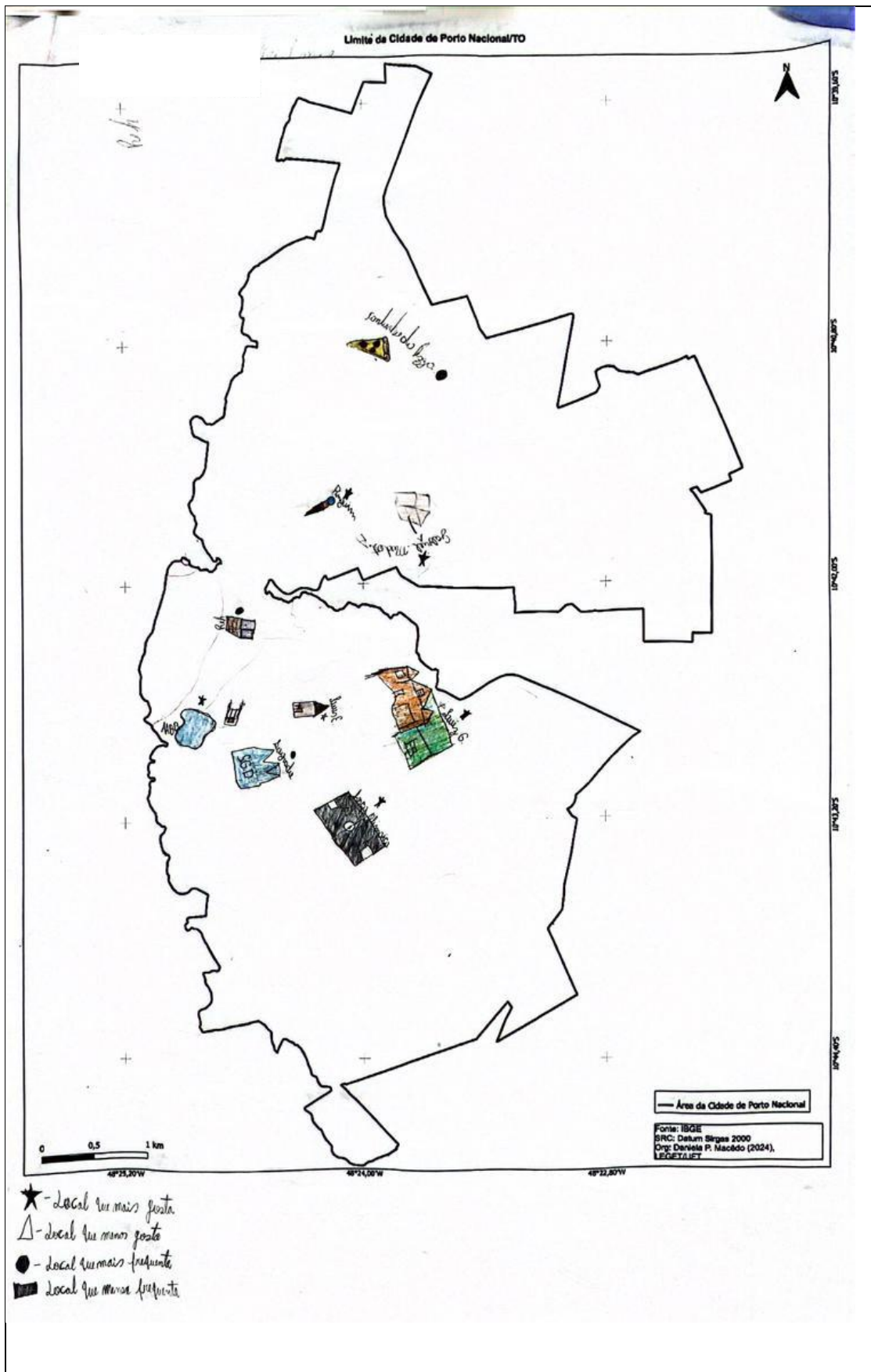
Eles também visitaram a pizzaria Cantinho da Pizza para realizar refeição, a pizzaria está situada no setor Nova Capital. Esse grupo não representou a escola em que estudam.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus também foi visitado, pois um dos estudantes acompanhou um/a colega no colégio, situado no Centro.

Os espaços frequentados pelos estudantes localizam em diversos setores: Setor Aeroporto, Centro, Jardim Umuarama e Nova Capital. Em alguns setores foram usados mais de um espaço urbano.

Dos cinco estudantes do grupo, apenas quatro responderam ao questionário socioeconômico e somente um preencheu o quadro de rotina diária.

Mapa 8: Representação do Grupo 3



#### Grupo 4

O grupo foi formado por seis estudantes (Mapa 9). O mapeamento elaborado pelos estudantes foi distribuído dentro de duas áreas, área A e B. As representações predominaram na parte B. Foram desenhados diversos espaços, como: suas próprias moradias, a escola, orla, catedral, sorveteria, cafeteria, casa da vó, academia e mercados.

Todos os seis estudantes representaram suas moradias como o espaço que mais frequentam e/ou que mais gostam. As moradias dos estudantes localizam-se em diferentes setores, como: Setor Aeroporto, Nova Capital, Setor Nacional, Praia Bela, Jardim Brasília e o Jardim Aeroporto.

No contexto educacional, os estudantes representaram a Escola Estadual Dom Domingos Carrerot na qual estudam. A escola localiza-se no Setor Aeroporto.

Como lazer tem-se a orla que foi representada pelos estudantes, por oferecer diversas opções de atividades. Localizada no setor Cruzeiro do Sul. Ela possibilita a prática de atividades conforme citado no Grupo 1. A orla foi representada destacando o Rio Tocantins, o mesmo estando bem colorido.

Frequentaram também a sorveteria Do Cerrado, a mesma tem diversas opções de gelados, como sorvete, açaí, Milk Shake e picolé. A sorveteria localiza-se na Praça do Centenário, no centro da cidade. Foi representado também uma cafeteria. Os locais citados foram identificados como os que menos frequentam.

A Catedral Nossa Senhora das Mercês, considerada como um marco histórico e religioso que fica no Centro Histórico de Porto Nacional/TO foi representada no mapa. Localizada no setor Cruzeiro do Sul. Os estudantes não associaram a mesma com a legenda.

Dois estudantes desenharam a casa da vó. Uma dessas casas está localizada próximo a orla, no setor Cruzeiro do Sul. Uma das casas não foi ligada à legenda e a outra como o espaço que mais gosta e que mais frequenta.

Foi desenhada uma academia, espaço para praticar musculação, a mesma não está ligada com a legenda.

Referente ao comércio, foram representados três supermercados. O supermercado Catarinense, localizado no setor Planalto. O supermercado Mega, localizado no Setor Aeroporto. O supermercado Peg-Pag Catarinense, localizado no Jardim Brasília.

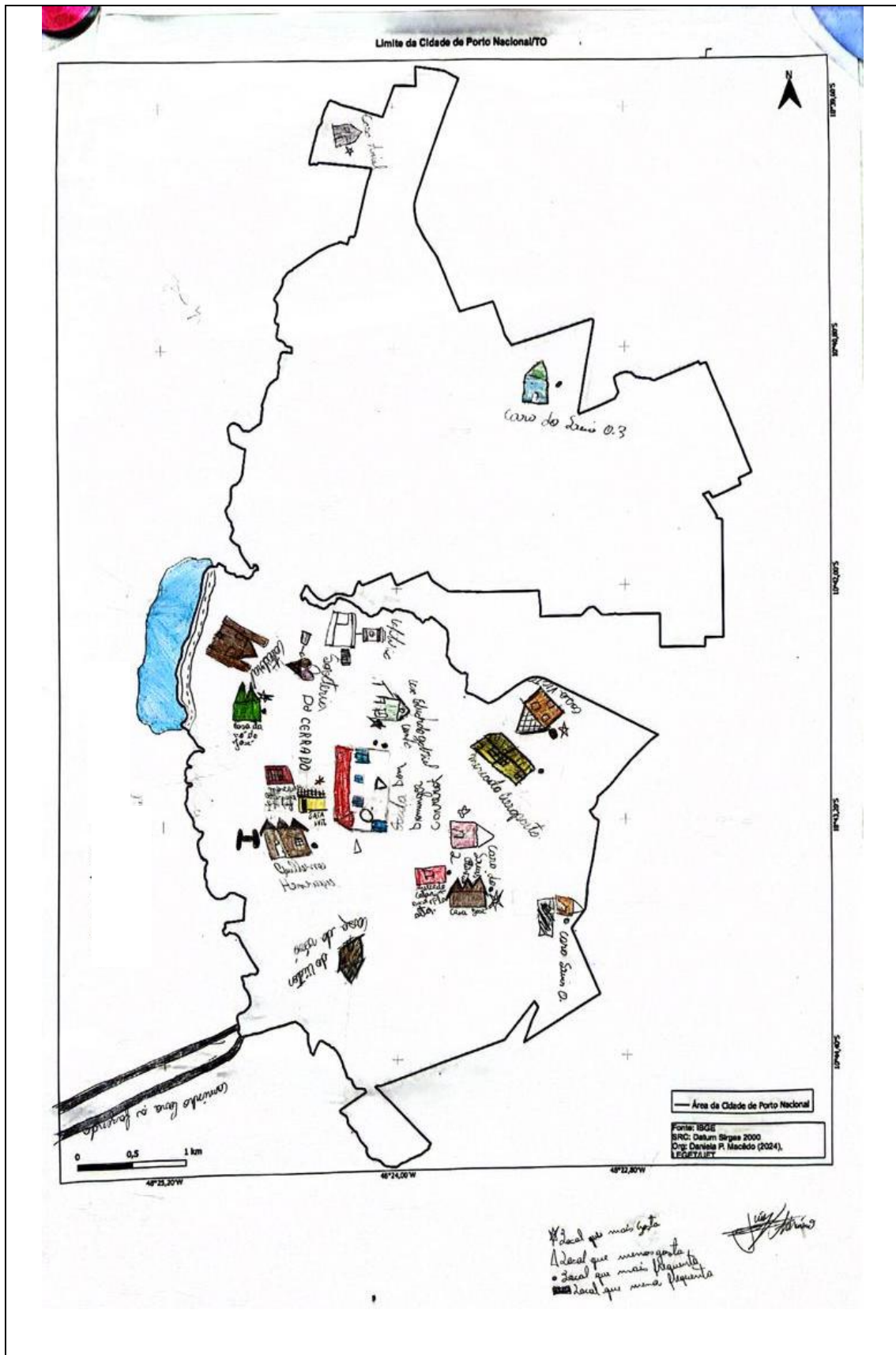
No mapeamento um estudante representou uma estrada que liga a cidade a zona rural, indicando caminho para casa de familiares que residem no campo.

Grande parte das atividades executadas pelos estudantes ou até mesmo suas moradias se concentram na parte Sul da cidade.

Esses espaços frequentados pelos estudantes localizam em diversos setores, alguns no Setor Aeroporto, Cruzeiro do Sul, Centro, Planalto e Jardim Brasília. Em alguns setores evidenciou-se que os estudantes frequentam diversos espaços. Grande parte dos espaços usados pelos estudantes ocorrem em setores que não são de sua moradia.

Dos seis estudantes, cinco responderam o questionário socioeconômico e somente três preencheram o quadro de rotina diária.

Mapa 9: Representação do Grupo 4



A Cartografia Social como uma ferramenta metodológica foi usada para analisar a cidade cartografada nos usos dos espaços urbanos pelos estudantes, esses sujeitos apresentaram diferentes visões, grande parte dos estudantes residem em setores que não são centrais, estando em setores afastados do centro da cidade. Desse modo, podemos compreender que esses usos ocorrem a partir do local que eles estão inseridos.

A análise elaborada dos materiais que foram produzidos na oficina de Cartografia Social permitiu compreender como os estudantes percebem, usam e apropriam dos espaços urbanos no seu cotidiano. Os mapas elaborados pelos grupos, coletivamente, nos revelam trajetórias com pertencimentos, deslocamentos, símbolos e significados, mostrando que a cidade é vivenciada de diversas formas. Ao analisar esses dados, este capítulo buscou evidenciar a metodologia da Cartografia Social como ferramenta de escuta, de produção de conhecimento e de autonomia aos sujeitos participantes. As reflexões aqui apresentadas contribuem para intensificar a compreensão de o uso dos espaços urbanos pelos estudantes e está relacionada às suas condições sociais e econômicas.

A Cartografia Social desenvolvida em sala de aula pode abordar temas relacionados no ensino de Geografia, como por exemplo, o mapeamento do espaço vivido pelos estudantes. O presente trabalho buscou fazer uso dessa linguagem cartográfica em que os estudantes elaboraram mapas baseados em suas vivências cotidianas. Nesse contexto, Souza e Dias (2019, p. 46) relatam que,

a Cartografia Social é uma ferramenta potencializadora ao ter como enfoque as problemáticas de cunho socioterritoriais dos estudantes envolvidos na prática. Sendo assim, considera-se que na prática metodológica realizada, os alunos puderam protagonizar por meio da criação dos mapas e pautar alguns questionamentos em prol de melhorias no espaço escolar e nas relações sociais mais democrático.

Por meio do mapeamento elaborado pelos estudantes, foi possível identificar a cidade cartografada e os diversos espaços urbanos usados e as relações criadas nesses espaços. A Cartografia Social trabalhada de forma didática envolve os estudantes de modo ativo no processo de aprendizagem, também, estimula-os a pensar espacialmente, compreender o uso dos espaços urbanos, refletir sobre esses usos, aproximando com a realidade e experiências de cada um.

Essa linguagem cartográfica aborda as percepções e visões de mundo dos sujeitos envolvidos, nesse contexto, ressignifica os sentidos dos mapas. Para Vasconcelos (2019, p.5) os mapas também têm sido, há muito, um modo de pensar e experimentar o espaço urbano: o encontro com uma cidade desconhecida é, tipicamente, mediado por um mapa. Mapa do trânsito, das ruas, dos destinos turísticos, dos espaços de lazer: a experiência urbana é processada e negociada entre a cartografia e o espaço construído.

A metodologia dessa pesquisa baseou-se na Cartografia Social, com diversas atividades, como a contextualização do tema, espaço urbano, cidade e Cartografia Social, a aplicação do questionário, preenchimento do quadro de rotina, o mapeamento dos espaços urbanos e a roda de conversa.

O questionário socioeconômico teve como propósito a compreensão do perfil dos estudantes e as suas condições sociais que caracteriza a relação com a cidade. Como pesquisadora, foi observado que todos os estudantes moram na cidade de Porto Nacional. O deslocamento desses estudantes ocorre de diferentes maneiras como a pé, bicicleta, moto e carro. O questionário possibilitou identificar quem são esses estudantes, onde eles moram e as suas condições de deslocamento. Compreende-se que o deslocamento dos estudantes é limitado para circular na cidade, seus setores de moradia são bem dispersos, mesmo assim, estudam em uma escola próximo do centro, mas poderia estar em uma escola próximo de sua moradia devido as suas limitações, alguns estudantes usam espaços próximos a sua moradia, enquanto outros frequentam ou tem curiosidade de conhecer outros espaços, como o Condomínio Leman, que fica a margem da TO-050, afastado do centro da cidade.

A cidade de Porto Nacional não tem transporte coletivo, tem-se a necessidade do transporte na cidade, como meio alternativo de deslocamento em que possivelmente os estudantes teria mais liberdade de ir e vir.

As informações do questionário contribuem para a interpretação do quadro de rotina diária, aprofundando nas vivências cotidianas na cidade. O quadro teve como finalidade em compreender as práticas espaciais cotidianas dos estudantes, identificando os locais frequentados e as atividades realizadas, entre outras. O espaço urbano mais usado pelos estudantes foi a orla.

Em relação aos mapas elaborados, os espaços mais frequentados concentram-se próximo ao centro da cidade como a escola e a orla. Muitos dos estudantes se deslocam para setores diferentes de onde moram para acessar lazer ou socializar. Embora, os estudantes moram em setores diferentes, compartilham alguns espaços em comum, como a escola e a orla. O deslocamento para lazer e socialização frequentemente ocorre fora dos seus setores da moradia, refletindo o uso da cidade para além do entorno das suas residências.

Na aplicação da metodologia da pesquisa desenvolvida “a Cartografia Social possibilitou aos alunos cartografar elementos de seu cotidiano, da sua comunidade, da sua existência enquanto ser que se reconhece como cidadão transformador e conhecedor do seu espaço habitado” (Carvalho, et all, 2016, p.254), isso se tornou visível quando os estudantes foram estimulados a criar, a perguntar, a especializar o seu cotidiano, a refletir sobre as relações sociais no urbano na cidade de Porto Nacional – TO.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro das diversas concepções existentes de cartografia, o desenvolvimento desta pesquisa buscou apresentar a Cartografia Social como uma proposta metodológica, que traz uma outra forma de cartografar o espaço, com uma representação de ler o mundo pela valorização das vivências dos sujeitos que constituem o processo de aprendizagem na escola.

No contexto escolar, a abordagem da cartografia contribui para que os estudantes compreendam e interpretem as dinâmicas presentes nos espaços que utilizam em seu cotidiano, no entanto pela Cartografia Social, a possibilidade de elaboração dos mapas a partir das experiências e perspectivas dos próprios sujeitos sociais envolvidos representam um contraponto à cartografia convencional.

As mudanças que se processam, cada vez mais rápidas, na sociedade contemporânea intensificam-se e submete a escola a pensar em tentativas e possibilidades outras nos seus métodos de aprender e ensinar, neste contexto é que se inseriu essa pesquisa, pensar a Cartografia Social no Ensino de Geografia.

O objetivo geral desta dissertação foi analisar a cidade cartografada de Porto Nacional, Tocantins, na perspectiva de estudantes do Ensino Fundamental II, na Escola Estadual Dom Domingos Carrerot, tendo a Cartografia Social como metodologia. Este objetivo nos direcionou às indagações: Quem são os estudantes e quais são suas origens e condições socioeconômicas? Como os estudantes utilizam e se deslocam pelos espaços urbanos no cotidiano escolar? De que maneira os estudantes percebem, interpretam e se identificam com os espaços urbanos?

Indagações essas que foram respondidas através do uso da Cartografia Social como metodologia participativa. Atendo-se ao fato de que a Cartografia Social visa mapear vivências e olhares de grupos socialmente desfavorecidos. No caso aqui específico tratado na pesquisa, pelo ensino de Geografia, a possibilidade de cartografar a cidade de Porto Nacional pelo uso dos espaços urbanos, em que a Cartografia Social se mostra como força no desenvolvimento da capacidade dos estudantes em internalizar conceitos cartográficos, como também de apropriar do espaço no entorno da escola, no seu setor de moradia e/ou na cidade.

Os dados obtidos no levantamento empírico, por meio da Cartografia Social, demonstram que tanto os objetivos quanto a problemática da pesquisa foram contemplados de maneira significativa. Ao possibilitar que os estudantes representassem e refletissem sobre seus próprios trajetos, espaços de convivência e formas de apropriação da cidade, evidenciando que esses sujeitos percebem, vivenciam e se relacionam com o espaço urbano.

A problemática centrada na compreensão das características e pelas quais os estudantes apropriam a cidade, revela as experiências urbanas marcadas por atividades específicas, como o lazer e a determinados espaços, como a orla. Expressam também o desejo de conhecer outros espaços na cidade, para além dos que já conhecem, o que demonstram a presença de limitações na vivência urbana desses estudantes. Esses estudantes possuem idade entre 13 a 17 anos. Dos 23 estudantes 14 são meninos. Estudantes negros (pretos e pardos) são a ampla maioria. As formas mais usadas para deslocamentos dos estudantes é carro e a pé.

Os objetivos, foi alcançado a partir da construção coletiva dos mapas, em que foi possível identificar trajetórias, pertencimentos e deslocamentos, mostrando as diversas formas de uso da cidade. Os mapas elaborados possibilitaram compreender que a orla tem uma centralidade em relação aos espaços frequentados pelos estudantes. Maioria dos espaços utilizados pelos estudantes estão relacionados a atividades de lazer. As residências dos estudantes estão dispersas pela cidade. Os espaços urbanos usados pelos estudantes estão distribuídos de Norte a Sul da cidade, sendo destacado principalmente na parte Sul. A escola na qual estudam, não possui uma centralidade no seu setor ou nos setores vizinhos.

A cidade cartografada pela construção coletiva do mapear pelos estudantes, possibilitaram a troca das experiências coletivas, favorecendo a produção de conhecimentos significativos atrelados a realidade cotidiana dos estudantes.

No desenvolvimento da pesquisa, algumas evidências afloraram, uma delas é a que, a cidade cartografada pelos estudantes através da Cartografia Social, não é apenas um conjunto de ruas, prédios e infraestruturas, mas sim um território vivido, construído pelas relações sociais e vivências de seus moradores.

Outra evidencia destacada durante a pesquisa é que o uso da Cartografia Social no ensino de Geografia incorpora o estudante na perspectiva de sujeito que dá significado ao seu conhecimento.

Uma outra reflexão que emerge, é que ao possibilitar que os estudantes sejam pesquisadores de sua prática e do seu lugar de vivência, alinha-se a uma perspectiva de mapear e conhecer a cidade e o espaço urbano, temas aqui tratados da dissertação, não meramente fazendo uso por exemplo de sistemas como GPS de localização, mas evidenciando a memória e as lutas desse lugar.

Diante das análises e práticas as contribuições desta pesquisa são no sentido também da aplicabilidade de inserção e ampliação da Cartografia Social na escola, reafirmada em meio a uma imensidão de conteúdo a serem lecionados e metodologias a serem escolhidas pelos docentes nas escolas de Educação Básica.

A relevância desta pesquisa consiste na valorização e compreensão do uso dos espaços urbanos, com um pensamento reflexivo e crítico sobre as ações realizadas no cotidiano, também, na

valorização científica. A Cartografia Social possibilita atores sociais a expressar suas perspectivas de mundo.

Para a prática da Cartografia Social no contexto escolar, percorre-se algumas dificuldades, como a formação docente, para a prática na escola foi feita leituras sobre o tema, mas precisa aprofundar bem mais. Outro ponto é o professor pensar para além da cartografia convencional, procurando formas de desenvolver o contexto social dos estudantes. Tem-se também a dificuldade do professor conectar a teoria dos conceitos geográficos com a realidade vivenciada pelos estudantes, pois a falta do conhecimento cartográfico afetara diretamente no processo cartográfico, tornando-o frágil.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELRAD, Henri (org.); VIANNA JR., Aurélio et al. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.
- ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Cartografias sociais e território: um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. p.15-40. (Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais, n. 3).
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Mapas e museus: uma nova Cartografia Social**. *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 70, n. 4, p. 58-61, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000400016> Acesso em: 26 fev. 2026.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (orgs.). **Povos e comunidades tradicionais: Nova Cartografia Social**. Manaus: UEA Edições, p. 157-173, 2013.
- ALPÍZAR, Flor Abarca. **La metodología participativa para la intervención social: reflexiones desde la práctica**. *Revista Ensayos Pedagógicos*, v. 11, n. 1, p. 87-109, jan./jun. 2016.
- ALVES, Rodrigo. **Câmara, Prefeitura e instituições de ensino unem forças para garantir transporte universitário em Porto Nacional**. *Câmara Municipal de Porto Nacional*, Porto Nacional, 2025. Disponível em: <https://www.portonacional.to.leg.br/camara-prefeitura-e-instituicoes-de-ensino-unem-forcas-para-garantir-transporte-universitario-em-porto-nacional> Acesso em: 29 jan. 2026.
- AUSUBEL, David P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. 1. ed. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2000.
- BEDIM, Juçara Gonçalves Lima. **Metodologias participativas na extensão universitária: instrumento de transformação social**. *Agenda Social*, Campos dos Goytacazes, v. 6, p. 1-20, 2012.
- BERNARDES, Antonio Henrique; SANCHES, George; SILVA, Carlos Henrique Costa; NAGIB, Gustavo; GONÇALVES, Charles. Até onde vão as redes sociais? Analisando a fragmentação socioespacial a partir da netnografia. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Estruturas espaciais em tensão: da cidade centro-periférica à cidade fragmentada**. Rio de Janeiro: Consequência Editorial, 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase> Acesso em: 28 jun. 2025.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, p 123, 2007.
- CARMO, Gisleine; PEREIRA, José Roberto; REZENDE, Vânia Aparecida. Metodologias participativas: possibilidades para o fortalecimento teórico da gestão social. In: **ENCONTRO DA ANPAD (ENANPAD)**, 46., 2022, on-line. Anais -Maringá: ANPAD, 2022.
- CARVALHO, Josias Ivanildo Flores de; SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos; SOUSA, Laryssa de Aragão. **A cartografia social e o ensino de Geografia na Educação Básica: um desenho a construir**. *Revista de Ensino de Geografia*, Uberlândia, v. 8, n. 15, p. 82-97, jul./dez. 2017.

CARVALHO, Josias Ivanildo Flores de; SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos; CANÊJO, Valdemira Pereira; SOUSA, Laryssa de Aragão. **A Cartografia Social como possibilidade para o ensino de Geografia: a pesquisa colaborativa em ação.** Revista de Geografia (Recife), v. 33, n. 2, 2016.

CARVALHO, Josias Ivanildo Flores de; SOUSA, Laryssa de Aragão; CANÊJO, Valdemira Pereira; SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos; SOUZA, Otávio Cezar Juliano. **Cartografia social como linguagem no processo de ensino e aprendizagem em Geografia: uma experiência do PIBID Geografia/UFPE.** Revista de Geografia (Recife), v. 1, 2016. Edição especial: VI Encontro Nacional das Licenciaturas (ENALIC) e V Seminário Nacional do PIBID, Curitiba, 14-16 dez. 2016.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Ensinar a pensar pela Geografia como meta da atuação docente: fundamentos teóricos para (re)construir uma didática da Geografia. In: RICHTER, Denis; SOUZA, Lorena Francisco de; MENEZES, Priscylla Karoline de (orgs.). **Percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar.** Goiânia: C&A Alfa Comunicação, p. 278, 2022.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O estudo de cidade e a formação do professor de Geografia: contribuições para o desenvolvimento teórico-conceitual sobre cidade e vida urbana.** Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 19-35, ago. 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA JÚNIOR, João Fernando; LIMA, Presleyson Plínio de; ARCANJO, Cláudio Firmino; SOUSA, Fabrícia Fátima de; SANTOS, Márcia Maria de Oliveira; LEME, Mário; GOMES, Neirivaldo Caetano. **Um olhar pedagógico sobre a aprendizagem significativa de David Ausubel.** REBENA – Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 5, p. 51-68, 2023.

DRUCIAKI, Vinícius Polzin; MARTINS, Maria Aparecida Santos; RODRIGUES, Villiana Santa Cruz. **Acessibilidade, equidade e inclusão urbana: a pessoa com deficiência na cidade de Goiás, GO.** Serviço Social em Revista, v. 27, n. 2, p. 526-545, jul./dez. 2024.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Cartografia social e conhecimentos tradicionais associados à reivindicação de territorialidades específicas no baixo rio Negro: os quilombolas do Tambor. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.) et al. **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia.** Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia; UEA Edições, v. 1, n. 1, 2010.

FEITOSA, Thalyta de Cássia da Silva. **As festas da cidade de Porto Nacional – TO: um olhar dos ativistas culturais.** 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/502>. Acesso em: 8 jan. 2026.

FINATTO, Roberto Antônio; FARIAS, Maria Isabel. **A cartografia social como recurso metodológico para o ensino de Geografia: considerações a partir do Programa Escola da Terra – Paraná.** Geografia Ensino & Pesquisa, v. 25, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/43605> Acesso em: 2 jul. 2024.

FOLHA CAPITAL. **Ausência de transporte coletivo em Porto Nacional será discutida em audiência pública.** Folha Capital, Porto Nacional, 2022. Disponível em: <https://folhacapital.com.br/interior/ausencia-de-transporte-coletivo-em-porto-nacional-sera-discutida-em-audiencia-publica-na-proxima-segunda/>. Acesso em: 29 jan. 2026.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **A construção de uma cartografia geográfica crítica.** Revista Geográfica de América Central, Heredia, v. 2, p. 1-17, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820803> Acesso em: 20 nov. 2024.

GIRARDI, Gisele. **Cartografias sociais em diferentes contextos de aprendizagem**. Geographia Meridionalis, Pelotas, v. 6, n. 1, p. 66-84, 2021.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. **Cartografia Social e Geografia escolar: aproximações e possibilidades**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 7, n. 13, p. 97–110, 2017. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/488> Acesso em: 4 jul. 2024.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas; MORITZ, Jaqueline. As cartografias na educação geográfica inclusiva. In: RICHTER, Denis; MORAES, Loçandra Borges de; BUENO, Míriam Aparecida (org.). **Cartografia escolar e ensino de Geografia: contribuições teórico-metodológicas**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2024.

GORAYEB, Adryane. **Cartografia social e populações vulneráveis**. Fundação Bradesco, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Porto Nacional**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/panorama>. Acesso em: 10 dez. 2025.

KATUTA, Ângela Massumi. Teorias da cartografia e da representação. In: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (org.). **Teorias na Geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

LIMA, Marcos Vinícius da Costa; COSTA, Solange Maria Gayoso. **Cartografia Social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia**. Geografares, Vitória, n. 12, p. 76–113, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/3189>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LIRA, Marília Thaysa da Silva Martins; CORDEIRO, Adriana Tenório. **Juventude e mobilidade urbana: aspectos pessoais, familiares e externos tecendo o cotidiano de jovens estudantes em torno de uma cidade média**. Perspectivas Contemporâneas, v. 18, n. 1, p. 1–21, 2023. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/3548> Acesso em: 14 fev. 2025.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio (org.). **Economia regional e urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Revista Organizações e Sustentabilidade. Londrina, v. 5, n. 1, p. 3-19, jan./jun. 2017.

MOURA, Adriana Tiago. **A expansão territorial urbana na cidade de Porto Nacional, Tocantins**. 2025.104f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2024.

NASCIMENTO, Marinalva Ferreira do; OLIVEIRA, Josiane Silva de; BORBA, Wellington Gabriel de. **Para além dos pontos cardeais: explorando a riqueza da cartografia social no ensino de Geografia**. Contribuciones a las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v. 17, n. 7, p. 1–16, 2024.

NETO, Francisco Otávio Landim; SILVA, Edson Vicente da; COSTA, Nátane Oliveira da. **Cartografia Social: instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo**. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 18, n. 2, p. 56–70, set. 2016.

NEVES, Thales Chinchio; GONÇALVES, Amanda Regina. **A prática da Cartografia Social na educação: uma revisão de literatura**. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, v. 20, n. 3, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/16429> Acesso em: 12 jun. 2025.

OLIVEIRA, Danielle Willemann Sutil de. **Práticas outras no ensino da Geografia: um estudo de caso do mapeamento colaborativo como ferramenta para o trabalho de reconhecimento dos territórios**

da juventude numa escola da periferia curitibana. *Terra Livre*, São Paulo, ano 34, v. 2, n. 53, p. 285–317, 2019.

OLIVEIRA, Sebastião de Souza. **Porto Nacional: de Porto Real a espaço periférico de Palmas – TO**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, 2009. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/fe2e53ce-ddf6-4afe-9100-14668851f071> Acesso em: 14 jan. 2026.

PACHECO, Danillo Araújo. **Novos loteamentos e a multiplicação dos vazios urbanos em Porto Nacional – Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2151> Acesso em: 12 jan. 2026.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. A teoria da produção do espaço e a Geografia. In: SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (org.). **Teorias na Geografia: avaliação crítica do pensamento geográfico**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

PEREIRA, Sílvia Regina. **Percursos urbanos: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade**. 2006. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105070> Acesso em: 14 fev. 2025.

PINHO, Thomáz Augusto Sobral; PINHO, Roberto Ribeiro. **O uso da Cartografia Social como alternativa didática na construção de um ensino-aprendizagem significativo na Geografia Escolar**. *Diversitas Journal*, v. 6, n. 1, p. 1021–1042, 2021. Disponível em: [https://diversitasjournal.com.br/diversitas\\_journal/article/view/1504](https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1504) Acesso em: 3 set. 2024.

PIRES, Lucineide Mendes. Os jovens em busca do direito à cidade: os espaços públicos em questão. In: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza; PIRES, Lucineide Mendes (org.). **Os jovens e suas espacialidades**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP). **Escola Estadual Dom Domingos Carrerot. Porto Nacional**: Secretaria de Estado da Educação do Tocantins. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/166oBhQoI800Y1yoOZef-kpWBTgws96K/edit> Acesso em: 5 jan. 2026.

RICHTER, Denis; SPIRONELLO, Rosangela Lurdes. Ensino de Geografia e cartografia social: articulações teórico-metodológicas para a construção do pensamento geográfico na escola. In: RICHTER, Denis; MORAES, Loçandra Borges de; BUENO, Míriam Aparecida (org.). **Cartografia escolar & ensino de Geografia: contribuições teórico-metodológicas**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2024. Disponível em: <https://editoraalfa.com.br/pages/e-books> Acesso em: 6 nov. 2024.

SANCHES, Jussara Romero; SOBREIRA, Gabriel Miaki; ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger de. **De Lefebvre a Harvey: uma análise crítica do direito à cidade como instituto jurídico**. *Organizações e Sustentabilidade*, Londrina, v. 5, n. 1, p. 3–19, jan./jun. 2017.

SANTOS, Dorival dos. **Cartografia Social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia**. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 2, n. 6, p. 273–293, 2017. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/6497> Acesso em: 4 jul. 2024.

SANTOS, Lucas da Silva. O ensino de Geografia enquanto possibilidade de abordagem do direito à cidade e cidadania. In: **Simpósio Nacional De Geografia Urbana**, 2017, Sergipe. Anais - Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2017.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos, 2).

SEEMANN, Jörn; CARVALHO, Mariano de Oliveira. **Cartografia escolar em ação**: caminhos para uma Geografia cidadã e militância cartográfica no Brasil. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 123–136, 2017.

SILVA, Adriano Lucena da; GALDINO, Lúcio Keury Almeida. **Ensino de Geografia**: a cartografia social como ferramenta ao processo de ensino e aprendizagem. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 1, n. 106, p. 63–77, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/2240> Acesso em: 16 nov. 2024.

SILVA, Cátia Antonia da; SCHIPPER, Ivy. Cartografia da ação social: reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/3792> Acesso em: 12 jun. 2025.

SILVA, Francielle Gonçalves. **Cartografia Social do espaço urbano de Montes Claros/MG**: para aprender na cidade e apreender a cidade. *OKARA: Geografia em Debate*, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 35–49, 2015.

SILVA, Nilldemar Pereira; FREITAS, Nilson Almino. **Cartografia Social: o aplicativo mapa digital da comunidade como uma possibilidade didática no ensino de Geografia Escolar**. *Revista de Ensino de Geografia*, Uberlândia, v. 13, n. 24, p. 109-129, jan./jun. 2022.

SILVA, Paulo Roberto Florencio de Abreu. **Cartografando a construção do conhecimento cartográfico no ensino de Geografia**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, Reimildo Barbosa de. **Estudo da mobilidade urbana de estudantes do ensino médio na cidade de Teotônio Vilela em Alagoas**: impactos da localização escolar e infraestrutura viária. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/16299> Acesso: 15 de fev. 2025

SILVA, Thayse de Oliveira; SILVA, Lebiam Tamar Gomes. **Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais**. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 34, n. 103, p. 87-97, 2017. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010384862017000100009&lng=pt&nrm=isso](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862017000100009&lng=pt&nrm=isso) Acesso em: 9 out. 2025.

SOUSA, Isete da Silva. **Estreitando caminhos para a aprendizagem**: Carl Rogers e a teoria da aprendizagem centrada no aluno. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)*, São Paulo, v. 7, n. 11, nov. 2021.

SOUTO, Raquel Dezidério. Mapeamento e participação. In: SOUTO, Raquel Dezidério; MENEZES, Paulo Márcio Leal; FERNANDES, Manoel do Couto (org.). **Mapeamento participativo e Cartografia Social**: aspectos conceituais e trajetórias de pesquisa. Rio de Janeiro: Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável (IVIDES); Edição da Autora, 2021. Disponível em: <https://ivides.org/livros> Acesso em: 3 maio 2025.

SOUZA, Camila Paula de; DIAS, Liz Cristiane. **Cartografia Social no ensino de Geografia**: com a palavra, os/as estudantes/as. *Geographia Meridionalis*, v. 5, n. 1, p. 32–48, jan./jun. 2019.

SOUZA, Naiara. **Um olhar geográfico sobre a cidade**. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 164-174, set. 2008.

STRECK, Danilo Romeu. **Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade.** Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 20, n. 58, p. 537–547, 2016.

TOCANTINS. **Prefeitura Municipal de Porto Nacional.** História de nossa cidade. Porto Nacional, 2025. Disponível em: <https://www.portonacional.to.leg.br/institucional/historia> Acesso em: 12 jan. 2026.

TOCANTINS. **Secretaria da Educação.** Documento curricular do Tocantins: Ciências Humanas e Ensino Religioso. Palmas: SEDUC, 2019. Implementado em 2020. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/documento-curricular-do-tocantins-educacao-infantil-e-ensino-fundamental/3pxz92xtgb1p> Acesso em: 1 jul. 2025.

TORRES, Irene Vélez; GAONA, Sandra Rátiva; CORREDOR, Daniel Varela. **Cartografía social como metodología participativa y colaborativa de investigación en el territorio afrodescendiente de la cuenca alta del río Cauca.** Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, Bogotá, v. 21, n. 2, p. 59–73, jul./dic. 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade.** Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 22 jul. 2025.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Mobilidade urbana e cidadania.** Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2012.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Mobilidade urbana: o que você precisa saber.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

VENTURINI, Perla Cruz do Nascimento. **O espaço urbano e a qualidade de vida: a cidade de Porto Nacional – Tocantins.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1186> Acesso em: 12 jan. 2026.

ZANCAN, Cássia Rejane Balvedi; TONO, Cineiva Campoli Paulino. **Hábitos dos adolescentes quanto ao uso das mídias digitais.** EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação, v. 5, n. 11, p. 98-119, maio/ago. 2018.

## APÊNDICES

## Apêndice 1: Formulário Socioeconômico

1-Nome: \_\_\_\_\_

2-Idade: \_\_\_\_\_

3-Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

4-Telefone: \_\_\_\_\_

5-Cor/Raça: ( ) Pardo ( ) Preto ( ) Branca ( ) Amarela ( ) Outra

6-Cidade: \_\_\_\_\_

7-Bairro: \_\_\_\_\_

8-Números de pessoas que moram na mesma residência?

\_\_\_\_\_

9-Nível de escolaridade do pai

A- Fundamental Incompleto

B- Ensino Fundamental Completo

C- Ensino Médio Incompleto

D- Ensino Médio Completo

E- Ensino Superior

10-Nível de escolaridade da mãe

A- Fundamental Incompleto

B- Ensino Fundamental Completo

C- Ensino Médio Incompleto

D- Ensino Médio Completo

E- Ensino Superior

11-Exerce algum tipo de trabalho?

\_\_\_\_\_

Se SIM, qual:

12-Você contribui com a renda familiar financeiramente?

\_\_\_\_\_

13-Qual seu meio de transporte pra chegar até a escola?

\_\_\_\_\_

14-Qual a média de KM da sua casa até a escola?

\_\_\_\_\_

15-O seu local de moradia é calmo ou violento?

\_\_\_\_\_

16-Algum membro familiar são beneficiário do Programa Bolsa Família. Se SIM, quem?

\_\_\_\_\_

**Apêndice 2: Quadro de registro da rotina dos estudantes**

Identificação	Dia da Semana	Local Visitado	Atividade Desenvolvida	Tempo Gasto	Função	Periodicidade	Outros	
	Segunda-feira							
	Terça-feira							
	Quarta-feira							
	Quinta-feira							
	Sexta-feira							
	Sábado							
	Domingo							